



Marciela Bandeira Correia da Cruz

Licenciatura em Administração Pública e Ordenamento do
Território

Regime Extraordinário da
Regularização de Atividades Económicas
(RERAE):
Processos na Região de Lisboa e Vale
do Tejo

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre
em
Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território

Orientador: Professora Doutora Margarida Pereira
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa.

Júri:

Presidente: Prof. Doutor João António Muralha Ribeiro Farinha
Arguente(s): Prof. Doutor José António Pereira Tenedório
Vogal(ais): Profª Doutora Margarida Angélica Pires Pereira Esteves



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Novembro de 2019

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território, realizado sobre a orientação científica da Professora Doutora Margarida Pereira.

AGRADECIMENTOS

Nos meus agradecimentos vou realçar todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a concretização deste trabalho com opiniões, sugestões, orientações e apoio. Cada incentivo, independentemente do peso, foi muito importante para a minha capacidade de reação às adversidades que surgiram até chegar ao fim. Por esta razão, expresso os meus sinceros agradecimentos.

Começo por agradecer à minha família, em especial, à minha Mãe que sempre foi o pilar, mas também aos meus Irmãos e aos meus Primos pelo apoio e cuidado. Apesar das minhas ausências em um ano de muitas perdas para nós, vocês foram fundamentais para que eu pudesse concentrar-me para atingir este objetivo.

Em segundo lugar, quero agradecer a todos os elementos do MUSOT pela transferência de aprendizagem, em especial, agradeço aos colegas que se tornaram amigos. Continuando na amizade, agradeço às minhas amigas e colegas de longa data: à Lisandra que veio de Holanda para me apoiar; à Breyrna que me auxiliou profissionalmente; e à Widmila, a minha amiga de berço, em que no meio de tantas mudanças permaneceu sempre comigo, em todos os projetos de vida.

Em seguida, um agradecimento especial, à professora Margarida Pereira, orientadora científica, pela confiança, apoio, ensinamento e por me ter proporcionado a oportunidade de realizar este estágio que me desafiou e ensinou muito. Também gostaria de agradecer à Dra. Paula Pinto, orientadora da entidade de acolhimento, pelo apoio nas fases mais difíceis do estágio.

Na entidade de acolhimento do estágio, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), gostaria de agradecer a todos com quem convivi na Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT). Nomeadamente, aos colegas que sempre estiveram disponíveis para me esclarecer qualquer dúvida. Sem esquecer a minha gratidão à Eng^a. Anabela Cortinhal e ao Dr. Miguel Mendes, que me auxiliaram no entendimento do regime estudado.

Ainda revelando um contributo e apoio à análise procedida no relatório, os meus agradecimentos para a Unidade de Instrução Técnica de Processos (UITP), em especial para a Coordenadora da Unidade, Dra. Mafalda Pedro, que sempre demonstrou disponibilidade para o trabalho no Projeto SIG, mostrando a todos os estagiários a complementaridade do Software utilizado agregado à leitura analítica.

Por fim, agradeço à presidência da CCDR-LVT, pela oportunidade que tem proporcionado aos jovens, como eu, de efetuar estágios numa instituição de grande relevância.

Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas (RERAE): Análise dos Processos na Região de Lisboa e Vale do Tejo

MARCIELA CRUZ

RESUMO

O presente relatório resulta do estágio realizado na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), na Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT). O estágio corresponde à componente não letiva do Mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território (MUSOT), oferecido por duas unidades orgânicas da Universidade Nova de Lisboa (UNL), a Faculdade de Ciências e Tecnologias (FCTNOVA) e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVAFCSH).

Este estágio surgiu da necessidade da instituição de acolhimento construir uma base de dados georreferenciada dos processos integrados no Regime Extraordinário da Regulação das Atividades Económicas (desde início de aplicação do regime legal até 04/04/2019) registados na CCDR-LVT, com a informação constante nos mesmos. No seguimento do trabalho realizado, contextualiza-se a pesquisa prática no campo do Ordenamento do Território (OT) associada à análise dos procedimentos do RERAE.

Com a base de dados criada o relatório debruça-se na identificação de incidência das atividades irregulares em função do regime, tendo como auxílio a localização das pretensões em SIG, onde é obtido o projeto utilizando o *software QGIS* (definido como Projeto SIG).

Através do Projeto SIG acima referido, apresentou-se a análise da informação extraída do exercício análise espacial.

Palavra-chave: Sistema de Gestão Territorial; Instrumento de Gestão Territorial; Regularização das Atividades Económicas; Processos e Procedimentos; Base de Dados.

Extraordinary Regime for Regularization of Economic Activities (RERAE): Process Analysis in the Lisbon and Tagus Valley Region

MARCIELA CRUZ

ABSTRACT

This report is the result of the work done in the Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), in the Direção de serviços de Ordenamento do Território, corresponding to the non-teaching component of the Mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território (MUSOT), offered in partnership by two agencies of the Universidade Nova de Lisboa (UNL), the Faculdade de Ciências e Tecnologias (FCTNOVA) and the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVAFCSH).

This stage arose from the need for the host institution to build a georeferenced database of the processes included in the Extraordinary Regime for the Regulation of Economic Activities (from the beginning of the application of the legal regime until 04/04/2019) registered with CCDR-LVT, with the information existent within. Following the work done, the practical research in the field of OT is contextualized with the association to the analysis of RERAE procedures.

With the database created the report focuses on identifying the incidence of illegal activities according to the regime, having as aid the location of the pretensions in GIS, where the project is obtained using the software QGIS (defined as Project SIG).

Through the aforementioned Project SIG, the analysis of the information extracted from the spatial analysis exercise was presented.

Keyword: Territorial Management System; Territorial Management Instrument; Regularization of Economic Activities; Processes and Procedures; Data base.

Índice

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Justificação do Tema.....	1
1.2. Objetivos	2
1.3. Metodologia	3
1.4. Estrutura do Relatório	4
CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO	5
2.1. Ordenamento do Território	5
2.2. Instrumentos de Gestão Territorial.....	10
2.2.1. <i>Sistema de Gestão Territorial</i>	10
CAPÍTULO 3. REGIME EXTRAORDINÁRIO DA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE)	16
3.1. Compatibilidade de Uso.....	17
3.2. Conformidade de Edificabilidade	18
3.3. Cumprimento de Servidões e Restrições	19
3.4. Formato do Regime.....	20
3.4.1. <i>Beneficiários</i>	20
3.4.2. <i>Entidades</i>	21
3.5. Procedimentos e Prazos	22
3.5.1. <i>Desenvolvimento do Processo na CCDRLVT</i>	23
Capítulo 4. O trabalho de estágio.....	25
4.1. A Base de Dados.....	25
4.2. Estrutura da Base de Dados.....	26
4.3. Análise da Informação da Base de Dados	31
4.3.1. <i>Distribuição Geográfica e Tipologias de Atividades Económicas nos Processos Requeridos (2015-2019)</i>	31
4.3.2. <i>Situação dos Processos Requeridos (2015-2019)</i>	42
4.3.3. <i>Análise dos Procedimentos Pós-Deliberação dos Processos Requeridos (2015-2019)</i>	50
4.3.4. <i>Análise dos processos de deliberação condicionada ao Procedimento AIA</i>	60
4.3.4.1. <i>Realização e Números/Ano dos Processos de Deliberação Condicionada ao Procedimento AIA</i>	60
4.3.4.2. <i>Distribuição Geográfica e Tipologias de Atividades Económicas dos Processos de Deliberação Condicionada ao Procedimento AIA</i>	61
4.3.5. <i>Uso e Ocupação do Solo dos Processos na RLVT</i>	67
Capítulo 5. Discussão e conclusões	70

5.1 Discussão.....	70
5.2. Conclusões.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
Anexos.....	77

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1A. Sistema de Gestão Territorial em Portugal (até 1998).....	14
Figura 1B. Sistema de Gestão Territorial em Portugal (1998-2014).....	15
Figura 2-Síntese do Procedimentos RERAE.....	24
Figura 3. Bases de Dados.....	27
Figura 4. Base de Dados.....	28
Figura 5. Base de Dados- Composição da Tabela parte 1.....	29
Figura 6. Bases de Dados- Composição da Tabela parte 2.....	30
Figura 7. Concelhos com processos no âmbito do RERAE, em 2015.....	31
Figura 8. Números de processos por tipos de atividades económicas no âmbito do RERAE (Ano de 2015)	32
Figura 9. Distribuição Geográfica e tipologia de atividades económicas no âmbito do RERAE no ano de 2015	32
Figura 10. Concelhos com processos no âmbito do RERAE, em 2016.....	33
Figura 11. Números de processos por tipos de atividades económicas no âmbito do RERAE Ano de (2016)	34
Figura 12. Distribuição Geográfica e tipologia de atividades económicas no âmbito do RERAE ano de 2016	35
Figura 13. Concelhos com processos no âmbito do RERAE, em 2017.....	36
Figura 14. Números de processos por tipos de atividades económicas no âmbito do RERAE (Ano de 2017)	36
Figura 15. Distribuição Geográfica e tipologia de atividades económicas no âmbito do RERAE no ano de 2017	37
Figura 16. Concelhos de intervenção no ano de 2018.....	38
Figura 17. Números de processos por tipos de atividades económicas no âmbito do RERAE (Ano de 2018)	39
Figura 18. Distribuição Geográfica e tipologia de atividades económicas no âmbito do RERAE no ano de 2018	39
Figura 19. Concelhos de intervenção do ano de 2019 no âmbito do RERAE.....	40
Figura 20. Números de processos por tipos de atividades económicas no âmbito do RERAE (Ano de 2019)	40
Figura 21. Distribuição Geográfica e tipologia de atividades económicas no âmbito do RERAE no ano de 2019.....	41

Figura 22. Deliberação dos processos requeridos no ano de 2015 no âmbito do RERAE	43
Figura 23. Deliberação-Estado dos Processos Requeridos no âmbito do RERAE (2015).....	43
Figura 24. Deliberação dos processos requeridos no ano de 2016 no âmbito do RERAE.....	44
Figura 25 Deliberação-Estado dos Processos Requeridos no âmbito do RERAE (2016).....	45
Figura 26. Deliberação dos processos requeridos no ano de 2017 no âmbito do RERAE.....	46
Figura 27. Deliberação-Estado dos Processos Requeridos no âmbito do RERAE (2017).....	46
Figura 28. Deliberação dos processos requeridos no ano de 2018 no âmbito do RERAE.....	47
Figura 29. Deliberação-Estado dos Processos Requeridos no âmbito do RERAE (2018).....	48
Figura 30. Deliberação dos processos requeridos no ano de 2019 no âmbito do RERAE.....	49
Figura 31. Deliberação-Estado dos Processos Requeridos no âmbito do RERAE (2018).....	49
Figura 32. Número de aditamentos por processos no âmbito do RERAE no período de 5 anos (2015-2019)	50
Figura 33. Procedimento de revisão/alteração do IGT no âmbito do RERAE (ano de 2015).....	52
Figura 34. Procedimento de revisão/alteração da REN no âmbito do RERAE (ano de 2015).....	52
Figura 35. Procedimentos Pós-Deliberação dos Processos Requeridos no Ano de 2015 no âmbito do RERAE	53
Figura 36. Procedimento de revisão/alteração do IGT no âmbito do RERAE (ano de 2016)	54
Figura 37. Procedimento de revisão/alteração da REN no âmbito do RERAE (ano de 2016).....	54
Figura 38. Procedimentos Pós-Deliberação dos Processos Requeridos no Ano de 2016 no âmbito do RERAE	55
Figura 39. Procedimento de revisão/alteração do IGT no âmbito do RERAE (ano de 2017).....	56
Figura 40. Procedimento de revisão/alteração da REN no âmbito do RERAE (ano de 2017).....	57
Figura 41. Procedimentos Pós-Deliberação dos Processos Requeridos no Ano de 2017 no âmbito do RERAE	57
Figura 42. Procedimento de revisão/alteração do IGT no âmbito do RERAE (ano de 2018)	58
Figura 43. Procedimento de revisão/alteração da REN no âmbito do RERAE (ano de 2018)	58
Figura 44. Procedimentos Pós-Deliberação dos Processos Requeridos no Ano de 2018 no âmbito do RERAE	59
Figura 45. Números de processos de deliberação condicionada a AIA no âmbito do RERAE.....	61
Figura 46. Tipologias dos Processos de deliberação condicionada ao AIA no âmbito do RERAE.....	62
Figura 47. Concelhos de intervenção dos Processos de deliberação condicionada ao AIA no âmbito do RERAE	62
Figura 48. Processos de Deliberação condicionada ao Procedimento AIA no âmbito do RERAE.....	63
Figura 49. Processos de Deliberação condicionada ao Procedimento AIA no âmbito do RERAE (Azambuja)	64
Figura 50. Processos de Deliberação condicionada ao Procedimento AIA no âmbito do RERAE	

(Cadaval)	64
Figura 51. Processos de Deliberação condicionada ao Procedimento AIA no âmbito do RERA	
(Ourem)	65
Figura 52. Processos de Deliberação condicionada ao Procedimento AIA no âmbito do RERA (Rio	
Maior)	66
Figura 53. Processos de Deliberação condicionada ao Procedimento AIA no âmbito do RERA	
(Palmela)	67
Figura 54. Uso e Ocupação do Solo na RLVT no âmbito do RERA	68

ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA- Avaliação de Impacte Ambiental
CAOP- Carta Administrativa Oficial de Portugal
CCDR-LVT- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CD - Conferência Decisória
DIA- Declaração de Impacte Ambiental
COS- Carta de Uso e Ocupação do Solo
DSA- Direção de Serviços de Ambiente
DSOT- Direção de Serviços de Ordenamento do Território
EIA - Estudo de Impacte Ambiental
IGT- Instrumentos de Gestão Territorial
LBOTU- Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo
ONU- Organização das Nações Unidas
PDM- Plano Diretor Municipal
PE-Planos Especiais
PEOT- Planos Especiais de Ordenamento do Território
PMOT -Planos Municipais do Ordenamento do Território
PNPOT- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
RAN- Reserva Agrícola Nacional
REN- Reserva Ecológica Nacional
RERA- Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas
RJIGT- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJUE- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
RLVT- Região de Lisboa e Vale do Tejo
SGT- Sistema de Gestão Territorial
SIG- Sistema de Informação Geográfica
SNIT- Sistema Nacional de Informação Territorial
SRUP- Servidões e Restrições de Utilidade Pública
UE- União Europeia
UITP- Unidade de Instrução Técnica de Processos

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório reporta-se ao desenvolvimento dos resultados obtidos no estágio na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) em cumprimento dos requisitos estipulados no regulamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, ambas da Universidade Nova de Lisboa, para a obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território.

O estágio decorreu na Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT) da CCDR-LVT, entre o dia 21 de janeiro de 2019 e o dia 27 de julho de 2019, num total de 770 horas, sob a orientação da Dra. Paula Pinto, da entidade de acolhimento, e da Professora Doutora Margarida Pereira, da instituição de ensino.

A realização do Estágio Curricular é uma oportunidade para consolidar e aplicar, em ambiente de trabalho, os conhecimentos adquiridos no âmbito académico, quer na Licenciatura em Administração Pública e Políticas do Território quer no Mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território. A frequência deste tipo de estágios deve-se também à necessidade de obter experiência profissional na área de formação.

A possibilidade para a realização do estágio na DSOT mereceu o nosso interesse imediato pela temática proposta ligada com o Regime Extraordinário da Regularização de atividades Económicas (RERAE). Aí tivemos total enquadramento em ambiente de trabalho, desde os materiais (informação, equipamentos) ao desenvolvimento e colaboração entre pessoas e serviços.

1.1. Justificação do Tema

O tema do estágio é o “Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas (RERAE): Processos na Região de Lisboa e Vale do Tejo”.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, vem o Governo adotar um regime legal suportado em razões e com objetivos relacionados com o setor económico na perspetiva do desenvolvimento sustentável do tecido empresarial.

Pretende-se através de princípios e mecanismos de carácter extraordinário conciliar e fazer convergir vários regimes legais e entidades competentes no sentido de se ponderar e decidir a possibilidade de permanência e/ou de alteração das empresas/instalações e consequentemente permitir a sua regularização.

Este dispositivo entrou em vigor em 01/01/2015, dirigido às atividades industriais, explorações pecuárias, exploração de inertes (pedreiras) e operações de gestão de resíduos (OGR), cujos beneficiários poderiam apresentar os seus pedidos até 01/01/2016.

Mais tarde é publicada a Lei nº 21/2016, de 19 de julho, que vem prorrogar por um ano o prazo de apresentação de pedidos até 02/01/2017 e alargar o âmbito passando a contemplar estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária; da agricultura; horticultura; fruticultura; silvicultura e apicultura, nomeadamente, armazéns, anexos e centrais de frio.

Tem como objeto as empresas cujo exercício de atividade não está legalizado, isto porque não detêm o título de instalação ou título de exploração ou as devidas licenças de construção e de utilização por desconformidades com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Precederam a este regime várias disposições legais e regulamentares vertidas em regimes setoriais e/ou em alguns planos municipais que visavam a regularização casuística coordenada pelas entidades licenciadoras da atividade e pelos municípios, com o objetivo de através de mecanismos excecionais permitirem o licenciamento de atividades em situação desconforme.

Falar de ordenamento do território e de urbanismo é ler e perceber as dinâmicas dos vários atores com repercussão no espaço geográfico.

Sendo os atores económicos, nos vários setores de atividade, elementos fundamentais da organização espacial e das redes que lhe estão associadas, suscita interesse perceber as motivações e a sua adesão aos princípios e procedimentos legais de gestão territorial.

Quando o Governo adota um regime legal de exceção para enquadrar realidades que estão desconformes com vários dispositivos legais e regulamentares, percebe-se que essas têm uma dimensão relevante e que todos os esforços anteriores resultaram ineficazes.

Neste âmbito, o ordenamento do território é um domínio especialmente visado e apontado como um dos fundamentos da desconformidade e da situação não regularizada das atividades.

Assim, apreender os termos e a aplicação deste regime constitui um desafio para a consolidação dos conceitos, princípios e objetivos inerentes aos domínios do ordenamento do território e do urbanismo.

1.2. Objetivos

O estágio foi integrado nas atribuições da CCDRLVT e tem como objetivo principal proceder à estruturação e carregamento de dados dos pedidos, no âmbito do RERAE, rececionados de entidades licenciadoras externas para efeitos de parecer de ordenamento do território (OT) entre 11/06/2015 e 04/04/2019.

O trabalho de estágio contém três objetivos específicos: i) estruturar uma Base de Dados tendo por referência os processos de atividades licenciadas por entidades externas e rececionados no serviço do OT da CCDR-LVT; ii) fazer a sua georreferenciação em Sistema de Informação Geográfica (SIG); e iii) interpretar a informação sistematizada, com enfoque na tipificação dos pedidos, das desconformidades agregadas e dos procedimentos associados.

1.3. Metodologia

Para alcançar os objetivos e as finalidades do estágio no que diz respeito à abordagem contextual, o ponto de partida do trabalho deu-se com uma análise documental para a construção da Base de Dados através dos documentos presentes nos processos, conjugado com levantamento bibliográfico que serve de apoio a estruturação de modo a clarificar conceitos e procedimentos.

Procede-se ao levantamento e sistematização da informação contida nos processos quanto às características dos respetivos objetos e à sua tramitação até ao momento de conclusão do estágio.

Enunciam-se as perguntas que apoiam o desenvolvimento do trabalho:

Que informação é particularmente importante para enquadrar e caracterizar o universo de ocorrências?

Que posições individuais e do conjunto das entidades são tomadas nas várias ocorrências?

Qual é a situação dos processos e os constrangimentos associados?

O modelo de análise utilizado para o estudo tem como base a recolha, sistematização e interpretação dos dados dos processos tramitados na Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), excluindo os respeitantes, a OGR, coordenados pelo serviço do ambiente.

Estabeleceram-se quatro metas:

- Recolha de informação previamente tipificada/selecionada de cada processo e a sua sistematização/organização em folha de cálculo de Excel, para o período de cinco anos (2015-2019).

- A integração da informação alfanumérica, contida na base de dados Excel, com a informação geográfica produzindo as respetivas Shapefiles.

- A análise e modelação que é feita através das Shapefiles SIG, onde teremos o projeto ao utilizar o *software QGIS* que auxilia na edição da informação alfanumérica e geográfica.

A partir da informação sistematizada em conjunto com SIG, obtém-se a informação monitorizada que serve para as funções de análise espacial. A análise espacial desenvolve-se na localização geográfica da intervenção dos processos nos concelhos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, com o auxílio da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), da Carta de Ocupação do Solo (COS) e Ortofotomapa.

- A Visualização corresponde ao produto/representação de todo o processo de tratamento dos dados.

Exibe a distribuição espacial da informação recolhida e tratada através da representação cartográfica (dos polígonos) com enfoque em três tópicos: i) leitura global dos pedidos em que a CCDR-LVT emite parecer de ordenamento do território; ii) tipologias das ações inventariadas; iii) observação da delimitação do perímetro de cada pedido a regularizar.

1.4. Estrutura do Relatório

O relatório encontra-se dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo expõe o trabalho realizado no estágio, apresenta a entidade onde este ocorreu, identifica os objetivos, a metodologia e a estrutura do relatório.

O segundo capítulo exhibe um breve enquadramento teórico do ordenamento do território, ao apresentar alguns aspetos do conceito associado ao planeamento do território em Portugal e ainda é abordada a sua dimensão sustentável. Para além disso, é exposto o edifício do planeamento e gestão do território do país.

O capítulo três aborda o regime Extraordinário das Atividades Económicas com incidência nos antecedentes, na justificação do regime, no formato e nos procedimentos e prazos.

O quarto capítulo é dedicado ao trabalho executado durante o estágio, ou seja, à aplicação do RERAE na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Contém a estrutura da Base de Dados (elaborada para posterior suporte da CCDR-LVT ao Registro da informação sobre o regime em estudo). É também apresentada a análise decorrente da informação recolhida da união da informação alfanumérica com o Sistema de Informação Geográfica.

No quinto capítulo é apresentado uma discussão consoante as evidências obtidas e as conclusões retiradas do trabalho realizado.

CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO

Este capítulo aborda o conceito do Ordenamento do Território fundamentado quanto à sua aplicação e dimensão.

A contextualização terá abrangência no conceito como disciplina científica, na relação do mesmo com o Planeamento Territorial, que expõe condições para a caracterização do Sistema de Gestão Territorial (SGT) em Portugal.

2.1. Ordenamento do Território

O Território é o elemento primordial na matéria Ordenamento do Território (OT). Corresponde geograficamente à superfície que reflete as ações do Homem e detém relações diretas com os agentes sociais, políticos, económicos e tudo o que interfere com a gestão do espaço. Segundo Raffestin (1993:144) o território é entendido como a manifestação espacial do poder justificada pelas relações sociais, “(...) o território apoia-se no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve”. A importância do Território corresponde à sua receção, é o recetor dos estímulos do Homem e em troca expressa no espaço tudo o que foi transmitido, dessa forma, significa a natureza, a sociedade, a economia, a política e a cultura, tratando-se da matéria do Ordenamento do Território.

As dimensões do Ordenamento do Território fazem compreender o Território como a matéria mais importante na sua conceção, apesar das complexidades na redação do termo, adquire rigor na terminologia apresentada em diversos atores. Por exemplo, Orea (2002) fundamenta que a aplicabilidade do OT corresponde essencialmente às atividades humanas no espaço em que o Homem se insere e à ligação existente no sistema que os envolve. Correia (1993) acrescenta que o OT é o relacionamento da diversidade dos objetivos com os meios para os atingir, evidenciando a multiplicidade dos atores e fatores envolvidos. Perante as linhas de pensamento e o grau de complexidade na definição do conceito, este pode ser abordado no sentido amplo pela compreensão de Oliveira (2002), em que o OT corresponde ao ato de determinar políticas com foco na garantia do equilíbrio das condições de vida da sociedade em um território definido, sendo que esclarece que a administração pública dentro das suas competências presta a ação de coordenador da ordem (entende-se por atividade de ordenar o espaço). E o sentido restrito é guiado por Orea (2002), afirmando que o Ordenamento do Território deve ser controlado pelo Estado de

forma a garantir o equilíbrio de todas as atividades, quer sejam humanas, públicas ou privadas, ou seja, a administração deve ser regida pela função pública diante da noção da garantia da justiça social e espacial.

A apresentação da conceção dos sentidos do Ordenamento do Território transcende a importância de apresentar o conceito pela ótica disciplinar. Assim sendo, o OT no foco da disciplina científica é analisado como a ação pensada ou voluntária que comporta a transformação, permanecendo toda a ação que resulta do ato de ordenar na sua matéria. Segundo a Carta Europeia do Ordenamento do Território (Carta de Torremolinos, 1984:6), resultado da Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território de 1983. OT corresponde a expressão espacial das diversas políticas económicas, sociais, culturais e ambientais de uma sociedade.

A Carta Torremolinos apresenta um conjunto de princípios que devem presidir ao OT:

- Democrático- defende o envolvimento das populações afetadas, de maneira a garantir a participação dos mesmos e dos seus representantes institucionais;
- Funcional- acolhe as especificidades do território e as adversidades associadas, conciliando todos os fatores interventores de forma mais racional e equilibrada;
- prospetivo- intervenções que devem projetar para o futuro modelo de desenvolvimento desejável;
- Global- acarreta a coordenação de todas as políticas setoriais com expressão no território.

Quando é abordado o Ordenamento do Território e os seus princípios nos dias atuais, diretamente são abordados os princípios orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável, disposto na Conferência de Hanôver, onde foram traçadas as abrangências no Continente Europeu. Estas consistem: I) *“na promoção da coesão territorial através de um desenvolvimento social e económico mais equilibrado das regiões e de uma maior competitividade; II) no incentivo pelo desenvolvimento gerado pelas funções urbanas e pela melhora da relação centro-interior, promover a acessibilidade mais equilibrada; III) no desenvolvimento do acesso à informação e ao conhecimento; IV) na redução dos danos ambientais; V) na valorização e proteção dos recursos naturais e o património cultural como fator de desenvolvimento; VI) na exploração dos recursos energéticos com maior segurança; VII) no incentivo pelo turismo sustentável com grande qualidade; VIII) na minimização do impacto das catástrofes naturais”* (CEMAT, 2000:9-12).

A importância dos Princípios abrangente do Ordenamento do Território é voltada à necessidade de os cumprir, desse modo, a aplicação do OT transcende as normativas supranacionais (da União Europeia) que já se encontraram vinculadas aos princípios de desenvolvimento do território para as políticas e normas nacionais.

O desenvolvimento sustentável, desde 1972, vinculou-se na Conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente Humano, contextualizado num documento titulado “Nosso Futuro Comum”, conhecido como o “Relatório de Brundtland”, onde foi abordado que o ambiente resulta em desfechos positivos ou

negativos na vida do Homem. As consequências destes encontram-se associados ao modo como procede a ação no Território, ou seja, conforme é executado o Ordenamento do Território no espaço. Nesta Declaração é firmado no primeiro princípio que *“O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.”* A Agência Portuguesa do Ambiente apresenta a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Conferência das Nações Unidas, em 1992 no Rio de Janeiro, uma carta que consagra 27 princípios que demonstram a posição dos líderes mundiais acerca do modo a conduzir o Território, ressalta o mesmo consagrado na Conferência de 1972.

A multidimensionalidade e a complexidade do OT encontram-se associadas ao Desenvolvimento Sustentável, consagrado pela “participação” social em virtude de um espaço melhor para o Homem, legitimado nos princípios orientadores.

A aplicação das políticas económicas no espaço nacional para o conceito apresentado consiste na configuração efetiva das mesmas no território, que vão de encontro com as tomadas de decisões do poder público quanto ao plano económico de *“gerir as potencialidades de todas as regiões e melhorar a repartição dos rendimentos”* (FRADE, 1999:34). Isto para se chegar ao desenvolvimento harmonioso, porque o Ordenamento do Território não só unifica as políticas ambientais como as políticas de desenvolvimento económico. Também incorpora a política social e cultural ou todas as políticas que influenciam a matéria originária do conceito Território.

No entanto, o Ordenamento do Território corresponde a uma ferramenta da administração na gestão territorial em toda a sua dimensão, correspondendo a um sistema. Este sistema agrega um conjunto de leis e regulamentos, configurações administrativas e organizacionais que constituem instrumentos de gestão territorial e políticas públicas aplicadas no ordenamento do território (Ferrão, 2011: 34).

Na visão da disciplina científica, o Ordenamento do Território é associado a técnica administrativa ao mesmo tempo que é agregado a uma política que se desenvolve em duas áreas, uma na perspetiva multidisciplinar e integrada no desenvolvimento equilibrado das regiões e outra na vertente da organização territorial guiada por um conjunto de estratégias. Assim, considera a existência de diferentes poderes de decisão tanto individuais como institucionais, público ou privado, desde que obtenha influência na organização do espaço. Procura conciliar todos os fatores de forma mais harmoniosa, mesmo que estes fatores sejam aleatórios ou resultados da análise feita ao mercado, a particularidade do sistema administrativo, a diversidade social, económica e ambiental, conceção também partilhada por Orea (2002) e Oliveira (2002).

O conceito Ordenamento do Território na compreensão científica interage diretamente com o Planeamento, na sua primeira abordagem é associada a função administrativa, uma vez que perpetua os

objetivos pretendidos e os passos para atingi-los. Segundo Stoner e Freeman (1999), o planeamento recai em duas etapas, a primeira consiste na formulação dos objetivos, sendo que a segunda corresponde ao percurso para a realização dos mesmos.

Dada a evolução do conceito OT e antes de introduzir a sua ligação ao Planeamento é importante aferir duas conceções que apelam aos seus princípios e às suas associações a outras matérias.

- i) A perceção Land Use Planning tem como elemento primordial a regulamentação das transformações do uso do solo. Na visão dos autores de Strategic Environmental Assessment And Land Use Planning, esta conceção aplica o controlo das transformações do solo e da preservação do mesmo pelos IGT, o interesse público é dominante em todas as decisões, sendo que a legislação é o regulador do ato de planear.
- ii) A conceção Spatial Planning, segundo Faludi (2000), é a visão do OT no formato mais amplo, debruça-se na cooperação entre os atores e a interação dos mesmos de forma a coordenar diferentes políticas de base territorial e setoriais em que reverte as perceções de estratégias associadas ao planeamento de cariz prospetivo. É trabalhado o OT como forma de governação, tendo eficiência e consenso no desenvolvimento espacial a diversos níveis.

O Planeamento reincidente sobre o Ordenamento do território na aplicação de políticas, recorrendo à conversão de políticas públicas em diplomas legais, ou seja, as políticas públicas consistem em objetivos e os diplomas resultam em caminho para a sua realização. O campo da ligação do Ordenamento do Território e o Planeamento incide sobre o Direito Administrativo Territorial, tanto o Ordenamento do Território como o Planeamento necessitam do Direito do Urbanismo para regularem e materializarem as políticas públicas, e assim, atingirem a sua concretização.

O Direito Administrativo Territorial subdivide-se de forma independente de acordo com as ferramentas utilizadas e determinadas pelas especificidades existentes, afirmando essencial a existência de um regime específico quando os instrumentos mostram-se desadequados diante dos problemas que surgem no âmbito do urbanismo (Oliveira, 2012:9). Justifica-se a associação do ordenamento do território ao direito do urbanismo pelo facto da doutrina do direito do ordenamento do território e o direito do urbanismo serem disciplinas jurídicas, distintas mas próximas por conterem a mesma matéria-prima, que é o território (Oliveira, 2012:10).

O ordenamento do território começa a afirmar-se como direito administrativo territorial e a conter a sua autonomia jurídico-administrativa nos anos 1950, pelo plano territorial francês titulado “*Pour un plan national d'aménagement du territoire*” (Amaral, 1994:13). Este plano lançou o conceito do ordenamento do território num panorama geográfico de França, onde se processa a distribuição do homem em função das atividades económicas e dos recursos naturais existentes. Processou-se o restabelecimento do equilíbrio entre as regiões, distribuição racional das atividades, descentralização

geográfica, preservação da orla marítima e a contenção de efeitos negativos da expansão (Guerrier, 1979:541).

Após a aplicação jurídico-administrativa da política do ordenamento do território francês, o ordenamento passou a ser compreendido como o resultado das políticas públicas aplicadas no território, ou seja, todas as políticas públicas geradas da matéria-prima do ordenamento do território, sejam elas económicas, sociais, urbanísticas ou ambientais terão como objetivo a organização do espaço e das atividades exercidas nele e a valorização do território de acordo com as suas carências que podem não estar associadas ao desenvolvimento económico ou à coesão territorial, mas sim da sua própria natureza. Desse modo, o ordenamento do território tem nas suas características dois fatores importantes, como o tempo e o espaço. É através destes fatores que são dadas competências para coordenar e antecipar a perspectiva da existência de um problema de acordo com a sua localização, tendo em conta a sua operação com mecanismos adequados.

A Conceção do Ordenamento do território refere a sua utilidade para o espaço. Segundo o Amaral (1994:15), a verdadeira utilidade do ordenamento do território está à escala nacional e regional, sendo que este é mais amplo e destaca a distribuição geográfica equitativa das atividades humanas, tanto no espaço rural como nas áreas urbanas. Abordado a utilidade do Ordenamento do Território, é necessário frisar que este encontra-se regido pelos princípios jurídicos da política pública de solo e de ordenamento do território e do urbanismo, que correspondem a um conjunto de princípios gerais que tem grande relevância a nível jurídico, onde encontram-se as políticas públicas e as ações administrativas da matéria do solo.

Em suma, o OT permite evidenciar a distinção entre ordenar e planejar, sendo que o planejar corresponde ao Planeamento invocando para a ação mais operativa em que é necessário fazer a integração de atividades projetadas em um prognóstico das medidas de dinamização do desenvolvimento do objetivo. Segundo Frade (1999), o planeamento territorial (espacial) deu origem ao Ordenamento pela sua abrangência inovadora. A defesa nasce de que o OT é a materialização de um pensamento inovador da sua componente disciplinar que alberca a dependência física e funcional na sua vértice. Porém, Baud, Bourgeat e Bras (1999), descrevem o OT na conceção prospetiva, em que a vontade de corrigir os desequilíbrios de um território na incorporação do espaço geográfico é realçar o espaço como Território a ordenar.

O Ordenamento do Território deixa em evidência que o espaço físico, criado pelo homem ou o já existente pela natureza, pressupõe a racionalização da sua utilização em prol de todos os que detêm o direito de uso (gerações presentes e futuras).

2.2. Instrumentos de Gestão Territorial

A política de Ordenamento do Território no Estado Português está consagrada na Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 e nas alterações seguintes. Para esta contextualização são assinalados quatro domínios de ação do Estado no Ordenamento do Território considerados importantes.

- i) Nas “*Tarefas Fundamentais do Estado*”, presentes no artigo 9º da CRP, constituem a proteção e a valorização do património cultural, ambiental e natural, bem como os recursos facultados a um ordenamento do território viável, incluindo o desenvolvimento harmonioso do território Nacional. Estes aferem-se ser os Princípios do Estado Português no processo da definição das Políticas Públicas.
- ii) No “*Ambiente e qualidade de vida*”, garantido no artigo 66º da CRP, agrega os direitos e deveres do desenvolvimento sociológico que acaba por definir o ordenamento do espaço a nível territorial nas políticas de promoção dos recursos naturais e a capacidade da sua renovação.
- iii) Nos “*Objetivos dos planos*”, definido no artigo 90º da CRP, de modo geral aborda os princípios importantes para a organização territorial no contexto socioeconómico.
- iv) Na “*Criação legal*”, no artigo 255º da CRP, e no “Planeamento”, descrito no artigo 258º da CRP, estas ações são de relevância no que abrange às Regiões administrativas quanto à sua criação e no processo com que as mesmas conduzem o território, na participação da elaboração de Planos Regionais e Nacionais (Amaral, 2015:551).

Atualmente, o Ordenamento do Território em Portugal concretiza-se através de um conjunto de dispositivos legais e regulamentares que enunciam e personalizam os objetivos e a estrutura da política às escalas supranacional, nacional, regional, intermunicipal e municipal, acrescentado na estrutura do Sistema de Gestão Territorial IGT de natureza Especial, Setorial, Estratégica e Regulamentar.

2.2.1. Sistema de Gestão Territorial

O Sistema de Gestão do Territorial (SGT) deve ser analisado em três períodos temporais: até 1998; entre 1998 e 2014; e após 2014 até à atualidade.

Até ao ano 1998, o Sistema de Gestão do Territorial integrava três tipos de IGT (figura 1A): os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT); os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT); e os Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT). Todos com carácter regulamentar. O Sistema de Gestão Territorial não integrava o IGT de âmbito Setorial (ficando a política

setorial sem regulamentação legal vinculativa). Os diplomas legais dos diferentes planos foram surgindo ao longo do tempo, registando-se alguns problemas de articulação.

Os planos da época, o Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano de Urbanização (PU), o Plano Pormenor (PP), o Plano Regional Ordenamento do Território (PROT) e os Planos Especiais de Ordenamento do Território (que incluíam 3 tipos de planos), tinham carácter regulamentar: a transformação do uso do solo e não introduziam mecanismos para a monitorização ou avaliação.

A primeira publicação da Lei de Base da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBPOTU) surge em 1998 (Lei nº48/98, de 11 de agosto) seguida pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro). O Sistema de Gestão Territorial altera-se (figura 2B), passa a ter um programa a nível nacional, é reforçada a componente estratégica (as escalas nacional, regional e intermunicipal), integra os Planos Setoriais, e introduz o nível Intermunicipal.

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial criada pela LBPOTU:

“desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação do âmbito nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.” (preâmbulo, DL380/99).

Através do desenvolvimento dos princípios de gestão territorial operada pelo RJIGT, o Estado, as Autarquias e os privados passam a ter delimitadas as suas responsabilidades com o propósito de:

“(…) assegurar o desenvolvimento económico e social e a igualdade entre os Portugueses no acesso aos equipamentos e serviços públicos, num quadro de sustentabilidade dos ecossistemas, de solidariedade intergeracional e de excepcionalidade” (preâmbulo, DL380/99).

Esta alteração transforma o Sistema de Gestão Territorial em um sistema coordenado e com interação. Nesta fase da contextualização verificamos a ligação entre o conceito Ordenamento do Território e o Planeamento, justificado no resultado da LBPOTU face à organização do SGT.

A LBPOTU e o RJIGT previam a criação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), que foi aprovado pela Lei n.º 58/2007 de 4 de setembro. Este diploma é relevante para o território nacional pelo fato de observar os problemas que existem no espaço português, visando a relação de Portugal com a União Europeia (UE), não esquecendo da envolvimento da UE com o mundo (Correia, 2009). O PNPOT aplica-se a todo o território nacional e introduz normas específicas aplicáveis a áreas concretas do território, assim é elaborado um programa que associa todas as dimensões do território nacional. A elaboração deste programa é da competência do Governo, definida pelo Conselho de Ministros, com coordenação do Ministro do Ambiente e do Território e por uma Comissão Consultiva, formada por Representantes das regiões autónomas, das autarquias locais e dos interesses económicos, culturais, ambientais e sociais. Na hierarquia dos instrumentos de gestão territorial, o PNPOT é o instrumento que detém a supremacia e o princípio da compatibilidade.

No ano de 2014, a LBPOTU adquire uma nova versão pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, integrando agora a política de solos e passando a designar-se como Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo. Esta alteração resultou na introdução de normas importantes na redistribuição de benefícios e encargos no âmbito das execuções dos IGT.

Na sequência desta alteração é aprovada a revisão do RJIGT, pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Ao sistema de desenvolvimento territorial foi adicionada a coordenação das políticas no âmbito nacional, regional, intermunicipal e municipal, consequentemente afirma-se a relação direta entre o regime geral de uso do solo e de todas as fases dos Instrumentos de Gestão Territorial (desde sua elaboração à sua avaliação). É ressaltado a existência de apenas duas classes do solo, rústico e urbano. O Plano Diretor Municipal (PDM) *“define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial”* (Artigo 96º, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), tornando-se mais programático e dinâmico, uma vez que toda e qualquer alteração do solo ou reclassificação deste, segundo o novo RJIGT, deverão ser feitas através do Plano Pormenor (PP), onde se:

“desenvolve e concretiza em detalhe as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização colectiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem”, (artigo 101.º, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).

E o Plano Urbanização (PU), de total comprometimento municipal que corresponde a um documento que:

“desenvolve e concretiza o plano director municipal e estrutura a ocupação do solo e o seu aproveitamento, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a localização das infraestruturas e dos equipamentos colectivos principais”, (artigo 98º, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).

No conteúdo material do âmbito intermunicipal, asseguraram os Programas Intermunicipais que traçam o modelo de organização do território envolvente e estabelecem os objetivos das políticas instituídas. Os Planos de Urbanização e os Planos Pormenor Intermunicipais são da responsabilidade dos municípios que os executam em cooperação. No âmbito Regional, apresenta o PROT (Programas Regionais de Ordenamento do Território), *“prosseguem os objectivos de interesse regional e respeitam o disposto nos programas territoriais de âmbito nacional”* (nº4, artigo 26º, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio). Estes são da competência dos serviços desconcentrados do Estado, as CCDR- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

O domínio nacional detém o PNPOT, os Programas Setoriais (PS), que correspondem a instrumentos programáticos ou de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território, nº1 artigo 39º e os Programas Especiais que *“visam a prossecução de objectivos considerados indispensáveis à tutela de interesses públicos e de recursos de relevância nacional com repercussão*

territorial, estabelecendo, exclusivamente, regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais”, nº1 Artigo 42º, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Na sequência das alterações LBPOTU e RJGT nos anos de 2014 e 2015, o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, uniformiza os critérios de classificação, reclassificação do solo e de qualificação do solo. É eliminada a categoria operativa do solo urbanizável.

Assim, resultam os programas regionais que compatibilizam com os planos territoriais de âmbito municipal e municipal, delimitando estratégias de desenvolvimento territorial e urbanístico (Figura 1B).

No âmbito do planeamento físico regulador da transformação do uso e ocupação do solo, ganham particular relevância as Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (SRUP). As servidões administrativas são diferentes de restrições de utilidade pública (DGOTDU, 2011). As servidões administrativas caracterizam-se por imposições legais no ato administrativo para as entidades da administração pública competente e podem ser a favor ou contra uma construção, visando sempre a sua função de utilidade pública. Enquanto as restrições de utilidade pública debruçam-se nos limites impostos para o uso, ocupação e transformação do solo que proíbem os proprietários de gozarem do direito de propriedade. As restrições de utilidade pública integram os regimes territoriais especiais, como os referentes da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN).

As SRUP têm regimes territoriais especiais de grande influência, por deter vinculação legal originada por publicações de Leis que o Estado considera importantes para a convivência coletiva (o artigo 4º, do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto). Assumindo como condicionantes que regem encargos a bens de propriedade privada para salvaguarda da utilidade pública e fazem a proteção pública de bens que o Estado pretende preservar. Segundo Costa (1992), as SRUP consistem nos pressupostos da relação entre dois objetos, mas o que domina é a utilidade pública ao limitar a sua incidência com o objetivo de garantir a preservação e continuidade do bem.

A RAN consiste em áreas que, em virtude das suas características agro-climáticas, geomorfológicas e pedológicas, apresentam maior aptidão para a atividade agrícola. Esta vigorada pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro é integrada nos PMOT, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização do solo agrícola.

A REN (regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto) é uma restrição de utilidade pública que possui uma publicação autónoma na carta de delimitação municipal, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, por comportar solos com uma estrutura biofísica de valores ecológicos com possíveis suscetibilidades a riscos naturais.

Outras Servidões que são Objeto de estabelecimento e dispositivo legal autónomo, mas reconduzidas para os planos municipais que lhe atribuem regras de uso e ocupação do solo.

O regime jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), regulado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, determina o Estudo de Impacte Ambiental (EIA). A AIA visa identificar os efeitos ambientais de determinados projetos e definir propostas para a sua minimização após superação,

tendo em vista determinar a viabilidade dos tais projetos. As normas da implantação do AIA são da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente com exceção das pedreiras e pecuárias que são da Competência das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

O RJUE (Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro) é o dispositivo legal de fim de linha onde convergem todas as ações físicas (de urbanização e edificação) que carecem de licenciamento dos municípios com o parecer das várias entidades competentes nos domínios aplicáveis a cada situação.

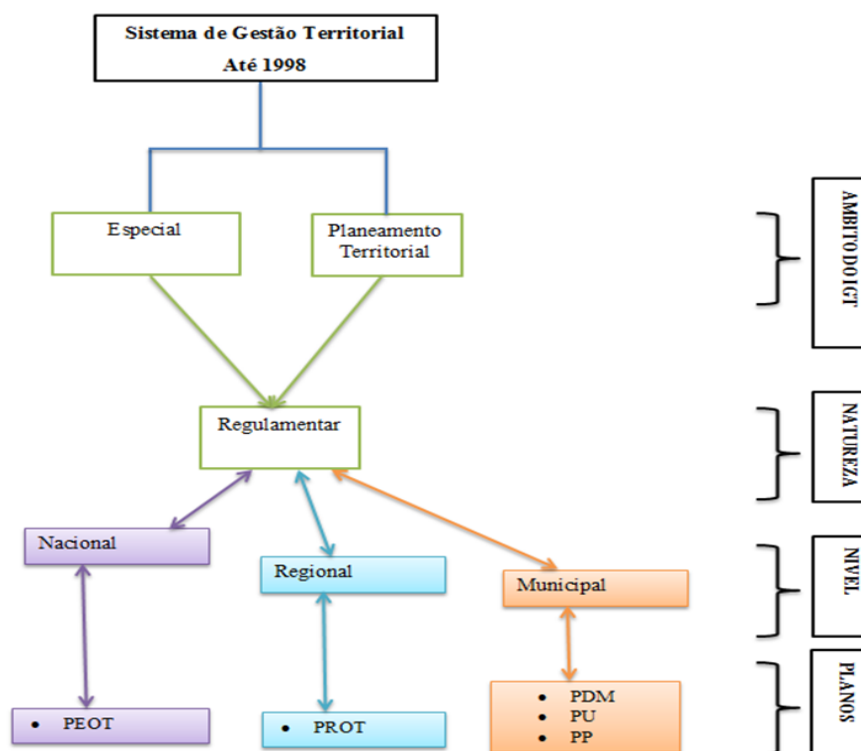


Figura 1A. Sistema de Gestão Territorial em Portugal (até 1998).

Fonte: Elaboração Própria.

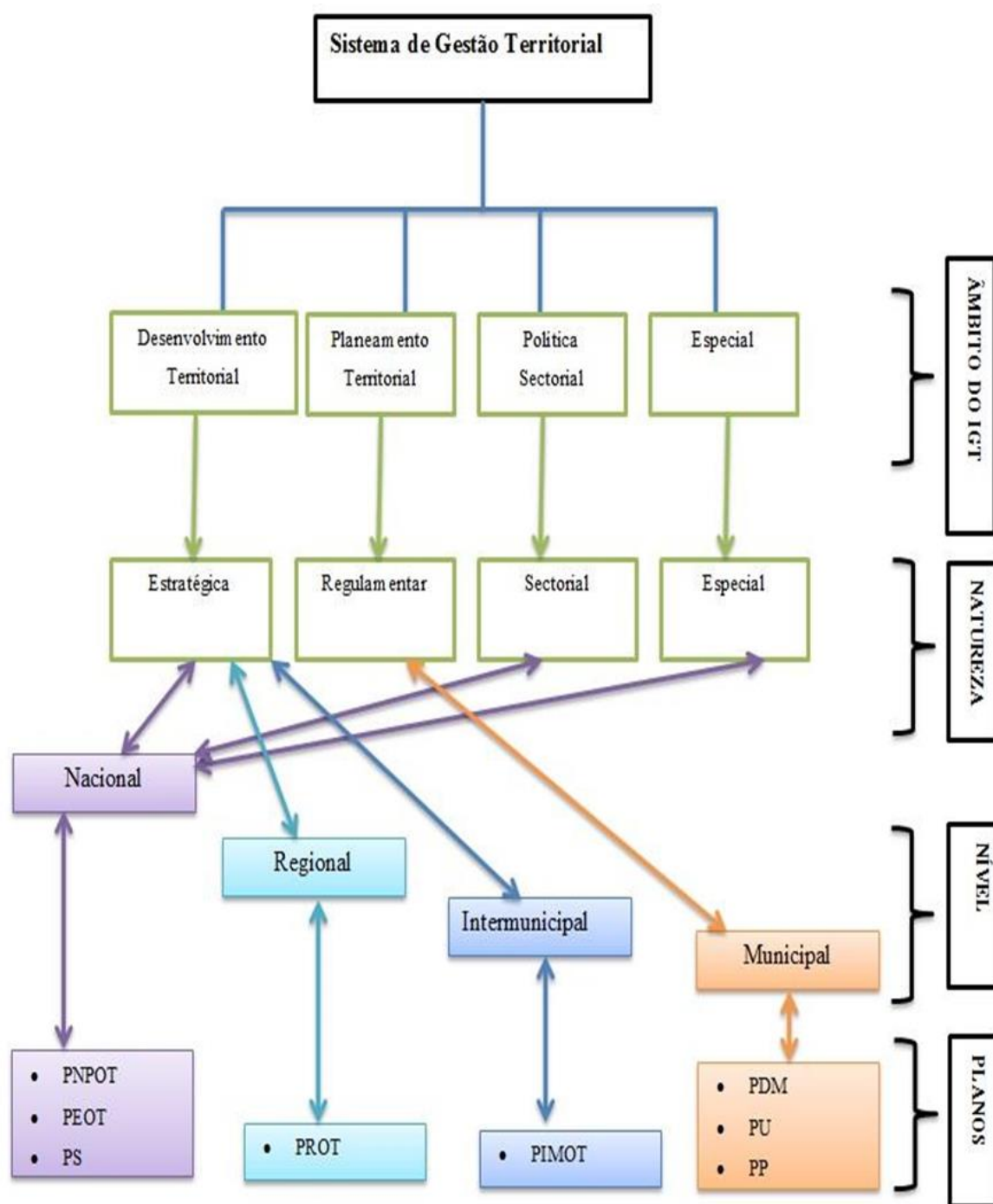


Figura 1B. Sistema de Gestão Territorial em Portugal (1998-2014).

Fonte: Elaboração Própria.

CAPÍTULO 3. REGIME EXTRAORDINÁRIO DA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE)

O território contém a capacidade de exprimir o que acontece através da localização das atividades económicas. Num passado, mais ou menos remoto dependendo das especificidades e dinâmicas económicas e sociais e também dos quadros legais estabelecidos, a localização era inconstante, sustentada na escolha de um agente e beneficiário, o proprietário da atividade. A escolha provinha das aglomerações maiores, onde continham maiores fontes de rendimento, com custos baixos de transporte e que a produção e o consumo favorecessem a competitividade (o custo da produção fosse baixo e o preço para o “consumidor” final fosse o menor possível).

Conforme referido no capítulo anterior, o OT detém implicações de políticas territoriais com bases num sistema sustentado por regulamentos que contêm a atuação coletiva assentada na materialização organizativa. Detemos políticas de desenvolvimento económico, setorializadas, onde visam o aproveitamento da capacidade do país, de acordo com o crescimento já existente e/ou especializadas em conformidade com a realidade existente, que “personaliza” os IGT para a promoção do crescimento ligado à coesão territorial socioeconómica.

Em resposta à situação irregular de um conjunto de atividades económicas no território Português, o governo promove uma política de legalização através de uma “*amnistia de planeamento seletivo*”, através do RERAE, o que revela a importância do Ordenamento do Território no desenvolvimento das atividades económicas (Calor, 2017: 4).

Anteriormente, vários dispositivos setoriais, das indústrias, das explorações de massas minerais, das pecuárias, das operações de gestão de resíduos, continham mecanismos deste mesmo objetivo.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, surge pela necessidade sentida pelo XIX Governo Constitucional da conjuntura benéfica ao investimento para o desejado crescimento económico sustentável que angarie o investimento privado e o emprego, o que consiste na implementação de um conjunto de normas que permite a regularização de atividades económicas com mais-valia para o território. Dois anos após a implementação do decreto apresentado, a publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, ressalva a regularização das atividades descritas e altera o prazo estabelecido no Decreto-Lei, nos seus artigos nº1, nº2 e o nº3.

A regularização de atividades económicas aplica-se aos estabelecimentos, instalações ou explorações que até a data da entrada em vigor (do regime RERAE) não disponham de título válido de instalação ou de exploração e às alterações ou ampliações dos estabelecimentos, instalações ou explorações incompatíveis com os IGT e/ou servidões e restrições de utilidade pública (alínea a) e b) do nº1 do artigo nº1 do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro). O artigo 2º do Decreto-Lei prevê contemplar os estabelecimentos ou explorações que tenham desenvolvido atividade por um período

mínimo de 2 anos, sendo que até à entrada em vigor do mesmo diploma os estabelecimentos em atividade, com atividade suspensa há menos de 1 ano ou que a atividade esteja suspensa num período máximo de 3 anos pela determinação da entidade licenciadora. A formalização do pedido de regularização pode ser realizada no prazo de um ano, correspondendo a data de início à data apresentada no comprovativo eletrónico, no mail de aviso de receção e a data de entrega do requerimento. Todavia a coordenação dos processos compete à entidade licenciadora.

Os pedidos instruídos devem ser remetidos à entidade coordenadora que corresponde ao licenciador da atividade, que no caso da CCDRLVT só se aplica às operações de gestão de resíduos, geridas pelos serviços de Ambiente (DSA).

A CCDRLVT, através do serviço de ordenamento do território (DSOT), assume atribuições em todos os pedidos apresentados ao abrigo do RERAE, independentemente da tipologia de atividade, enquanto entidade emissora de parecer em razão da localização. Isto é, faz o enquadramento e ponderação relativamente às disposições dos instrumentos de gestão territorial – planos municipais aplicáveis e ao regime legal da Reserva Ecológica Nacional.

O regime contempla uma análise das desconformidades e das incompatibilidades presentes nos pedidos, delimita as ações e procedimentos que os requerentes e as entidades responsáveis têm a cumprir (sejam estas simples ou complexas e sistémicas) para a obtenção de um título definitivo.

Cumpridos todos os preceitos estabelecidos em deliberação final, de sentido favorável ou favorável condicionado, das entidades reunidas em conferência decisória (CD), o requerente reconduz-se ao respetivo regime de licenciamento específico para obtenção do título definitivo.

3.1. Compatibilidade de Uso

Abordar a compatibilidade de usos e a conformidade da ocupação e edificabilidade remete para os princípios e práticas constantes dos dispositivos legais e regulamentares que configuram a política pública de solo, do ordenamento do território e do urbanismo que tem como base a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

A política pública de solo, do ordenamento e do urbanismo materializa-se na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo. Nesta Lei encontram-se consagradas as diretivas referentes a ações administrativas sobre a matéria do solo, do ordenamento e de urbanismo, complementada com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).

Os IGT separam-se em planos de âmbito municipal que vinculam os particulares e os programas de âmbito nacional, regional e setorial. Estes vinculam as entidades do Estado que estabelecem políticas territoriais e estratégias associadas ao desenvolvimento.

Os princípios, objetivos e regras que definem o uso e ocupação do solo estão vertidos nos planos e são ancorados na disciplina dos programas, estabelecendo-se um “quadro de interação coordenada” que funda o sistema de gestão territorial (artigo nº38 da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio).

A proteção e valorização dos recursos comuns implicam a definição de valores e medidas que geram interações viabilizadas ou condicionadas aos objetivos traçados e definidos nos planos, a integração de limitações no que respeita à localização dos “recursos”/ aptidões do solo, a materialização de medidas de competência setorial resultante da perceção de que “ *qualquer exercício de ordenamento do território nas sociedades contemporâneas é incompatível às visões centralistas, verticalizadas, sectorizadas e autárquicas da administração*” (FERRÃO 2010:413). As incompatibilidades estipuladas pelos Instrumentos de Gestão Territorial pretendem condicionar a ação do homem.

A documentação que regula as incompatibilidades de uso aplicado ao interesse do Ordenamento do Território sustenta a organização biofísica do território com ponderação nos objetivos unidos ao uso, visando a transformação do solo, fazendo jus à capacidade do solo e à vocação adjacente. O uso do solo é regido pelo regime dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, a classificação e qualificação do solo.

A aplicabilidade do Ordenamento do Território é complexa, articula-se entre a materialização dos planos e o impacto dos mesmos no território. Por consistirem em estratégias para a não criação de problemas, no caso as incompatibilidades fomentam os problemas, estes ao serem identificados trazem estratégias para a sua resolução. Segundo HEALEY (2006:85), “como os problemas são definidos e as estratégias para os resolver são articuladas”, ou seja, a existência de incompatibilidade resulta numa solução para o uso do solo. Como por exemplo, segundo o manuscrito do projeto LANDYN (DGT2014:79), no ano 1960 existiram problemas com os solos agrícolas em torno dos centros urbanos, pois sofreram grandes pressões de urbanização pelo aumento populacional e expansão urbana, e para preservar o potencial produtivo das áreas afetadas procederam a definição da Reserva Agrícola Nacional (RAN), atualmente consagrado no Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março. Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 321/83 de 5 de julho concretiza a criação da Reserva Ecológica Nacional (REN), mas pensada para a conservação do solo e da água em prol do equilíbrio ecológico e uso eficiente dos recursos naturais (DGT 2014:78), regida pelo Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro.

3.2. Conformidade de Edificabilidade

O Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas (RERA) associa-se ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) (Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de dezembro) que

consiste na regulamentação do licenciamento municipal de loteamentos urbanos e obras de urbanização de particulares, fazendo ressalva ao interesse público.

A associação do RERAE ao RJUE surge no âmbito das medidas preventivas aplicadas pelo regime estudado comportar no contexto territorial, em que a pretensão suscita a adequação do enquadramento regulamentar necessário para o licenciamento camarário aplicado no RJUE.

Segundo o artigo 2º, alínea a, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, são consideradas edificações todos os elementos que correspondem à atividade ou o que resulta da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel que tenha como finalidade a utilização humana e qualquer tipo de construção no solo com caráter de permanência. No regime extraordinário, nas alíneas a), b), e c) do artigo 2º é apresentado, no âmbito material, a correspondência do que vai de acordo com as edificações apresentada no RJUE, identificando as desconformidades das edificações nos Regulamento Municipais conforme é apresentado no número 1, do artigo 3º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro.

A disciplina do ordenamento do território, no sentido da coexistência e compatibilidade do uso e das funções, como no caso da Edificabilidade, em que se processam os parâmetros urbanísticos definidos nos PDM (Planos Diretores Municipais), os pressupostos para constituírem incompatibilidades que causam as desconformidades das pretensões. O PDM é um plano obrigatório de caráter regulamentar e estratégico, que materializa os programas nacionais, regionais e intermunicipais (artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio) e constitui o referencial para a gestão urbanística.

A desconformidade de edificabilidade é a ausência de concordância do objeto edificável com os parâmetros e índices regulamentados no instrumento de gestão territorial.

3.3. Cumprimento de Servidões e Restrições

A compreensão do cumprimento de Servidões e Restrições sucede na perceção da definição do mesmo como regime jurídico, uma vez que é apresentada pela LBPPSOTU o seu caráter e as suas prevalências.

O cumprimento de Servidões e Restrições surge inicialmente pelo que é definido nas disposições do regime de uso do solo da Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (artigo 33º, nº1 e no artigo 11º, nº1). Esta lei ressalva que as servidões administrativas sobre bens imóveis limitam o direito de propriedade com a predominância das restrições aplicadas/associadas ao uso do solo. Sendo que as servidões administrativas são classificadas como uma forma de restrição de uso do solo, tendo o seu valor reforçado sobre todas as restrições do mesmo, aplicadas as finalidades do interesse público que dá legitimidade ao seu estatuto, afirmado nas normas dos

planos territoriais. De outro modo, as restrições de utilidade pública correspondem à prevalência acima das disposições do regime valorizadas pelas suas diligências sobre a utilidade coletiva, apresentando-se como valioso em determinado “tempo” e razão da sua carência, assegurado nas cartas das condicionantes. No seguimento da vinculação das disposições acima apresentas, as ações contra a matéria são consideradas incumprimentos, visto que as servidões e restrições albergam o estatuto jurídico especial, inclusivamente prioritário no que diz respeito à aceção do regime do uso do solo aplicado ao SGT.

As SRUP não omitem o direito de propriedade privada, pois este tem proteção constitucional (artigo 62º, nº1 da CRP) que dá ao proprietário o direito de uso e desfrute da sua propriedade, mas não é de maneira absoluta. Como por exemplo, segundo a DGT (2011) a *“constituição de servidões administrativas e restrições de utilidade pública relativas ao domínio público hídrico surge o regime previsto na Lei nº54/2005, de 15 de novembro, na lei nº58/2005 de 29 de dezembro e no DL nº226º-A/2007, de 31 de maio”*. O que acaba por salvaguardar os princípios e normas de utilização das águas públicas e as respetivas zonas de proteção terrestre, consecutivamente os recursos hídricos particulares ficam sujeito às SRUP. Apesar de serem bens privados, os leitos e margens das águas públicas não permitem negociações quando são transpostos parte dos leitos ou margens das águas do mar (bem público).

Contudo, o incumprimento de Servidões e Restrições podem ser ultrapassados através de uma avaliação e ponderação, estas realizadas pelas entidades competentes que resulte na possibilidade de desafetação e/ou alteração do uso do solo (artigo 11º, nº3 e no artigo 33º, nº 5).

3.4 Formato do Regime

Assumindo a regularização das atividades económicas como uma prioridade para o desenvolvimento económico sustentável suportado na dinamização e competitividade empresarial, foi criado um mecanismo nas entidades públicas para assegurar o domínio da intervenção do RERAE na organização do território, que processa com algumas particularidades específicas.

3.4.1. Beneficiários

Ao materializar as políticas setoriais que se relacionam com o crescimento económico, ambiental, social, aliás, tudo o que advém do propósito de políticas públicas territoriais, como a organização territorial adjacente ao solucionar um problema, suscita diversos beneficiários.

O RERAE apresenta-se como um regime legal que dá oportunidade às atividades económicas tipificadas de regularizarem o seu licenciamento e desse modo melhorarem o seu desempenho relativamente ao contexto ambiental e económico.

Quando identificada a desconformidade com os IGT e/ou com SRUP, é requisito fundamental o reconhecimento pelos órgãos municipais da sua relevância (alínea a), do n.º 4, do artigo 5º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Esse procedimento consagra, o que é considerado por Soja (2010), o potencializador do conceito de justiça social na territorialização de políticas sociais e económicas. O regime integra os beneficiários aos objetivos.

3.4.2. Entidades

A materialização do RERAE envolve várias entidades e serviços da administração direta e indireta do Estado competentes por matérias específicas. Estas são suportadas em dispositivos legais e assumem papéis e funções distintas, de coordenação, de emissão de pareceres, de executantes e de licenciadores, que convergem para a decisão e deliberação conjunta que pode ser por maioria e que determina uma sequência de procedimentos, uns do interessado e outros das entidades.

O coordenador de todo o processo no âmbito do RERAE é a entidade licenciadora da respetiva atividade económica:

- i) IAPMEI- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, que contemplam as indústrias do tipo 2, segundo o Decreto-Lei n.º 73/2015 de 11 de maio.
- ii) DGEG- Direção Geral de Energia e Geologia, entidade competente Revelação e aproveitamento de massas minerais (designadas como pedreiras) pelo Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março e (Decreto-Lei n.º 10/2010, de 4 de fevereiro.
- iii) DRAP (LVT) -Direção Regional de Agricultura e Pescas (de Lisboa e Vale do Tejo), regulamenta a atividade de Pecuária e Agro-pecuária, segundo o Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto e o Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho.
- iv) CCDDR (LVT) - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (Lisboa e Vale do Tejo), mais precisamente na Direção de Serviços de Ambiente (DSA) que agrupam as operações de gestão de resíduos definidos pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro.
- v) CM- Câmara Municipal- tem competência sobre as indústrias do tipo 3 e os Anexos agrícolas, explícito no Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro.

A Câmara Municipal (CM) e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR-LVT), no âmbito dos serviços de ordenamento do território, são sempre consultadas por força das suas competências em razão de localização, sendo as restantes entidades identificadas em função dos dispositivos aplicáveis, em matéria funcional e/ou de localização, a cada pedido concreto.

3.5. Procedimentos e Prazos

A apresentação do pedido tem como efeito imediato a suspensão da aplicação e execução coerciva de medidas de tutela da legalidade urbanística, a suspensão dos procedimentos contraordenacionais inerentes às desconformidades legais aplicáveis, podendo laborar com o recibo do requerimento que constitui título válido até que o requerente seja notificado da deliberação final emitida pelas entidades em CD.

O requerente apresenta o seu pedido junto da entidade licenciadora da respetiva atividade, a qual faz o seu enquadramento e saneamento e consulta as entidades para efeitos formais de instrução, estando previsto um momento de aperfeiçoamento (artigo 8º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro).

Apreciadas e sanadas as questões formais e processuais e concluindo-se na prossecução do pedido, a entidade coordenadora procede, no prazo de 30 dias, à convocatória da conferência decisória com as entidades com competências sobre o mesmo, atento o seu âmbito e Objeto (artigo 9º Decreto-Lei n.º 165/2014, 5 de novembro). A data da convocação é, no mínimo, com 20 dias de antecedência da realização da conferência (nº 4, artigo 9º, Decreto-Lei n.º 165/2014, 5 de novembro).

A apreciação do pedido, seja de regularização, alteração ou ampliação, deve ser integrada, ponderando os princípios e normas técnicas nos regimes setoriais, bem como os aspetos e efeitos associados ao mesmo em referência aos IGT e às SRUP aplicáveis (artigo 10º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro).

A conferência decisória pode ser suspensa, por um prazo de 15 dias, por decisão da maioria das entidades representadas quando seja apresentada nova informação que seja relevante apreciar, pelo que não há condições para tomar deliberação final (nº 9, artigo 9º, Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro).

A deliberação final, tomada na CD resulta da ponderação de cada entidade e conjunta dos interesses constantes no artigo 9º e 10º do diploma (artigo 11º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro).

A deliberação final pode conter um dos seguintes sentidos: i) favorável; ii) favorável condicionado; e iii) desfavorável. Em qualquer das situações são apresentados os fundamentos e procedimentos seguintes, designadamente as condicionantes a assegurar pelo requerente desde logo em

fase de licenciamento urbanístico e quais os procedimentos de adequação a desenvolver no âmbito dos planos, programas e SRUP.

A deliberação favorável ou favorável condicionada pode resultar na adequação dos IGT, no caso dos planos municipais, que são vinculativos dos particulares, está prevista no RERAE através de um procedimento mais “ligeiro/simplificado” ao nível da tramitação e do conteúdo documental e material (artigo 12º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro).

Quando é identificada a necessidade de um ato permissivo previsto no regime legal de uma SRUP, este fica assumido diretamente na deliberação favorável ou favorável condicionada, sem prejuízo dos procedimentos adequados para a eventual integração em IGT (n.º 1 do artigo 13º conjugado com o n.º 2 do artigo 12º do Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro).

Se a deliberação favorável ou favorável condicionada implica a alteração da delimitação de uma SRUP, esta tem de ser promovida pela entidade competente., no caso da REN são as Câmaras Municipais, até ao termo do prazo em que tem de ser requerido o título definitivo junto da entidade licenciadora da atividade (n.º 2 do artigo 13º do Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro).

No caso de deliberação desfavorável é estabelecido um prazo, até um ano, para que seja encerrada a unidade ou cesse a atividade, bem como estabelecidas eventuais condições técnicas a serem executadas pelo requerente e acompanhadas/monitorizadas pela entidade licenciadora.

Sempre que os pedidos tiverem o objeto sujeito ao regime de avaliação de impacte ambiental (RJIA - Decreto-Lei 152-B/2017, de 11 de dezembro), este decorrerá de forma autónoma e segundo os preceitos legais próprios, seja de forma e conteúdos, seja de procedimentos e prazos.

Assim, a deliberação final do pedido no âmbito do RERAE é tomada e notificada nos termos do regime, mas a sua concretização e efeitos tem de respeitar, em tudo, os termos da Declaração de Impacte ambiental que seja emitida sobre o respetivo Estudo de Impacte ambiental.

A Figura 2 apresenta o quadro síntese de todos os procedimentos referidos.

3.5.1. Desenvolvimento do Processo na CCDRLVT

Os pedidos apresentados junto da CCDRLVT, seja enquanto entidade licenciadora das operações de gestão de resíduos, seja como consultada em matéria de localização, são todos conduzidos para a Unidade de Instrução Técnica de Processos (UITP). A unidade introduz os respetivos polígonos na base SIG e trata da sua integração na Carta Militar, à escala de 1:25000 no ortofotomapa, e nas peças desenhadas publicadas (plantas de ordenamento ou de implantação e planta de condicionantes) dos IGT e na Carta de REN do respetivo município.

Para essa primeira etapa é fundamental que o pedido esteja instruído com um elemento digital da respetiva área de intervenção (ficheiro de extensão Kml ou Kmz com os limites desenhados sobre o Google Earth) que depois é convertido para shapefile que fica associado a um código no Sistema de Informação Geográfica. Dessa forma, todas as informações utilizadas (transformadas em camadas vetoriais) ficam guardadas no Sistema de Coordenada ETRS89.

Em seguida, desenvolve-se a análise técnica que compreende a confrontação com as disposições dos IGT aplicáveis e com o regime legal da REN. Daqui resulta a ponderação e avaliação das eventuais desconformidades, ao nível do uso e/ou da ocupação/edificabilidade, e uma decisão sobre a viabilidade e aceitação de adequação dos dispositivos legais para acolher, a título excecional, a atividade e desse modo permitir a sua regularização em termos funcionais e urbanísticos.

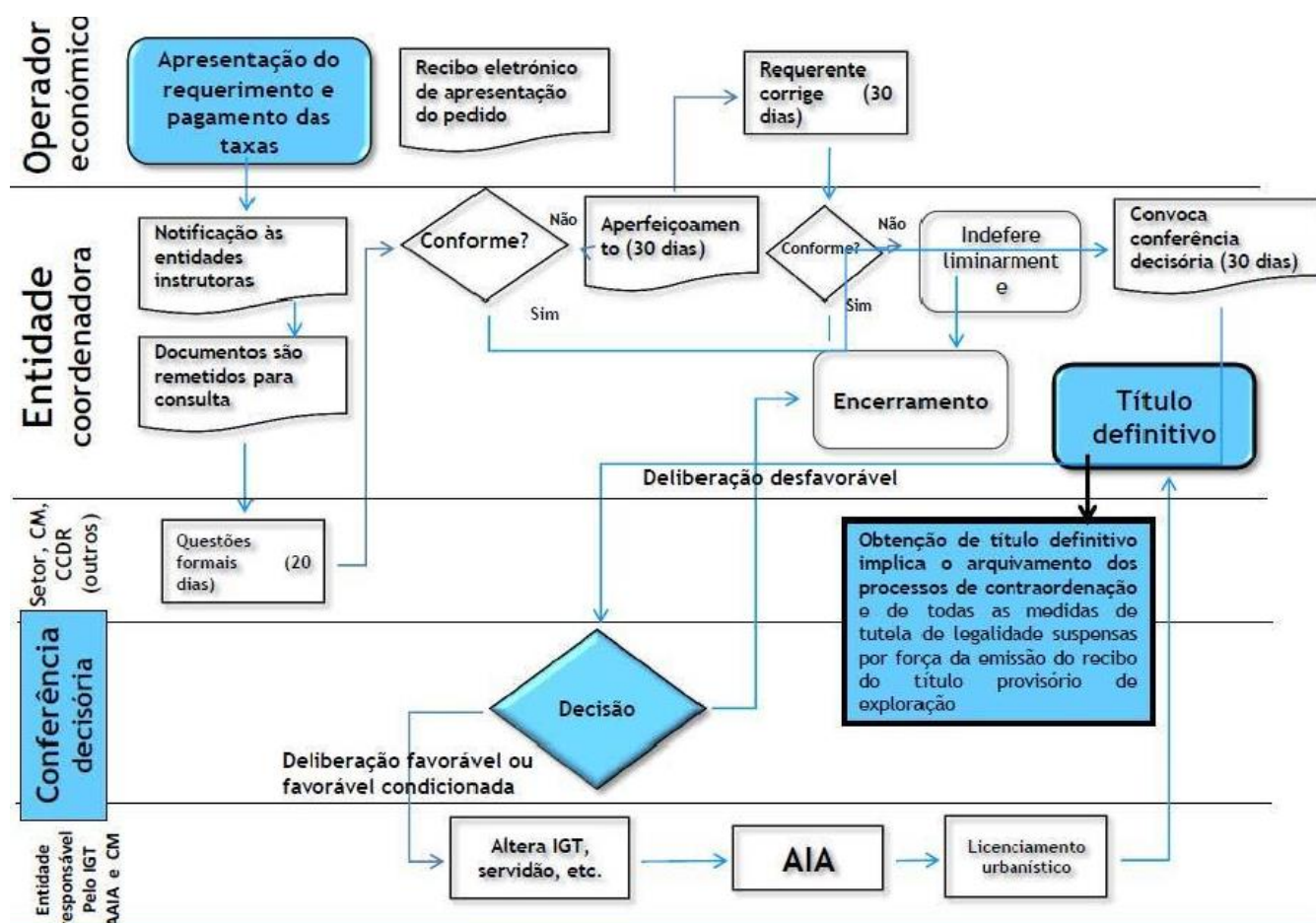


Figura 2-Síntese do Procedimentos RERAE

Fonte:CCDR-LVT

Disponível em http://www.ccdrn.pt/sites/default/files/apresentacao_rerae_ccdrn.pdf

CAPÍTULO 4. O TRABALHO DE ESTÁGIO

Neste capítulo expõe-se todo o trabalho realizado no estágio, de acordo com os objetivos específicos traçados, como a estruturação de uma base de dados que possua toda a informação constante nos processos dos requerentes entrados no serviço do Ordenamento do Território da CCDR-LVT e georreferenciação em SIG da informação sistematizada, tendo em vista a sua localização e o cruzamento com a Planta de Ordenamento e a Planta de Condicionantes dos Instrumentos de Gestão Territorial aplicáveis. Desta forma, são apresentados os critérios associados às escolhas relativas à construção da base de dados e à sua composição que serviu de suporte ao exercício de georreferenciação procedida no Sistema de Informação Geográfica.

De forma a concluir o capítulo são expostos os resultados obtidos através da base de dados construída e as leituras decorrentes.

4.1. A Base de Dados

A base de dados relativa ao Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas foi designada Projeto QGIS_RERAE.

O Projeto QGIS_RERAE consiste numa base de dados que contém toda a informação alfanumérica constante dos processos RERAE para que a informação geográfica fique sistematizada. Esta concentra toda a informação constante dos processos registados na RLVT, passando a CCDR-LVT a ter à sua disposição todos os processos referentes ao regime num único sistema, e assim acesso a toda a informação dos processos e ainda podendo trabalhá-la conforme a necessidade do utilizador.

O primeiro critério a ter-se em conta neste trabalho é a criação de duas bases de dados desenvolvidas inicialmente em separado com o respetivo carregamento da informação para as folhas Excel e a recolha de todos os processos ao introduzir a sua correta localização geográfica. Posteriormente a essas duas tarefas, procede-se a união. Na fase de modelação de dados é importante verificar as limitações do software utilizado na união alfanumérica e SIG. O programa utilizado para a georreferenciação é o QGIS, pelo que necessita de um campo de união, nas duas bases de dados criadas ilustra-se com números (N de Ordem). Este deve apresentar-se o mais simples possível, de forma a evitar erros de leitura no programa.

Como referido, a informação alfanumérica é fundamental para o bom sucesso do trabalho, sendo a materialização dos pedidos com a sua caracterização, as entidades envolvidas, as desconformidades e toda a sequência do procedimento.

Neste sentido, detém-se uma base de dados com uma vasta composição: 565 processos e cada um com cerca de vinte e cinco elementos.

Sendo que no processo de carregamento da informação está inerente a sua extração e a sua transformação, procurou-se criar uma base de dados organizada, funcional e clara.

Na extração, os dados foram trabalhados com o mesmo formato ou padrão de acordo com outros elementos associados a informação geográfica, ou seja, o campo “Concelho” detinha todas as letras em maiúsculas no ficheiro Excel conforme a Carta de Ocupação do Solo e /ou à Carta Administrativa Oficial de Portugal (que era uma camada do projeto QGIS). Assim, para cada campo devem verificar linhas e colunas com valores apropriados.

O carregamento tem como foco a ligação da base de dados geográfica alinhada a um único sistema de coordenadas (ETRS89 / Portugal TM06), que uniformiza a informação ou os resultados a serem extraídos.

É necessário ressaltar que o QGIS é um software livre com código-fonte aberto, multiplataforma de sistema de informação geográfica que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados, QGIS (2015), e assim sendo, ele é utilizado pela instituição detentora do projeto SIG.

4.2. Estrutura da Base de Dados

A primeira etapa dos trabalhos foi a construção da base de dados. Foi feita a identificação e sistematização das informações e dos dados considerados relevantes sobre a definição do pedido e das fases do seu desenvolvimento.

A base de dados foi organizada em folhas Excel para cada ano. As folhas Excel com informação alfanumérica foram associadas a uma shapefile correspondente à informação georreferenciada de cada processo.

- i) As folhas em Excel encontram-se numa pasta definida como EXCEL_RERAE, divididas por ano (ilustrado na figura 3, delimitado a preto), permitindo que o utilizador possa aceder por ordem cronológica.

Cada processo está identificado com um número de ordem crescente em função da data de criação e distribuição interna, ficando assim salvaguardada a proteção de dados pessoais e institucionais.

	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y
	N de Ordem	Concelho	Freguesia	Actividade	Data de Início	Entidade Licenciadora	Razões de Acesso	SARUP Abrangidas	Planos e Programas Abrangidos	RIPM Data	N de Aditamentos	Parecer Data	Parecer Sentido	CD Data	2-CD Data	C.D Entidade s convoca das	Deliberaç ao Sentido	Procedim ento Sequente Revisão Alteraç o do IGT	Revisão/ Alteraç o do IGT Data	Procedim ento Sequente AIA	AIA Data	Procedim ento Sequente AIA
1																						
2	20161	PALMEL A	Uniao das Freguesias Poceirao	Pecuaria	13/01/2016	DRAPLV T	PDM-RAN	REN/RAN-DH	-	29/04/2015	1	08/02/2016	Favorave 1	10/02/2016	-	DRAPLV T/CCDR LVT/AP A.ARHT O.DGAV	Favorave 1	PDM	Aviso n 13115/2017 31-10-2017	-	-	
3	20162	RIO MAIOR	Alcobertas	Pecuaria	26/01/2016	DRAPLV T	PDM	-	-	30/10/2015	2	30/05/2016	Favorave 1	01/06/2016	-	DRAPLV T/CCDR LVT/DG AV/ARS/ ICNF/C	Favorave 1 Condicionado	PDM	Aviso n 16579/2018 14-10-2018	-	-	
4	20163	SANTA REM	Alcanece	Pecuaria	01/02/2016	DRAPLV T	PDM	REN	POPNSAC	20/07/2015	2	01/06/2016	Favorave 1	21/06/2016	-	DRAPLV T/CCDR LVT/DG AV/ARS/ CM/ICN	Favorave 1	PDM	Aviso n 6992/2018 23-05-2018	-	-	
5	20164	PALMEL A	Pinhal Novo	Pecuaria	10/02/2016	DRAPLV T	PDM	REN/DH	-	16/12/2015	1	04/11/2016	Favorave 1	07/04/2016	21/06/2017	DRAPLV T/CCDR LVT/AP A-ARHTO/	Favorave 1	PDM	Aviso n 13115/2017 31-10-2017	-	-	
			Alhos			DRAPLV	PDM-	RAN/RE					Desfavor			DRAPLV T/CCDR LVT/AP	Favorave 1		Aviso n 3439/201			

20163	SANTA REM	Alcanece	Pecuaria	01/02/2016	DRAPLV T	PDM	REN	POPNSA
20164	PALMEL A	Pinhal Novo	Pecuaria	10/02/2016	DRAPLV T	PDM	REN/DH	-
		Alhos			DRAPLV	PDM-	RAN/RE	

	N de Ordem	Concelho	Freguesia
1			
2	20161	PALMEL A	Uniao das Freguesias Poceirao
3	20162	RIO MAIOR	Alcobertas
4	20163	SANTA REM	Alcanece

Figura 3. Bases de Dados
Fonte: Elaboração Própria.

- ii) Nas tabelas, foi criado um número de ordem associado a cada pedido de regulamentação e é respeitado a ordem da numeração dos processos na CCDD-LVT, atribuído pela mesma lógica dos números dos processos. Estes são concedidos por tipologia conforme a data de entrada que corresponde à data de início. A numeração menor corresponde ao processo mais antigo e a maior ao processo mais recente. O número do processo e a designação dos requerentes não são divulgados, respeitando a legislação de proteção dos dados. A expressão para listar a condição do número de ordem é F="ano do processo"&SE(A2="";"";LIN(A2)-1, como exemplo, o ano de 2015 foi: F="2015"&SE(A2="";"";LIN(A2)-1).

A folha (ilustrada na Figura 5. Bases de Dados- Composição da Tabela) é composta por seis pontos fundamentais do cabeçalho, evidenciado em separado para a melhor percepção em duas figuras (Figura 5. Bases de Dados- Composição da Tabela parte 1 e Figura 6. Bases de Dados- Composição da Tabela parte 2).

Nº de Ordem	Concelho	Região	Atividade	Data de Início	Entidade Licenciadora	Forma de Acesso	LAPLUP Acompanhados	Plano e Programa Acompanhados	ESPQ Data	Nº de Admissões	Preciso Data	Preciso Sessão	CD Data	J-CD Data	CD Entidade concedida	Destinação e Sessão	Procedimento e Sessão	Preciso Alteração do IOT Data	Procedimento e Sessão ALA Data	Procedimento e Sessão Alteração REN Data	Procedimento e Sessão Comunicação Precisa REN Data	Procedimento e Sessão Licenciamento e Urbanístico Data	Procedimento e Sessão Licenciamento e Urbanístico Data	Estado	
	ALCANDEIA	União das freguesias de Alcanide e Vila	Industria	2015-06-11	LAPLUP	REN	REN	-	2015-02-27	0	2015-07-10	Favorável	2015-08-13	-	LAPLUP C/CDLUP C/CDLUP LVT	Favorável	PDH	-	-	-	-	-	-	-	-
	CARTÃO	União das freguesias de Entre e Lago	Industria	2015-06-18	CM	REN	REN	-	2015-04-06	1	2015-10-07	Favorável	2015-10-21	-	CCDLUP (ARA/CM)	Favorável Condicionado	-	-	-	-	SIM	Artigo n.º 827/2018 19-05-2019	-	-	-
	OUREN	Nossa Senhora das Quatro Ribeiras	Industria	2015-07-21	CM	PDH/REN	AL/UP/DIR	-	2015-04-29	2	2015-06-09	Favorável	2015-06-11	-	CCDLUP C/CM	Favorável	PDH	Artigo n.º 1625/2018 09-10-2018	-	-	NAO	-	-	-	-
	OUREN	Nossa Senhora das Quatro Ribeiras	Industria	2015-09-15	CM	PDH/REN	REN	-	2015-04-29	1	2015-01-29	Favorável	2015-01-31	-	CM/CCDLUP	Favorável	PDH	Artigo n.º 1622/2018 09-10-2018	-	-	NAO	-	-	-	-
	PALMEIRA	Piñal Novo	Industria	2015-09-18	LAPLUP	PDH/REN	REN	-	2015-06-25	3	2015-12-21	Favorável Condicionado	2016-01-08	-	LAPLUP C/CDLUP C/CDLUP LVT	Favorável Condicionado	PDH	Artigo n.º 1115/2017 31-10-2017	-	-	NAO	-	-	-	-
	CARTÃO	União das freguesias de Cartão e Vila da	Industria	2015-10-12	CM	PDH/REN	REN	-	2015-04-29	1	2016-07-01	Favorável	2016-07-04	-	CCDLUP C/CDLUP C/CDLUP LVT	Favorável	PDH	Artigo n.º 2015/2018 15-02-2018	-	-	SIM	Artigo n.º 827/2018 19-05-2018	-	-	-
	OUREN	Nossa Senhora das Quatro Ribeiras	Industria	2015-10-29	CM	PDH/REN	REN	-	2015-06-30	2	2017-08-22	Favorável	2017-09-12	-	CCDLUP C/CM	Favorável	PDH	Artigo n.º 1759/2018 20-08-2018	-	-	NAO	-	-	-	-

Figura 4. Base de Dados.

Fonte: Elaboração Própria.

A primeira ilustração da composição das folhas Excel (Figura 4. Bases de Dados- Composição da Tabela parte 1) conta quatro pontos fundamentais de identidade dos processos:

I. Marcado na imagem com a cor roxa o N de Ordem que faz a união entre os ficheiros Excel com o número dos processos internos na CCDD-LVT e com tabela de atributos das Shapefile (delimitação geográfica georreferenciadas dos processos associados).

II. O Campo Concelho, delimitado na cor castanha, compõe a informação da localização. Este campo foi formatado com as mesmas características dos dados disponíveis

pela DGT, como por exemplo, a CAOP. sempre que foi necessário trabalhar com outros dados não haverá impedimentos.

III. A identificação da Freguesia, na imagem com a cor amarela, está associada ao ponto II

IV. A coluna Atividade, no tom verde, procede à ligação direta com o tipo de regularização, revelando a Atividade correspondente.

N de Ordem	Concelho	Freguesia	Actividade	Data de Inicio	Entidade Licenciadora	Razoes de Acesso	SARUP Abrangidas
20161	PALMEIRA	União das Freguesias Poceirão	Pecuaria	13/01/2016	DRAPL VT	PDM-RAN	REN/RAN-DH
20162	RIO MAIOR	Alcoberças	Pecuaria	26/01/2016	DRAPL VT	PDM	-
20163	SANTAREM	Alcanedeira	Pecuaria	01/02/2016	DRAPL VT	PDM	REN
20164	PALMEIRA	Pinhal Novo	Pecuaria	10/02/2016	DRAPL VT	PDM	REN/DH
20165	MOITA	Athos	Pecuaria	08/02/2016	DRAPL	PDM-	RAN/RE

Figura 5. Base de Dados- Composição da Tabela parte 1.

Fonte: Elaboração Própria.

V. Na cor laranja ilustrado na Figura 6. Bases de Dados- Composição da Tabela parte 2, correspondem a “fragmento” importante após a execução do procedimento para a chegada a deliberação dos pedidos de regularização, informa o leitor o que sucedeu ou o está a ocorrer depois da deliberação e antes do último procedimento, consiste em Procedimentos Sequentes.

VI. O último procedimento do Regime é a obtenção do Título Definitivo, assinalado na cor azul clara. Esta coluna será preenchida posteriormente ao relatório, pois necessita de uma resposta por parte das entidades competentes.

Deliberaç ao Sentido	Procedim ento Sequente Revisão/ Alteração do IGT	Revisão/ Alteração do IGT Data	Procedim ento Sequente AIA	AIA Data	Procedim ento Sequente Alteração REN	Alteração REN Data	Procedim ento Sequente Comunica ção Prévia REN	Comunica ção Prévia REN Data	Procedim ento Sequente Licencia mento Urbanísti co	Emissã o de Licencia mento Urbanísti co	Título Definitiv o
Favorave l	PDM	Aviso n 13115/20 17 31- 10-2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Favorave l Condiçio nado	PDM	Aviso n 16579/20 18 14- 10-2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Favorave l	PDM	Aviso n 6992/201 8 23- 05-2018	-	-	SIM	Aviso n 6992/201 8 23- 05-2018					
Favorave l	PDM	Aviso n 13115/20 17 31- 10-2017	-	-	NAO						
Favorave l Condiçio nado	PDM	Aviso n 3439/201 9 04- 03-2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Figura 6. Bases de Dados- Composição da Tabela parte 2.

Fonte: Elaboração Própria.

Os restantes elementos dizem respeito ao enquadramento e características dos processos, às entidades e atividades/procedimentos associados ao seu desenvolvimento: *Data de Início; Entidade Licenciadora; Razões de Acesso; SRUP Abrangidas; Planos e Programas Abrangidos; RIPM Data; Nº de Aditamentos; Parecer Data; Parecer Sentido; CD Data; 2-CD Data; C.D Entidades convocadas.*

Consta em anexo a folha Excel referente ao ano de 2015, assim como o guião ilustrativo (“Organização da Pasta RERAE”) que demonstra as informações/descriptores contidos na base de dados construída.

4.3. Análise da Informação da Base de Dados

Feita a sistematização/organização da informação na base de dados à data de 04/04/2019, reportada aos processos rececionados no serviço (DSOT) da CCDRLVT, excluindo os relativos às OGR geridos pelo serviço do ambiente (DSA) do mesmo organismo, efetua-se a sua análise quantitativa e qualitativa.

4.3.1. Distribuição Geográfica e Tipologias de Atividades Económicas nos Processos Requeridos (2015-2019)

A organização da informação/dados por anos de criação dos processos justificou-se para perceber o impacto e as dinâmicas associadas à publicação do regime legal.

Ano de 2015

O ano de 2015 representa o ponto de partida do regime, resultado do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro. Neste ano, o número de pedidos chegado à DSOT para parecer foi no total de 17 processos, distribuídos pelos municípios de Alcanena, Cartaxo, Ourém e Palmela (os números representados na figura 7). Na representação das áreas de intervenção, o município de Ourém destaca-se pelo número de pedidos, (12, com processos a corresponder a 70,6%) e os concelhos identificados com processos neste ano apresentam-se dispersos (figura 9).

Os processos registados neste ano reportam-se exclusivamente à atividade industrial. Único tipo de atividade económica, a indústria (figura 8), sendo que as atividades industriais do tipo 2 licenciadas pelo IAPMEI correspondem a 17,6% (3 processos) e a do tipo 3, creditadas pela CM, consistem em 82,4% (14 processos).

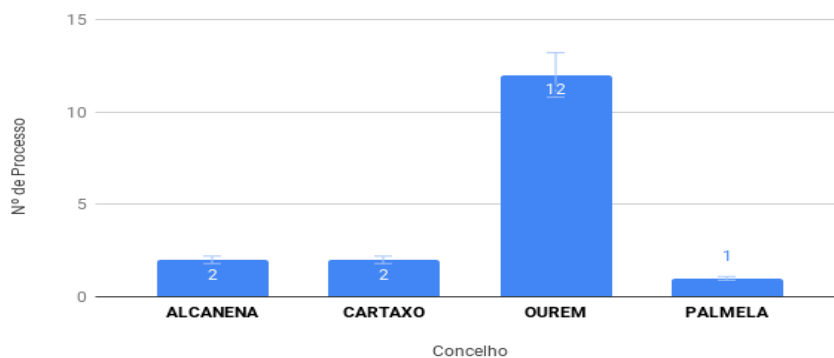


Figura 7. Concelhos com processos no âmbito do RERAE, em 2015

Fonte: Elaboração Própria.



Figura 8. Números de processos por tipos de atividades económicas no âmbito do RERAE (Ano de 2015).

Fonte: Elaboração Própria.

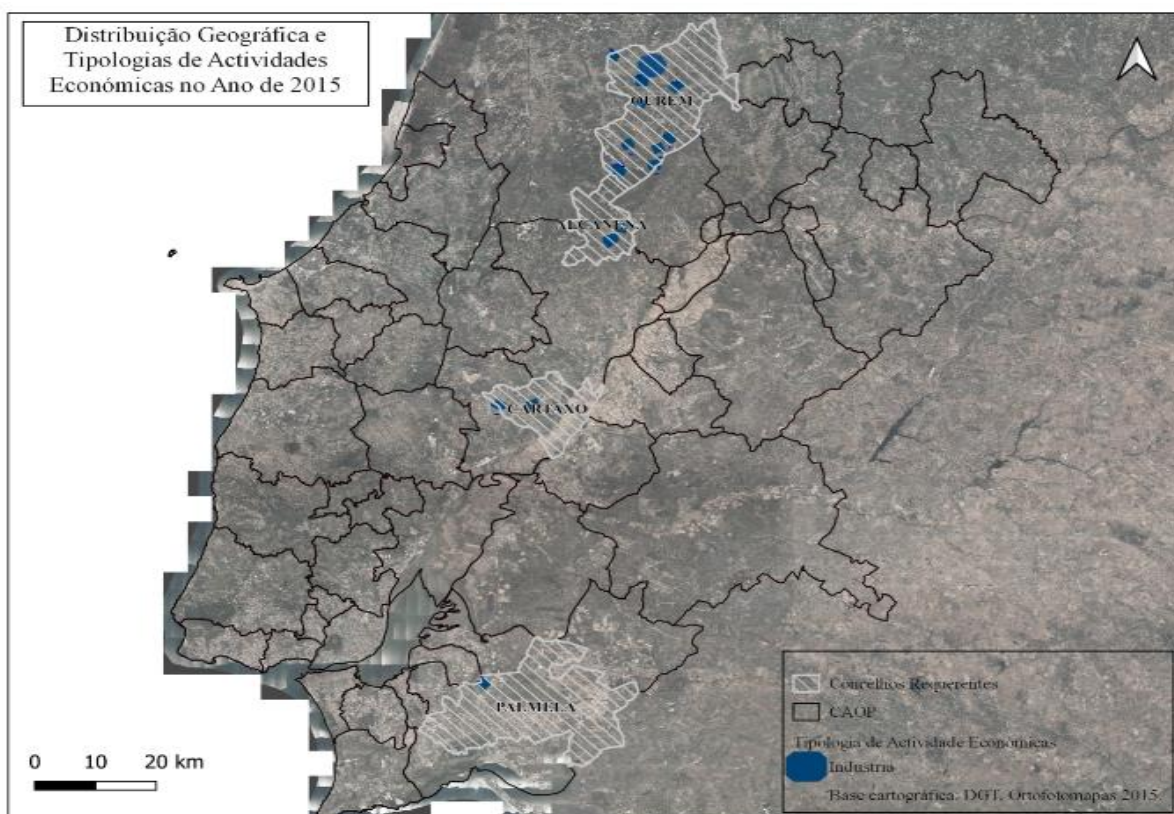


Figura 9. Distribuição Geográfica e tipologia de atividades económicas no âmbito do RERAE no ano de 2015.

Fonte: Elaboração Própria.

Ano de 2016

Em 2016, a Lei nº21/2016, de 19 de julho prolonga o prazo de regularização presente no nº1 do artigo 3º do diploma que estabelece o regime e alarga o âmbito às atividades económicas, ou seja, estabelece que podem também ser apresentados pedidos de regularização às atividades que não tenham iniciado atividade ou que tenham sido suspensas por mais de um ano. Outra alteração foi a extensão do regime quanto às atividades que podem requerer ao RERAE para regularizar, tais como, o apoio da atividade agro-pecuária, agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura.

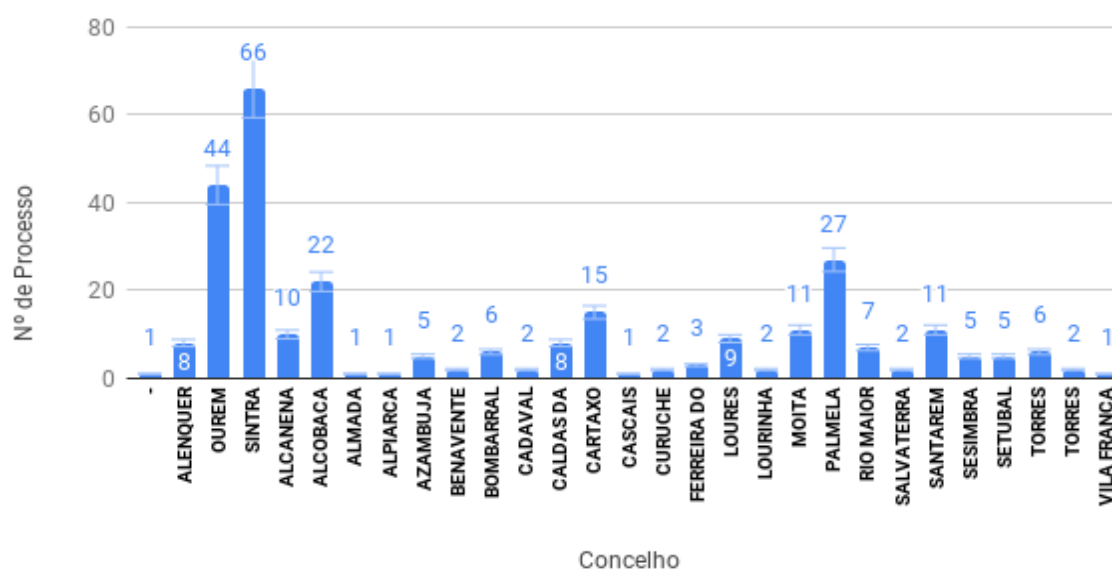


Figura 10. Concelhos com processos no âmbito do RERAE, em 2016.

Fonte: Elaboração Própria.

O ano de 2016 foi o que registou maior número de pedidos de parecer (285) (figura 10), nos quais sobressaem os municípios de Sintra (66 pedidos), Ourém (44), Palmela (27) e Alcobaca (22). Na conjuntura em que incidiram os 29 municípios que procederam ao pedido de regularização das atividades económicas no ano em análise, acaba por ter mais peso os identificados que representam 55,8% dos processos verificados. Entende-se ser de grande relevância verificar nos subtítulos subsequentes como os concelhos atuaram nos procedimentos posteriores.

Os processos dividem-se por três tipos de atividade económica (figura 11): a indústria detém a maior percentagem com 70,2% (200 processos); as pedreiras com 3,9% (14); e a pecuária com 24,9% (71). Acrescentar que a atividade industrial subdivide-se em dois tipos: o tipo 3 com 92% (176 processos) e o tipo 2 com 7,4% (14).

Na mesma análise observamos (na figura 11) a informação de alguns processos identificados como “PEDIDO DE ELEMENTOS”, estes correspondem a pedidos requeridos a que faltam algum (s) elemento (s) para o desenvolvimento do processo. Os elementos em falta são de tal importância que nem se consegue identificar a atividade económica que detém um dos processos, nesta situação encontra-se 1% (3), identificados na cartografia no município de Alcobaça (figura 12).

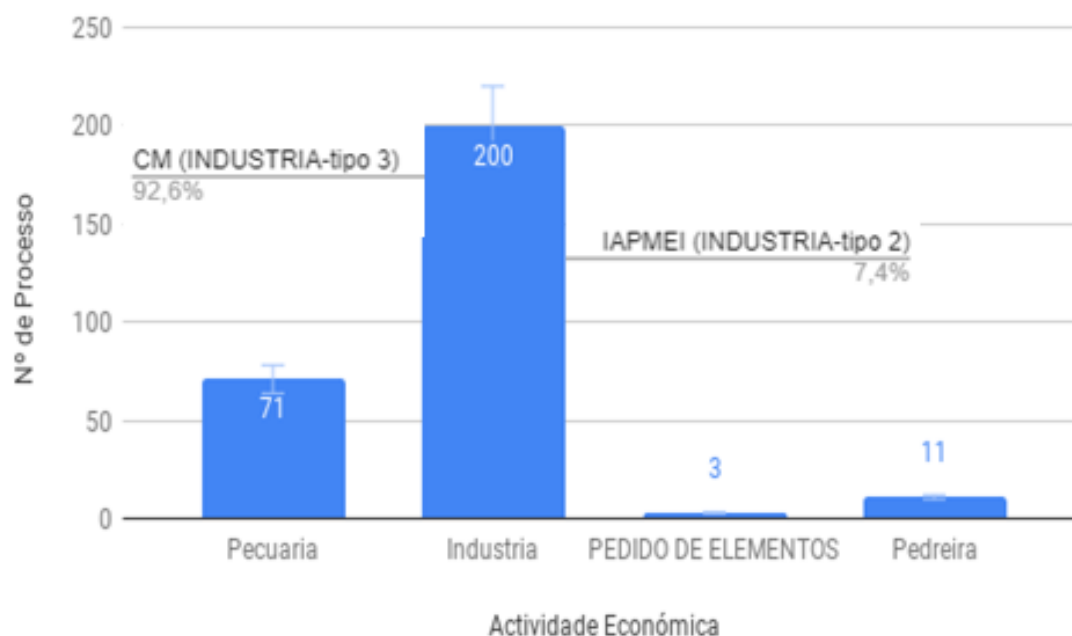


Figura 11. Números de processos por tipos de atividades económicas no âmbito do RERAE (Ano de 2016).

Fonte: Elaboração Própria

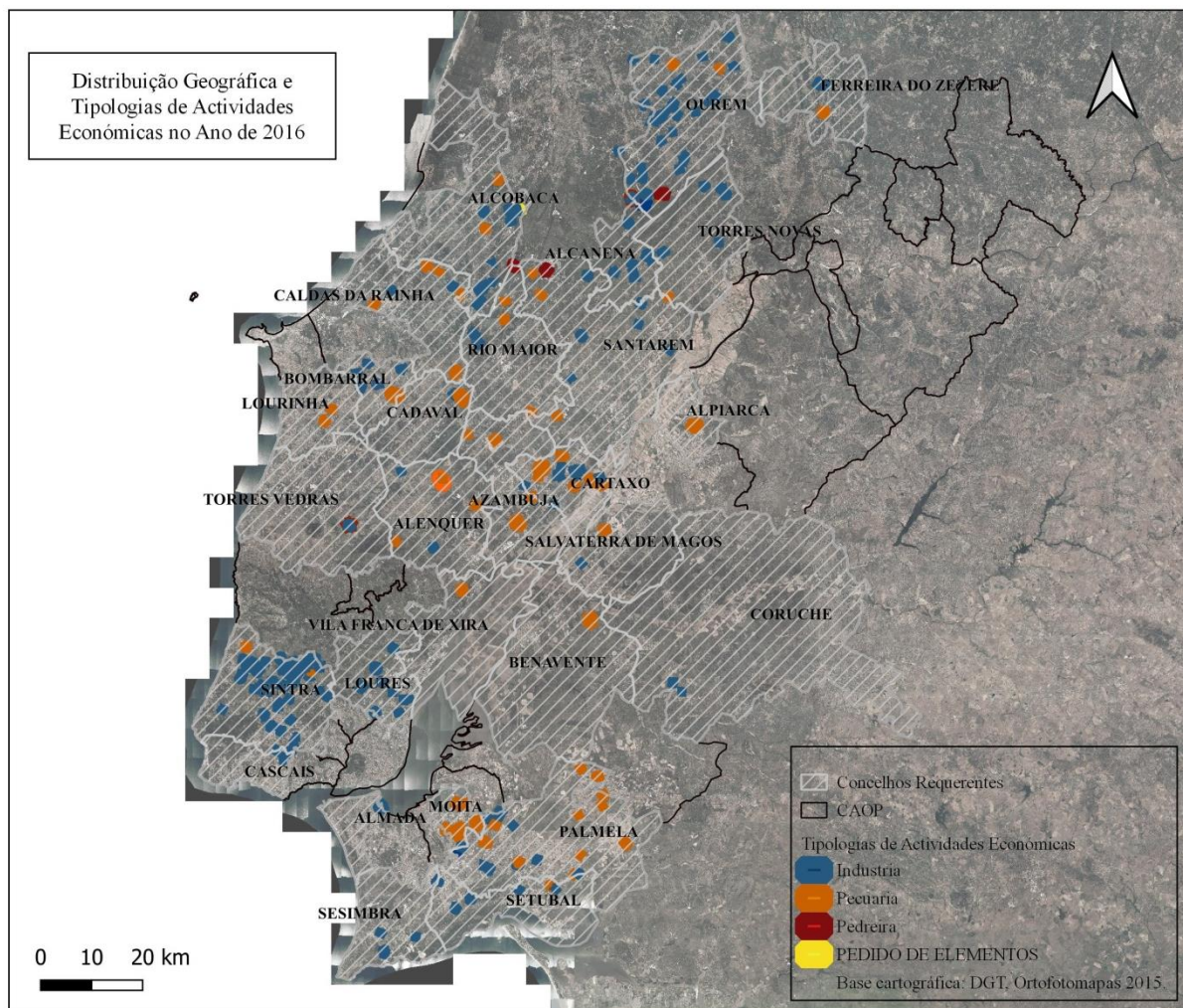


Figura 12. Distribuição Geográfica e tipologia de atividades económicas no âmbito do RERAE ano de 2016.

Fonte: Elaboração Própria.

Ano de 2017

No ano de 2017 deram entrada 142 processos de regularização de atividades económicas distribuídos por 30 concelhos da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Destes, destacam-se os municípios de Sintra (24 requerimentos que correspondem a 16,8%), Ourém (16 pedidos equivalentes a 11,2%), Caldas da Rainha (12 processos que equivalem a 8,4%) e Alcobaca (10 requerimentos que consistem em 7%), perfazendo um total de 43,4%.

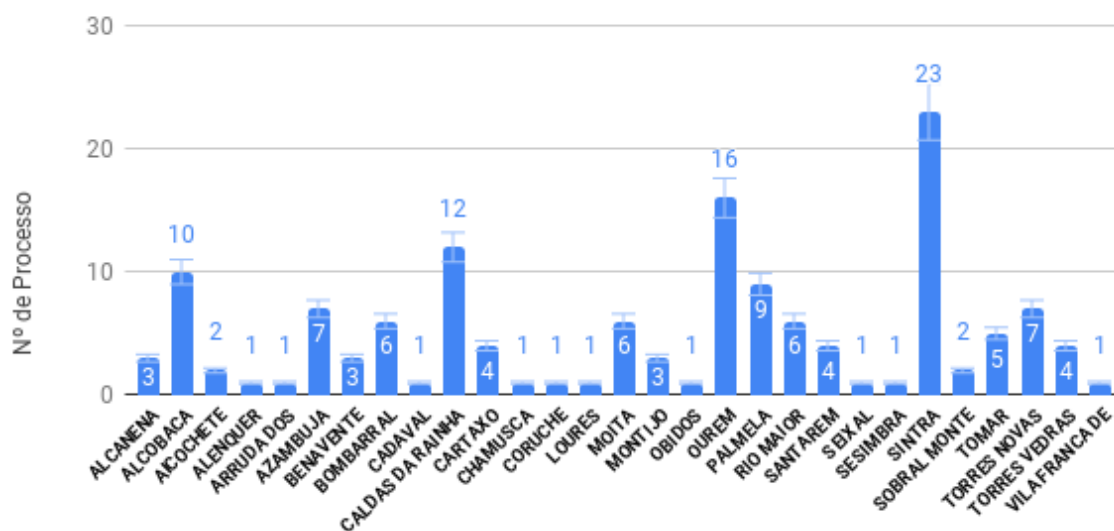


Figura 13. Concelhos com processos no âmbito do RERAE, em 2017.

Fonte: Elaboração Própria.

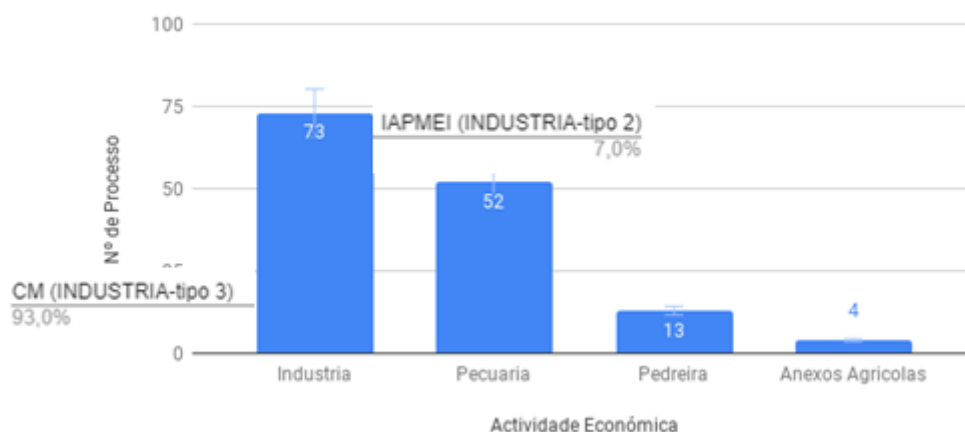


Figura 14. Números de processos por tipos de atividades económicas no âmbito do RERAE (Ano de 2017).

Fonte: Elaboração Própria.

Os processos relativos ao ano de 2017 repartem-se em quatro tipos de atividades económicas, mas a atividade industrial tem a maior percentagem (51,4%). Os anexos agrícolas (2,8%) aparecem pela primeira vez nesta análise (figura 14). A atividade industrial detém dois tipos, o tipo 3 licenciado pela CM que corresponde 93% (66 processos) e o tipo 2 da tutela de IAPMEI com 7% (5 processos).

De lembrar que a alteração ocorrida no regime Lei nº21/2016, de 19 de julho, alargou a tipologia das atividades económicas requeridas ao regime, daí a presença dos anexos agrícolas neste ano (figura15).

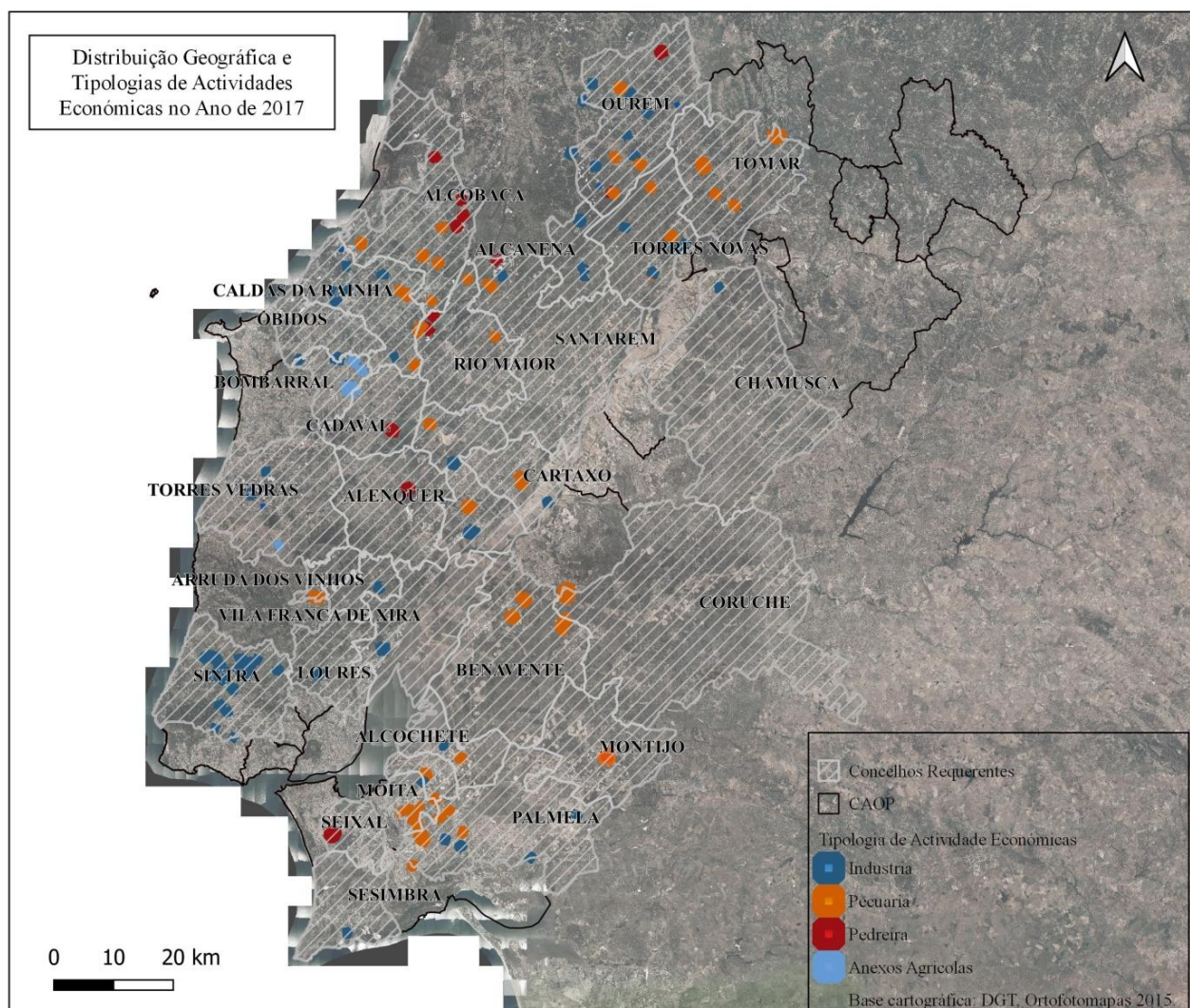


Figura 15. Distribuição Geográfica e tipologia de atividades económicas no âmbito do RERAE no ano de 2017.

Fonte: Elaboração Própria.

Ano de 2018

Os pedidos requeridos no ano de 2018 dizem respeito a 27 concelhos (figura16). Com maior relevância, evidencia-se, por ordem decrescente, o município de Sintra (com 14%), Alcobaça (12,4),

Caldas da Rainha (10,5%) e Santarém (9,5%). Os processos destes municípios representam 46,4% do total (figura 16).

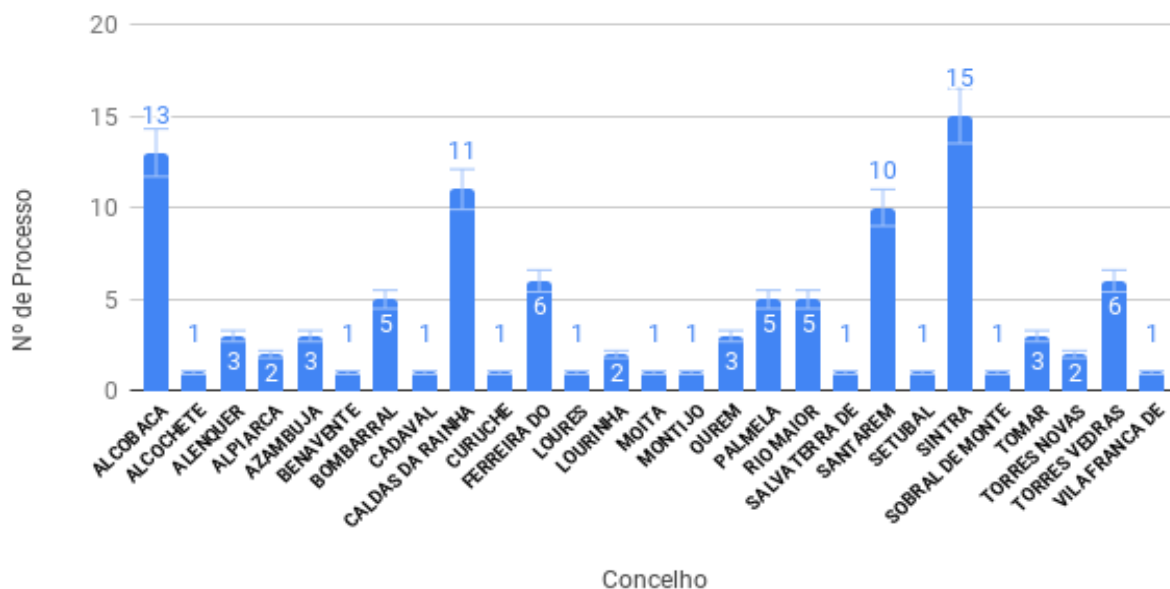


Figura 16. Concelhos de intervenção no ano de 2018.

Fonte: Elaboração Própria.

Em 2018 surge uma nova tipologia de atividade económica (agro-pecuária) que é uma indústria da esfera alimentar, licenciada pela DRAPLVT, nos municípios de Santarém e Ferreira do Zêzere (figura 18). Novamente é verificado 1 pedido de regularizações que têm falta de elementos que impedem a continuidade ao processo (figura 17). As atividades pecuárias detêm 54,3% dos processos requeridos, dominam o número de pedidos realizados em 2018, discordante dos anos anteriores que destacava a indústria. Os pedidos de atividades pecuárias assumem pela primeira vez um carácter dominante.

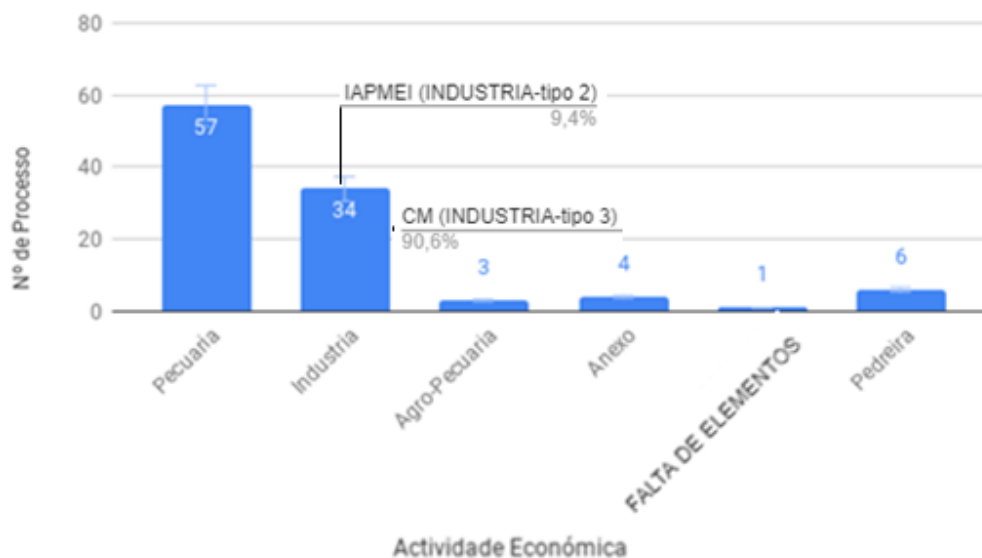


Figura 17. Números de processos por tipos de atividades económicas no âmbito do RERAE (Ano de 2018).

Fonte: Elaboração Própria.

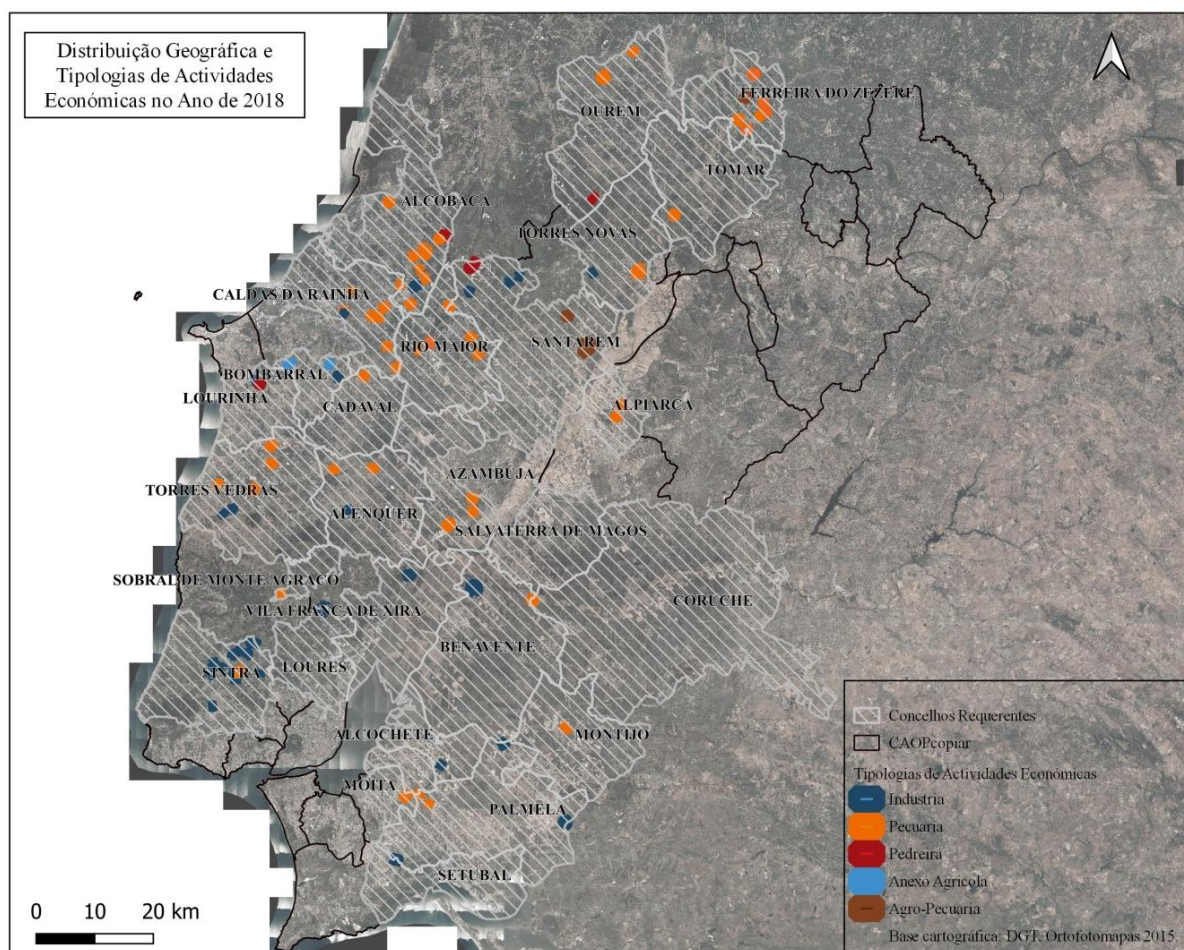


Figura 18. Distribuição Geográfica e tipologia de atividades económicas no âmbito do RERAE no ano de 2018.

Fonte: Elaboração Própria.

Ano de 2019

A recolha de dados ocorre até 04/04/2019, limitando a informação da análise anual à data do término da sistematização. Considera-se que os dados detêm uma boa leitura do que se pretende verificar, como por exemplo, qual o estado dos processos e qual a relação dos mesmos em ponderação com os outros anos.

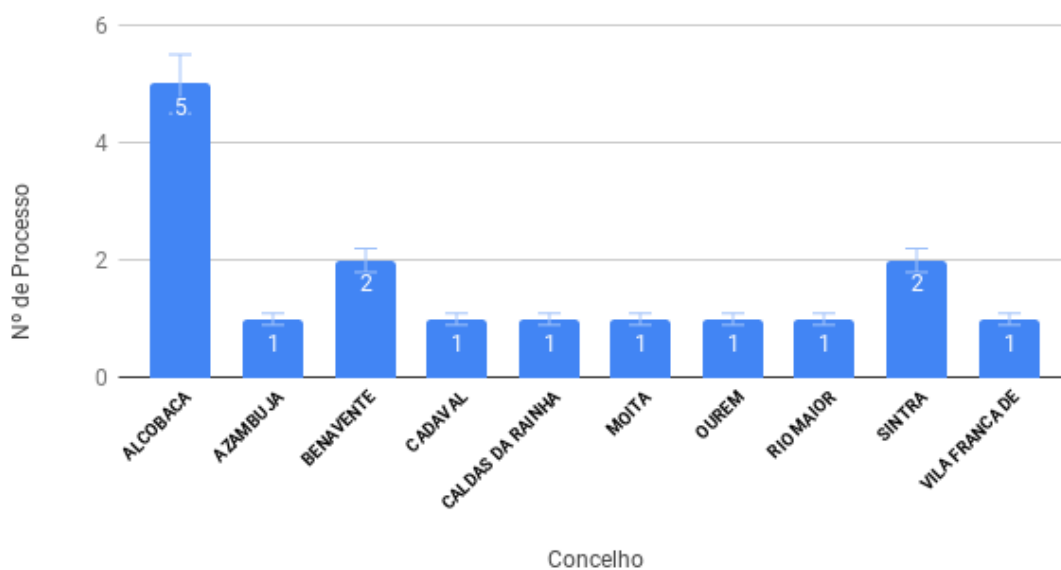


Figura 19. Concelhos de intervenção do ano de 2019 no âmbito do RERAE.

Fonte: Elaboração Própria.

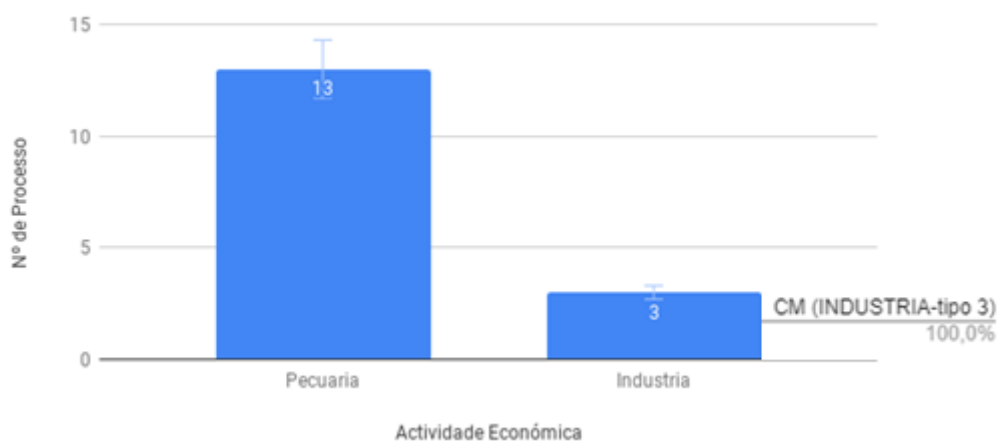


Figura 20. Números de processos por tipos de atividades económicas no âmbito do RERAE (Ano de 2019).

Fonte: Elaboração Própria.

No primeiro trimestre do ano de 2019 registam-se 16 processos, maioritariamente localizados no concelho de Alcobaça (5 pedidos de regularização que representam 31,3%). Apesar de poucos requerimentos para a regularização de atividades económicas, existem 10 municípios representados (figura 21), sendo que Sintra e Benavente ocupam a 2ª posição, com o mesmo número de pedidos (2).

Os 16 processos encontram-se divididos por dois tipos de atividades económicas: a pecuária que domina (81,3%); e a indústria, minoritária (18,8%). Sublinha-se o domínio de atividade pecuária, verificados em todos os concelhos representados, com exceção do município de Sintra (figura 21), conforme o ano anterior (2018).

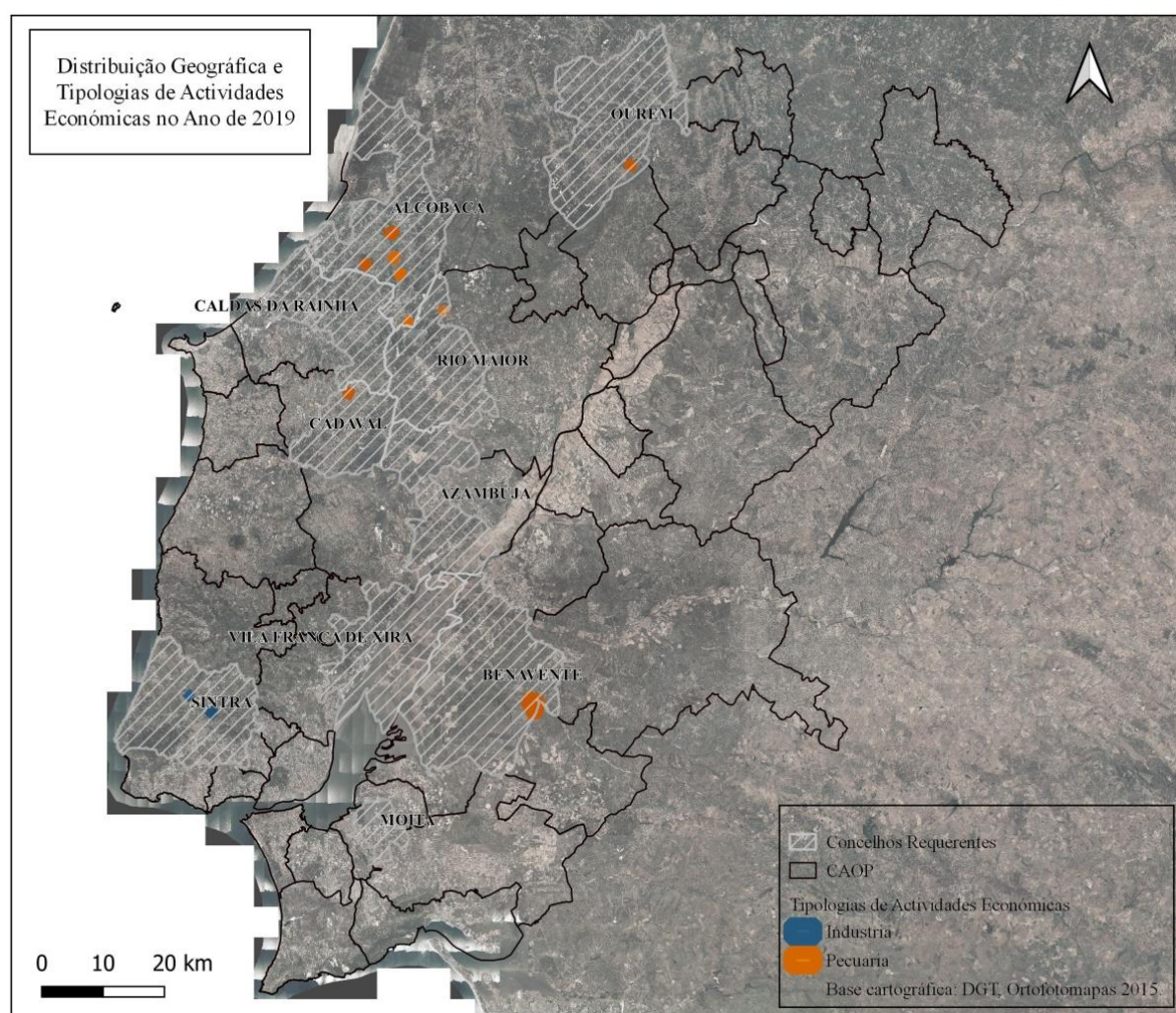


Figura 21. Distribuição Geográfica e tipologia de atividades económicas no âmbito do RERAE no ano de 2019.

Fonte: Elaboração Própria.

Distribuição Geográfica e Tipologias de Atividades Económicas no Período 2015-2019

A construção da Base de Dados possibilitou a caracterização dos processos por ano segundo o número, a localização dominante e a tipologia correspondente.

A análise permitiu concluir que existem municípios que são relevantes nos 5 anos analisados pelo domínio do número dos processos: Alcobaça domina em 2019; Sintra em 2018, 2017 e 2016; e Ourém em 2015. Os municípios indicados destacam-se em todos os anos analisados, integrando os quatro mais referenciados.

O outro ponto importante nesta caracterização é a alteração do regime, que alargou as tipologias de atividades económicas (anexos agrícolas e agro-pecuárias). A predominância das atividades foi alterada no ano de 2017 para o ano de 2018, a indústria destacou nos primeiros anos (2015, 2016 e 2017) e nos últimos anos (2018 e 2019) ressaltou a pecuária.

Em suma, todas as alterações realizadas no regime trouxeram leitura na caracterização dos processos.

4.3.2. Situação dos Processos Requeridos (2015-2019)

Concluída a análise da tipologia e distribuição geográfica dos processos, importa perceber o seu desenvolvimento e situação em que se encontra no processamento anual.

Da informação recolhida é feita uma ponderação dos números dos processos de acordo com o sentido da deliberação que obtiveram, o que surge a quantificação dos processos que não tiveram resolução por falta de enquadramento (não possuíam requisitos para serem enquadrados no regime ou continham instrução deficitária) e alguns até foram encerrados. Também surgem alguns processos que a entidade coordenadora (CCDR-LVT) expressa o pedido adicional de elementos (identificados no ponto anterior), e estes aguardam a documentação que ainda não foi entregue pela entidade licenciadora.

Desta forma procede-se à análise separada por anos, para que os dados sejam perceptíveis.

Ano de 2015

Os 17 processos requeridos no ano de 2015 encontram-se todos com deliberação final em conferência decisória. A maioria dos processos (12 - 70,6%) obteve deliberação favorável e 5 (29,4%) foram de sentido favorável condicionado (figura 22). Os pedidos favoráveis encontram-se nos municípios de Ourém, Alcanena e Cartaxo (figura 23).

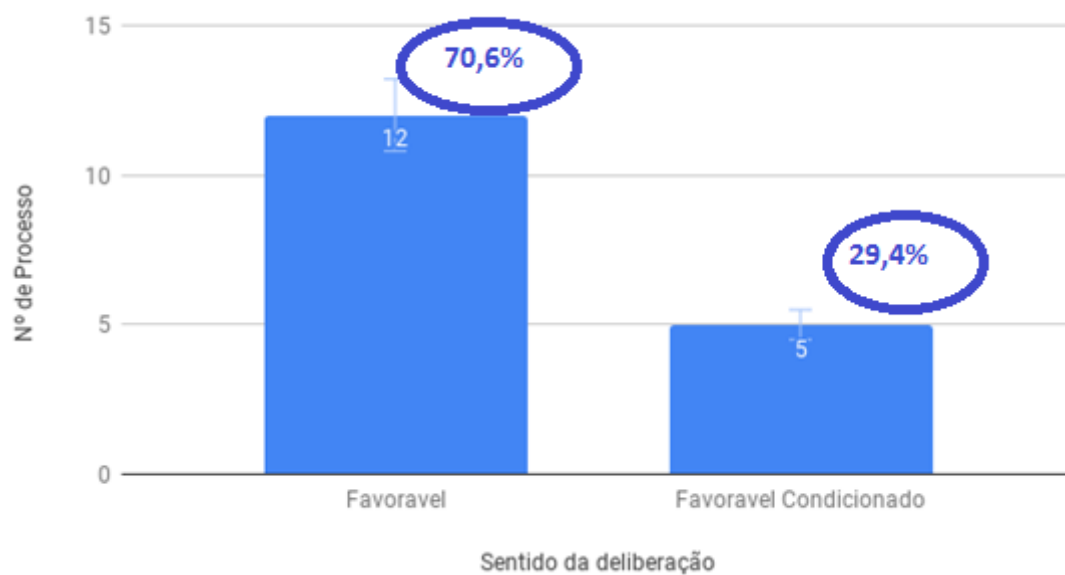


Figura 22. Deliberação dos processos requeridos no ano de 2015 no âmbito do RERAE.

Fonte: Elaboração Própria.

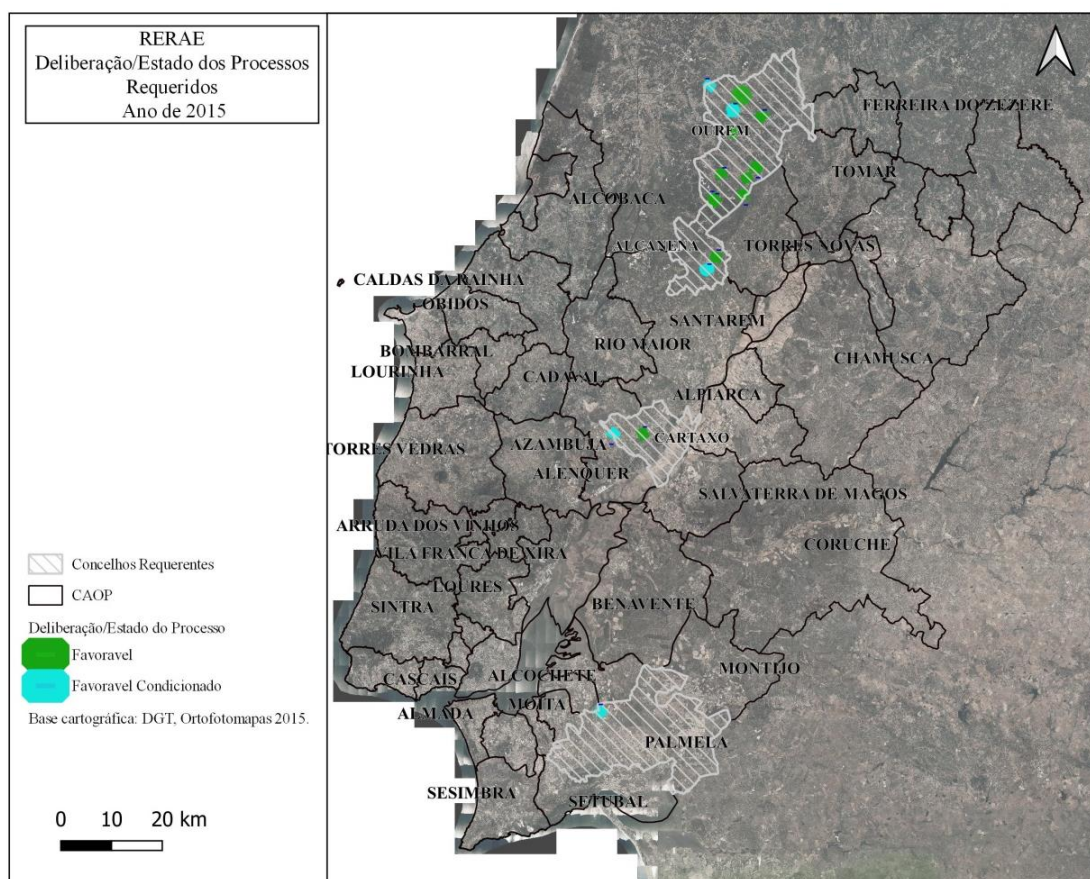


Figura 23. Deliberação-Estado dos Processos Requeridos no âmbito do RERAE (2015).

Fonte: Elaboração Própria.

Ano de 2016

O ano de 2016 foi o que alcançou o maior número de pedidos requeridos e a maioria dos processos obteve deliberação.

De um total de 285 processos, 127 mereceram deliberação favorável condicionada (44,6%) e 88 pedidos (30,9%) tiveram sentido favorável, o que representa 75,5% dos processos daquele ano. Apenas 2 processos (0,7%), no concelho de Loures, tiveram deliberação desfavorável (figura 24). As pretensões encontravam-se em discordância com o que é preceituado pelos IGT. A aplicabilidade do regime obriga a uma análise das desconformidades e das incompatibilidades, que no caso, foram consideradas como de adequação inviável. Ainda assim, existe um processo que não é possível de identificar a deliberação, isto é, a ata não foi enviada pela entidade licenciadora às entidades responsáveis para deliberação final. Este encontra-se localizado no concelho de Sintra (Figura 25) e identificada como “Aguardar Envio da ATA”.

No processo para a deliberação encontram-se 58 pedidos de regularização, 39 aguardam a conferência decisória (5 aguardam a segunda conferência) e 19 têm a instrução deficitária. Importa esclarecer que o regime permite uma segunda conferência quando não se consegue chegar a uma deliberação na primeira.

Deste levantamento considera-se os processos encerrados e com falta de enquadramento no regime legal.

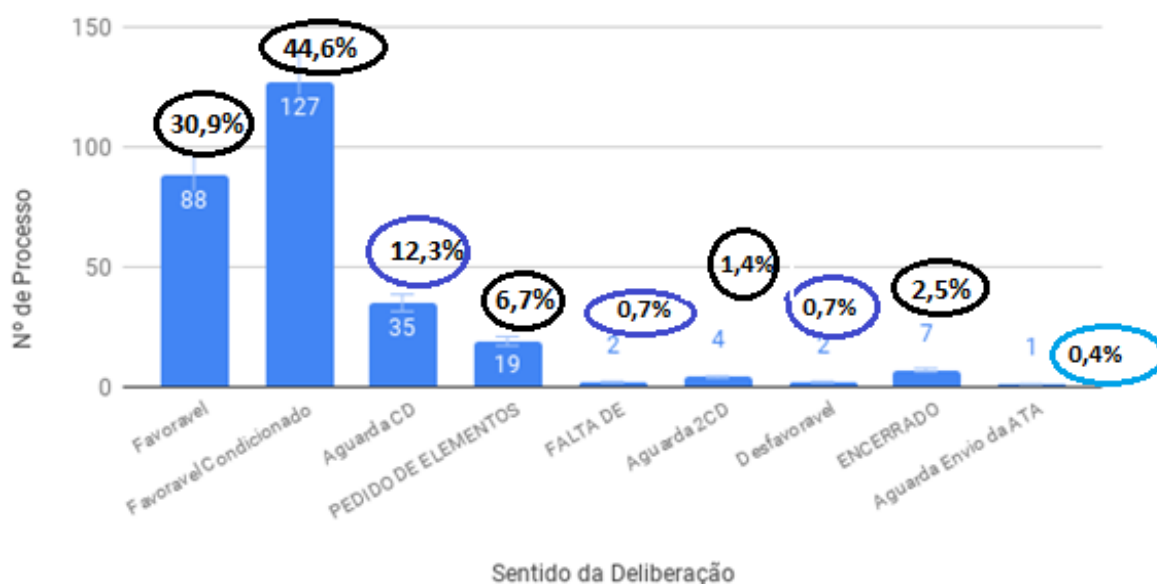


Figura 24. Deliberação dos processos requeridos no ano de 2016 no âmbito do RERAE.

Fonte: Elaboração Própria.

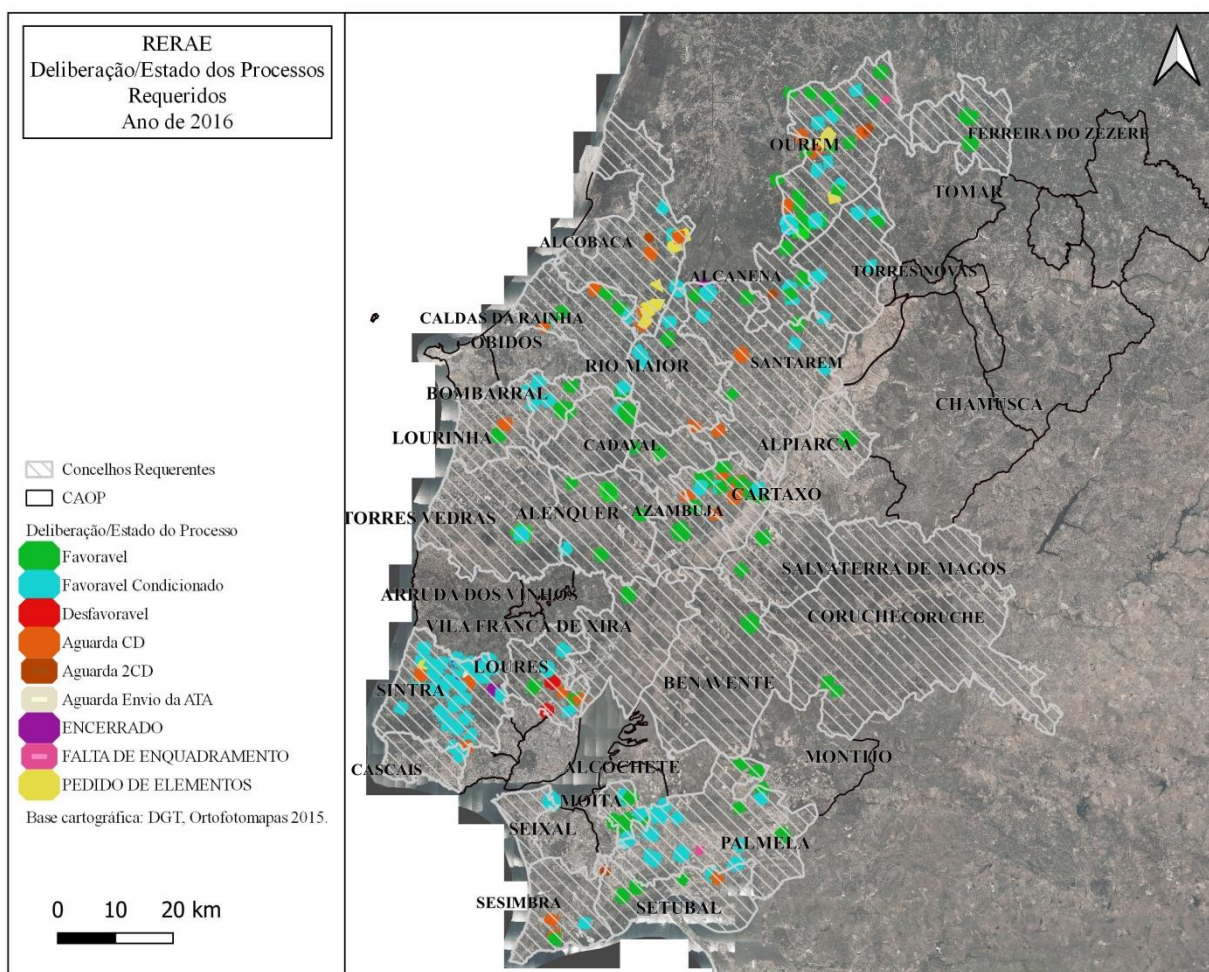


Figura 25 Deliberação-Estado dos Processos Requeridos no âmbito do RERAe (2016).

Fonte: Elaboração Própria.

Ano de 2017

Na análise dos processos do ano de 2017 verificam-se de 142 pedidos de regularização. Dos que ainda não obtiveram deliberação, 10 processos (19,3%) tinham falta de elementos na instrução e 26 processos aguardam pela conferência decisória.

Os 106 processos com deliberação dividem-se em 3 decisões: 58 (40,8%) dos pedidos emitidos obtiveram decisão favorável; 47 (33,1%) foram concedidos a decisão favorável condicionada; e a terceira deliberação corresponde a um pedido que tinha como pretensão duas situações diferentes (figura 26). Este tipo de pedido é raro acontecer; porém, quando sucede, é analisado como um só, mas a pretensão é vista em separado bem como o seu impacto no ordenamento. Neste processo em particular, identificado no município de Moita, sucedem deliberações diferentes, favorável a regularização do existente e desfavorável a ampliação (figura 27).

Na totalidade dos processos requeridos no ano de 2017 o balanço é positivo, pois 73,9% dos requeridos obtiveram deliberação.

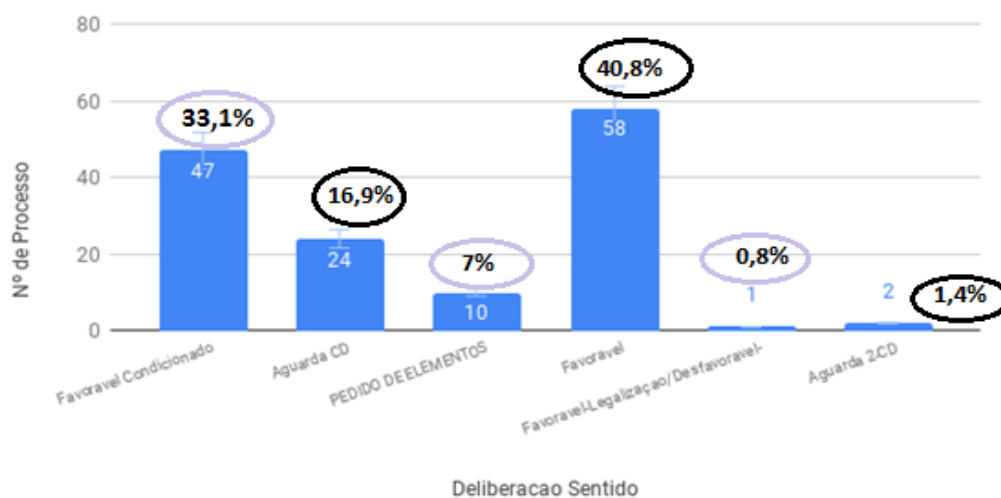


Figura 26. Deliberação dos processos requeridos no ano de 2017 no âmbito do RERAE.
Fonte: Elaboração Própria.

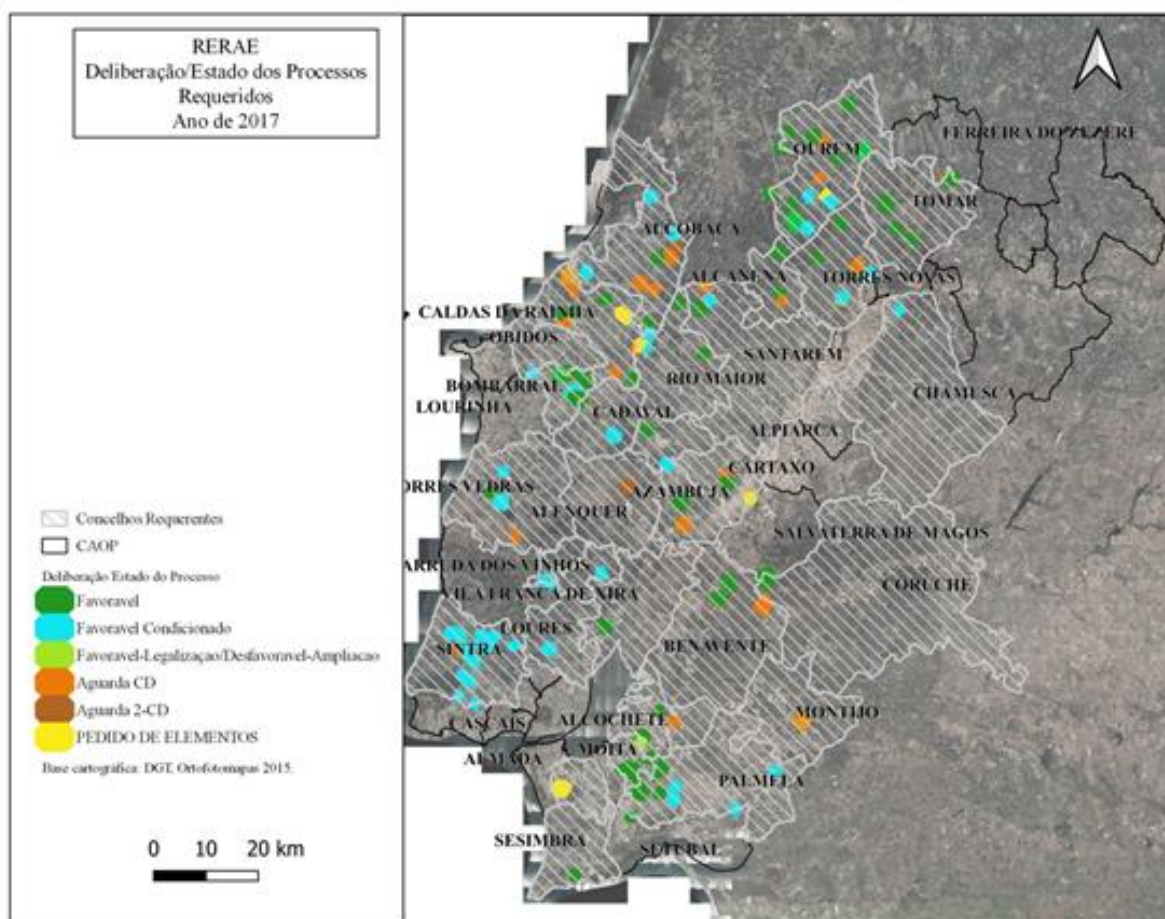


Figura 27. Deliberação-Estado dos Processos Requeridos no âmbito do RERAE (2017)
Fonte: Elaboração Própria.

Ano de 2018

Na recolha de informação para a estruturação da base de dados verificamos a existência de alguns processos que se encontram “estagnados”, ou seja, sem evidência de solicitação de conferência decisória por parte da entidade licenciadora, mesmo quando o processo está instruído corretamente e ultrapassado o tempo da emissão do parecer. Esses processos, que representam 20% dos processos requeridos em 2018 são referenciados no grupo que “Aguardam Procedimentos da Entidade Licenciadora”. Localizam-se nos seguintes municípios: Alcobaça; Azambuja; Caldas da Rainha; Coruche; Cadaval; Ferreira do Zêzere; Ourém; Palmela; Rio Maior; Torres Vedras; Santarém e Sintra (Figura 29). Os processos definidos com o estado “Aguardam Procedimentos da Entidade Licenciadora” consistem em pedidos que já foram instruídos e a entidade licenciadora não convocou a conferência de decisória, ou que aguardam elementos só obtidos por parte da mesma

De notar que 63,8% (67) dos processos requeridos em 2018 ainda não obtiveram deliberação, 35,3% (37 dos processos) aguardam pela conferência decisória, 7,6% (8) foram pedidos mais elementos e também surge um que não se enquadra no regime.

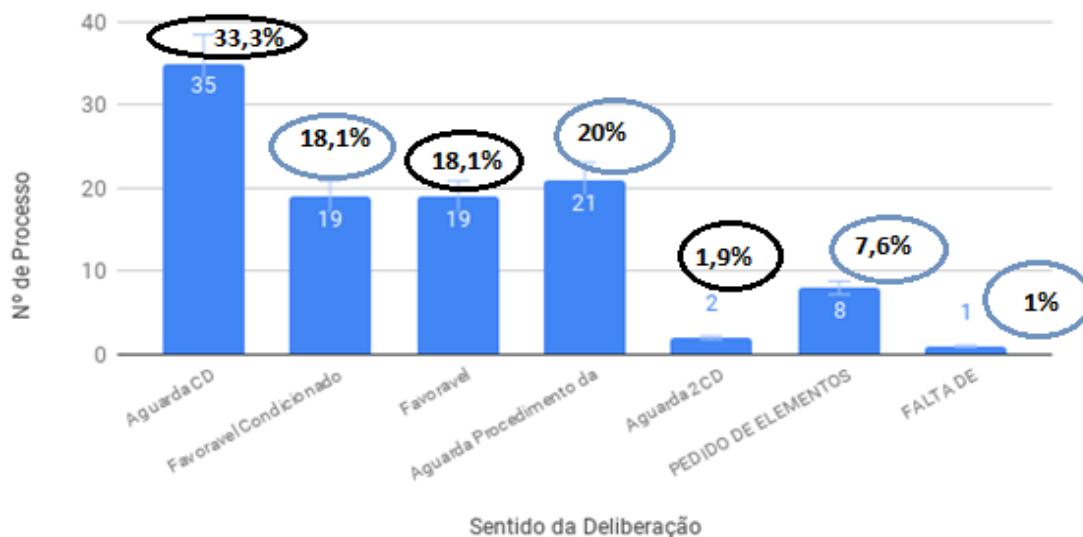


Figura 28. Deliberação dos processos requeridos no ano de 2018 no âmbito do RERAE.

Fonte: Elaboração Própria.

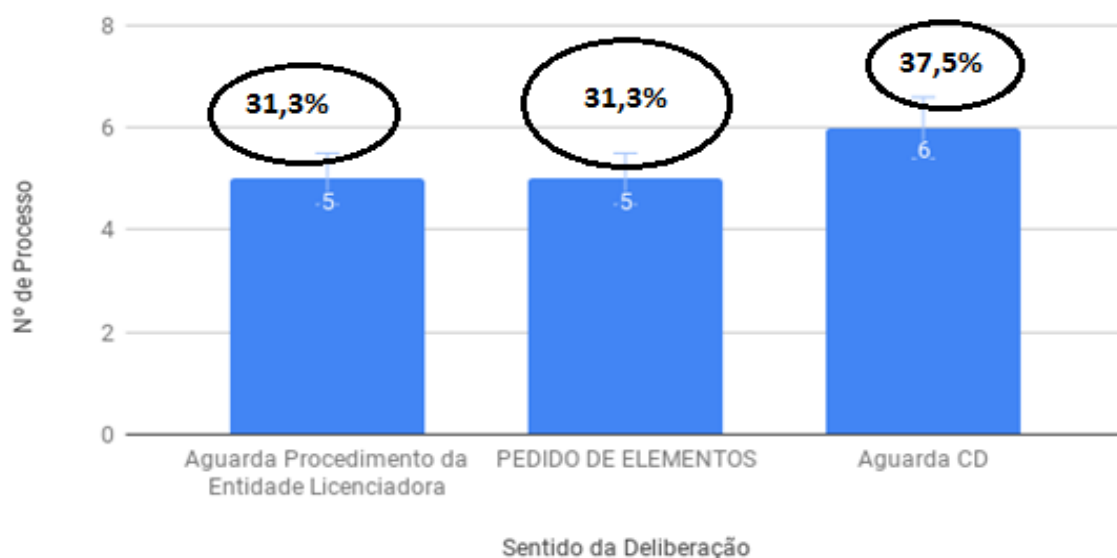


Figura 30. Deliberação dos processos requeridos no ano de 2019 no âmbito do RERAE.

Fonte: Elaboração Própria.

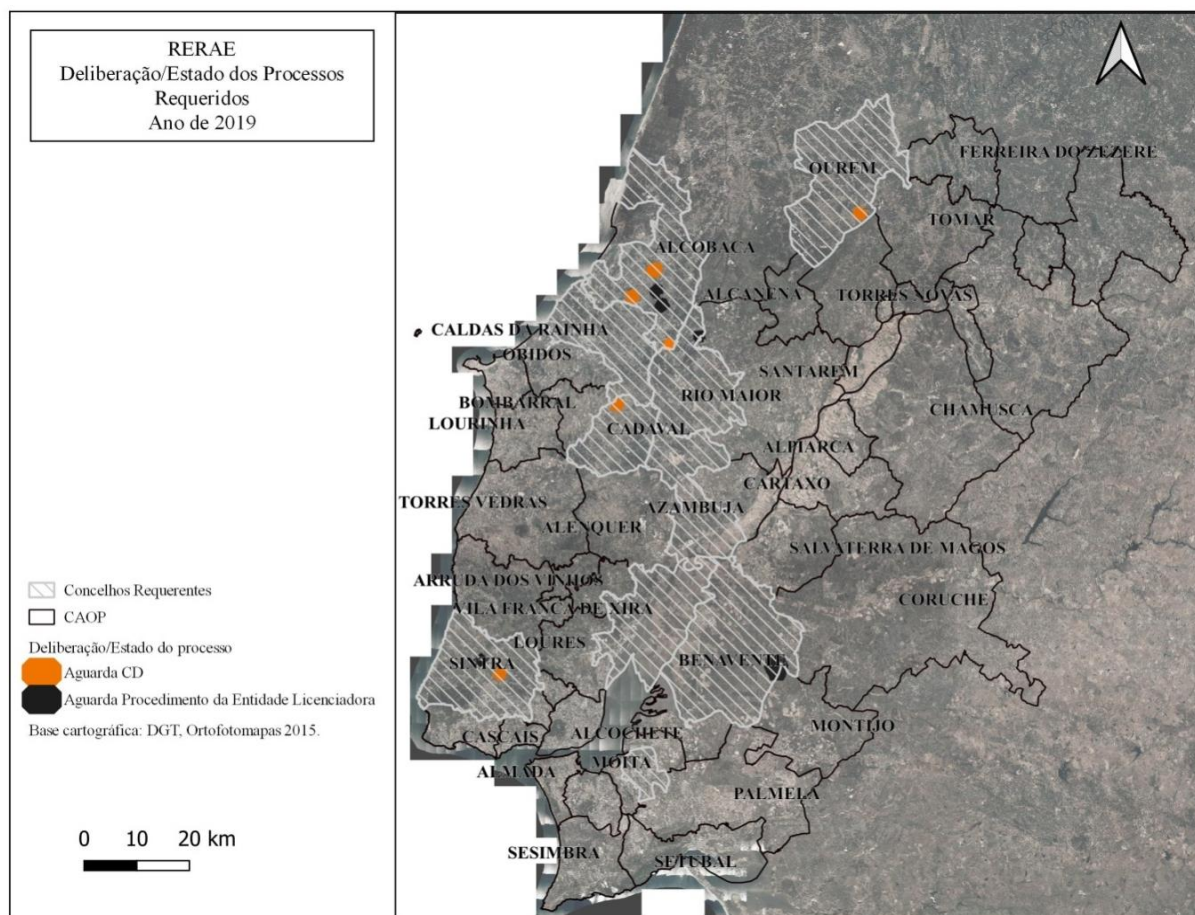


Figura 31. Deliberação-Estado dos Processos Requeridos no âmbito do RERAE (2018).

Fonte: Elaboração Própria.

Situação dos Processos Requeridos no período 2015-2019

Uma vez verificada a deliberação ou o estado/situação dos processos para cada ano, constata-se que a maior parte dos processos requeridos obteve deliberação, com exceção do ano de 2018 já que 63,8% dos processos requeridos ainda não obtiveram deliberação.

Quando o processo requerido obtém deliberação no período abrangido pela base de dados é algo positivo, pois comprova que estes não se vão acumular por mais anos, o que origina demora nos procedimentos do regime. É de referir um processo requerido em 2016 e que ainda persiste sem resolução (deliberação) no 1º trimestre de 2019.

Em todos os anos existem processos com pedidos de elementos pelos Serviços do OT da CCDR-LVT, concedendo logo a identificação da localização/ implementação em suporte digital, a situação contribui para os atrasos nos procedimentos e na conclusão do processo.

Para acrescentar essa ponderação verificou-se o número de aditamentos que um processo tem. Numa análise mais concreta é realizada no âmbito estatístico uma ponderação da moda amostral do conjunto de processos tratados, qual a ocorrência de aditamentos e com qual frequência ocorre ou não ocorre um aditamento. Nos anos em análise a moda dos processos (o número de aditamentos realizados por processos) é de uma vez, com exceção do ano de 2016 que não foi frequente os aditamentos relativos aos processos instruídos (figura 32).

Nº de aditamentos por processos	
Ano	Moda
2015	1
2016	0
2017	1
2018	1
2019	1

Figura 32. Número de aditamentos por processos no âmbito do RERAE no período de 5 anos (2015-2019).

Fonte: Elaboração Própria.

4.3.3. Análise dos Procedimentos Pós-Deliberação dos Processos Requeridos (2015-2019)

Na sequência da análise da deliberação dos processos, a situação que se encontram, procede a análise dos procedimentos condicionados à deliberação.

Para avaliar o que sucedeu após a deliberação e se ocorreu a emissão do título definitivo aos requerentes, é essencial que os procedimentos subsequentes sejam cumpridos. Estes correspondem ao que foi deliberado nas conferências decisórias: consistem na adequação dos IGT e SRUP para que as desconformidades e incompatibilidades sejam ultrapassadas. Na base de dados do ficheiro Excel existem colunas que fazem referência a tais procedimentos, desses especificamente é tirada a informação da coluna que corresponde a “Procedimento Sequente Revisão/Alteração do IGT-Revisão/Alteração do IGT Data” e “Procedimento Sequente Alteração REN-Alteração REN Data”.

O RERAE estabelece um procedimento próprio, mais simples e ágil para a adequação dos IGT. Quando o procedimento não é seguido pelo regime estudado aplica-se a alteração/revisão dos Instrumentos de Gestão do Territorial introduzido pela Lei 316/2007 de 19 de setembro (RJIGT), que tem como objetivo simplificar e valorizar os procedimentos do Ordenamento do Território, seguindo o SGT. Neste sentido, o Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas preserva o seu impacto no aumento do processo de elaboração e aprovação, mantendo conteúdo ajustável ao plano do Município e outros IGT abrangidos, em prol do desenvolvimento social e económico.

No processo da recolha de informação para a criação da base de dados foi verificado que alguns processos que ainda não procederam às adequações, assim seguem a ponderação dos números existentes. É verificado as adequações que foram feitas a cada processo através de pesquisa realizada no site da DGT, que publica as alterações concretizadas nos Instrumentos de Gestão Territorial e nas Servidões e Restrições de Utilidade Pública - REN (na base de dados está discriminada a publicação das alterações procedidas).

No âmbito das competências da CCDR-LVT cabe perceber a dinâmica na adequação dos IGT e da REN, através da consulta documental interna e ao Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT).

A alteração do IGT e da REN é realizada por municípios e em cada procedimento foi verificado se estão abrangidos os processos/pedidos.

Ano de 2015

No ano de 2015 é mais simples a ponderação e a verificação dos processos que procederam a alteração dos Instrumentos de Gestão Territorial e Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública - REN, pois todos os pedidos requeridos desse ano obtiveram deliberação.

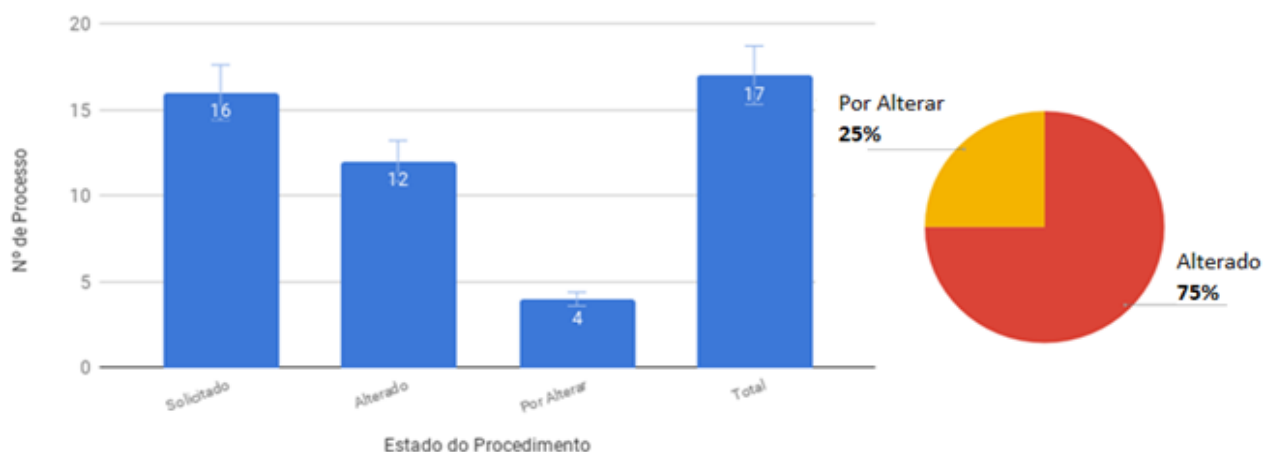


Figura 33. Procedimento de revisão/alteração do IGT no âmbito do RERAE (ano de 2015).
Fonte: Elaboração Própria.

Num total de 17 processos, foi solicitado o procedimento de alteração/revisão do IGT a 16 (94,1%). Dos processos que solicitaram adequação do IGT, 12 (75%) concretizaram o procedimento, existindo 4 (25%) por alterar (figura 33). Em contrapartida, o procedimento de alteração da REN não obteve muito sucesso, pois dos 13 processos que o deveriam realizar apenas 3 (23,1%) o fizeram até à data (figura 34). A maior parte dos processos que obtiveram deliberação condicionada à revisão/alteração IGT e à alteração REN deram seguimento apenas a um dos procedimentos. Estes processos encontram-se identificados em todos os municípios. Os processos que apenas foi solicitado revisão/alteração do IGT ainda não o concretizaram, localizando-se essas pretensões no município de Ourém e Alcanena (35).

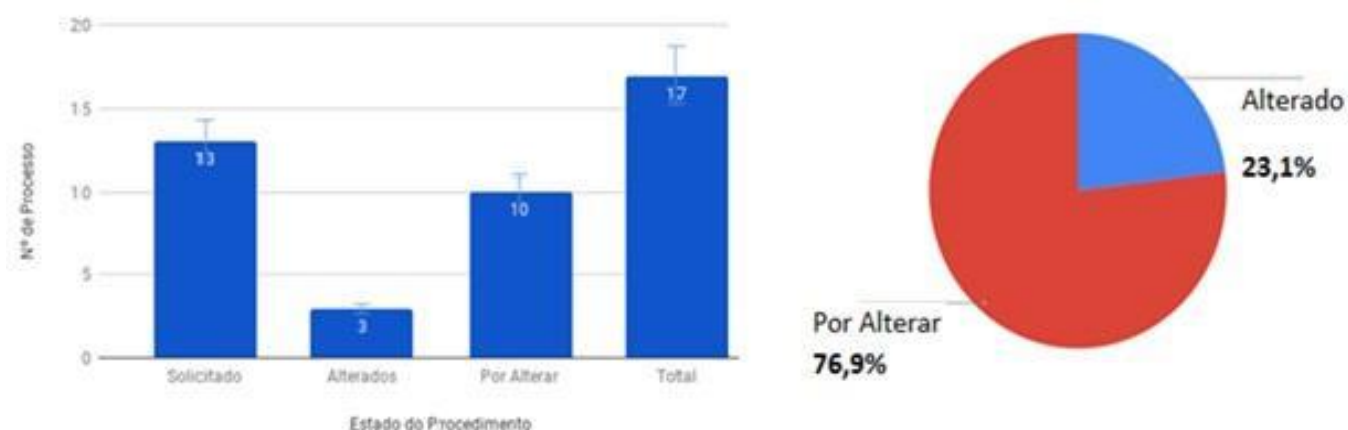


Figura 34. Procedimento de revisão/alteração da REN no âmbito do RERAE (ano de 2015).
Fonte: Elaboração Própria

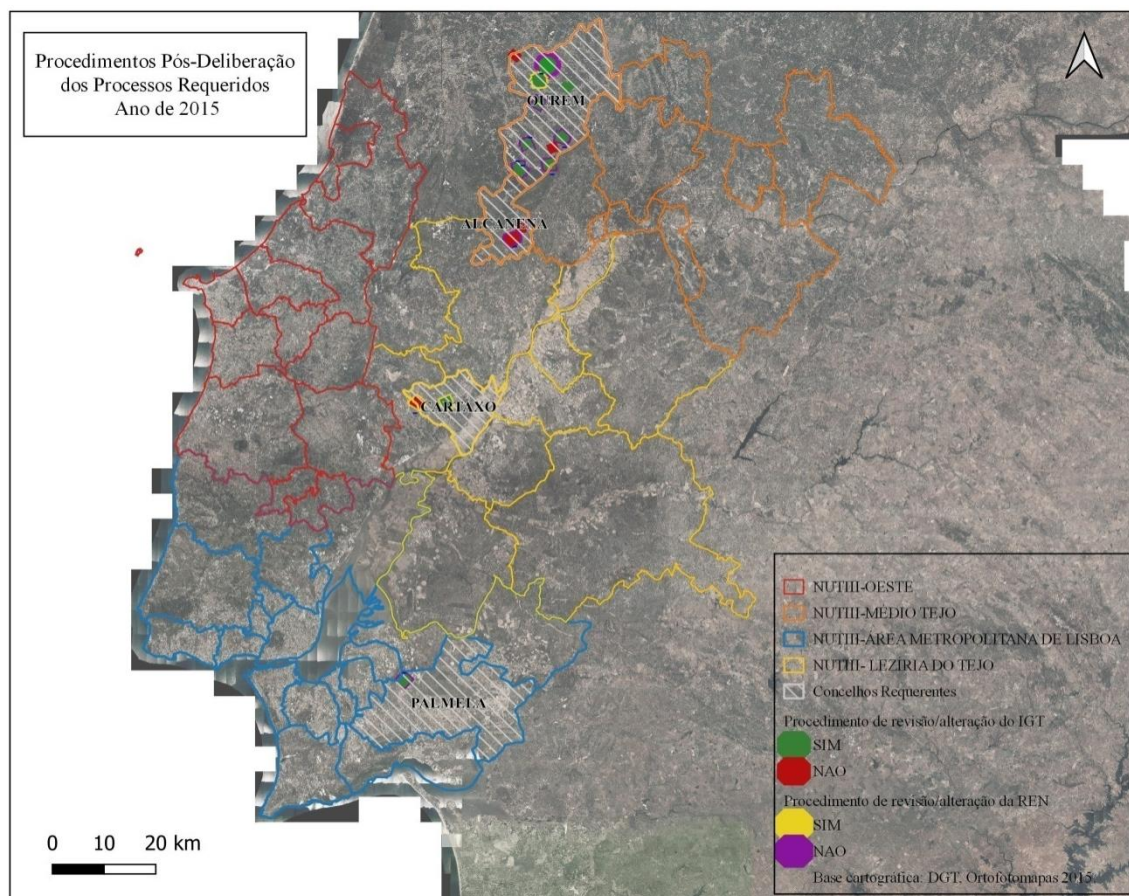


Figura 35. Procedimentos Pós-Deliberação dos Processos Requeridos no Ano de 2015 no âmbito do RERA.

Fonte: Elaboração Própria

Ano de 2016

Ao analisar os procedimentos seguintes à deliberação do ano de 2016 sente-se a necessidade de especificar não só os processos que foram alterados os IGT e SRUP, mas também evidenciar os que se encontram sem deliberação de forma a deixar explícita a análise.

Em 2016, nem todos os processos obtiveram deliberação: dos 285 abertos apenas 218 tiveram uma decisão (2 deles desfavoráveis e 7 não necessitaram do procedimento de revisão e alteração do IGT).

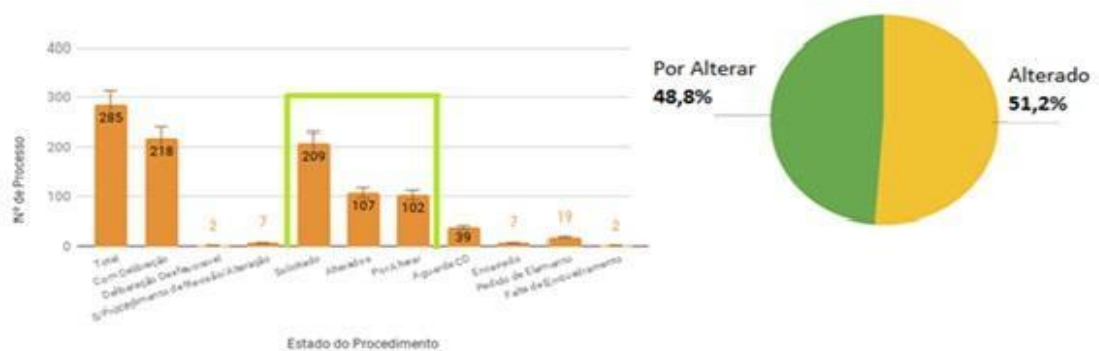


Figura 36. Procedimento de revisão/alteração do IGT no âmbito do RERA (ano de 2016).

Fonte: Elaboração Própria.

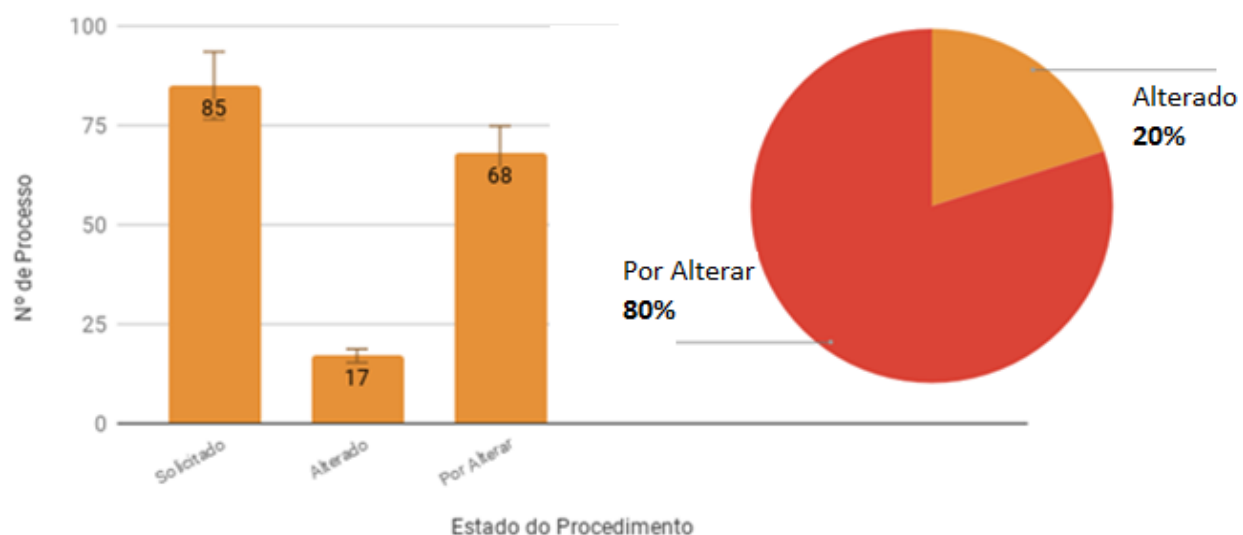


Figura 37. Procedimento de revisão/alteração da REN no âmbito do RERA (ano de 2016).

Fonte: Elaboração Própria.

O procedimento de alteração da REN foi solicitado a 85 processos e apenas 17 (20%) procederam à adequação, sendo que 80% das solicitações de adequação ainda não ocorreram (figura 37).

Apesar do ano em análise ser o ano com maior número de processos requeridos e consequentemente de difícil leitura cartográfica dos procedimentos realizados pelos mesmos, verifica-se que a maior parte dos processos que apenas foi solicitado a revisão/alteração do IGT não os

concretizaram. Destaca-se alguns municípios, como por exemplo: Sintra; Almada; Sesimbra; Setúbal; Ferreira do Zêzere; e Torres Novas. A maior parte das pretensões inserem-se na Área Metropolitana de Lisboa (figura 38).

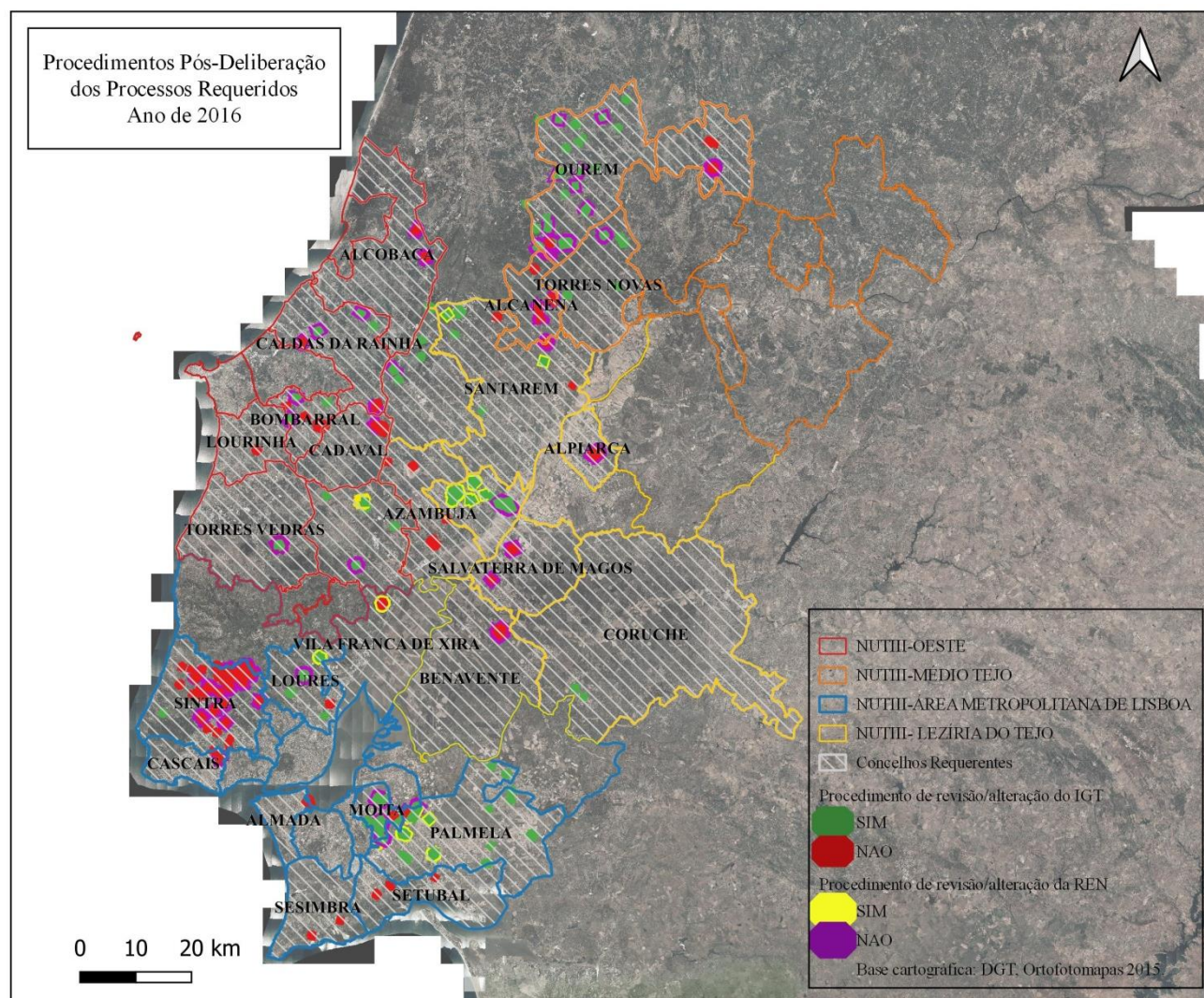


Figura 38. Procedimentos Pós-Deliberação dos Processos Requeridos no Ano de 2016 no âmbito do RERA.

Fonte: Elaboração Própria.

Ano de 2017

A informação constante nos processos de 2017 indica a existência de 142 processos remetidos e que destes, 107 já obtiveram deliberação (figura 39). Apenas em 106 foram solicitados adequação dos

IGT, através da sua revisão/alteração. Os processos com o procedimento solicitado efetivado são poucos, a alteração foi realizada a 44 deliberações condicionadas, o que representa 41,1% dos processos que necessitavam da ação. Deve-se ressaltar que existe um processo que obteve deliberação, mas não foi solicitado o procedimento aqui analisado.

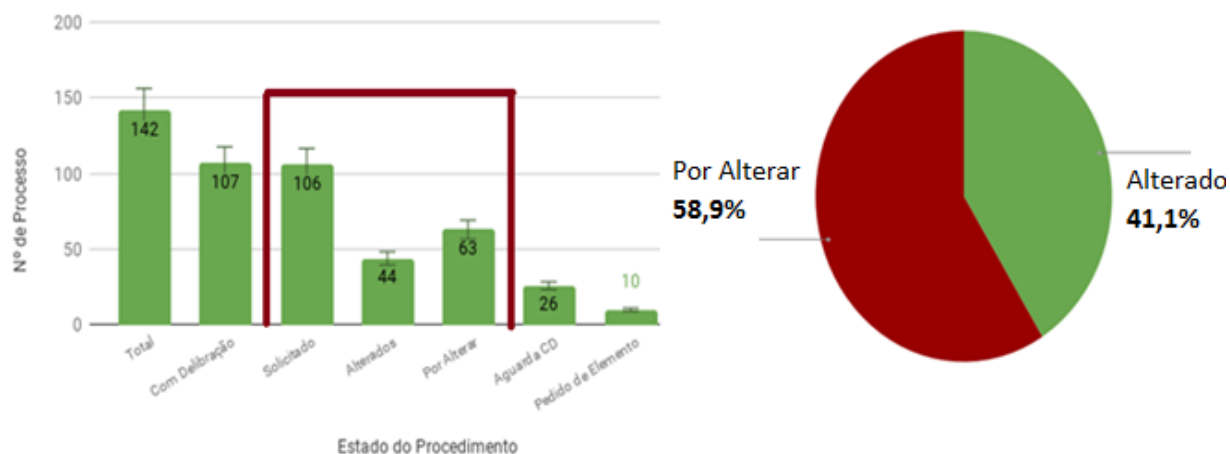


Figura 39. Procedimento de revisão/alteração do IGT no âmbito do RERAe (ano de 2017).

Fonte: Elaboração Própria

Na recolha de informação sobre o procedimento de Alteração REN referente ao ano de 2017 verificou-se que poucos processos precisaram de adequação (31 processos - dos 142 que deram entrada ao pedido de regularização, 107 tiveram deliberação). Dos processos que necessitariam de alteração da REN apenas 2 (6,5%), dos 31, obtiveram essa alteração até à data 04/04/2019 (figura 40). Estes localizam-se no município de Coruche (abrangendo também o concelho de Salvaterra de Magos) e Santarém (figura 41).

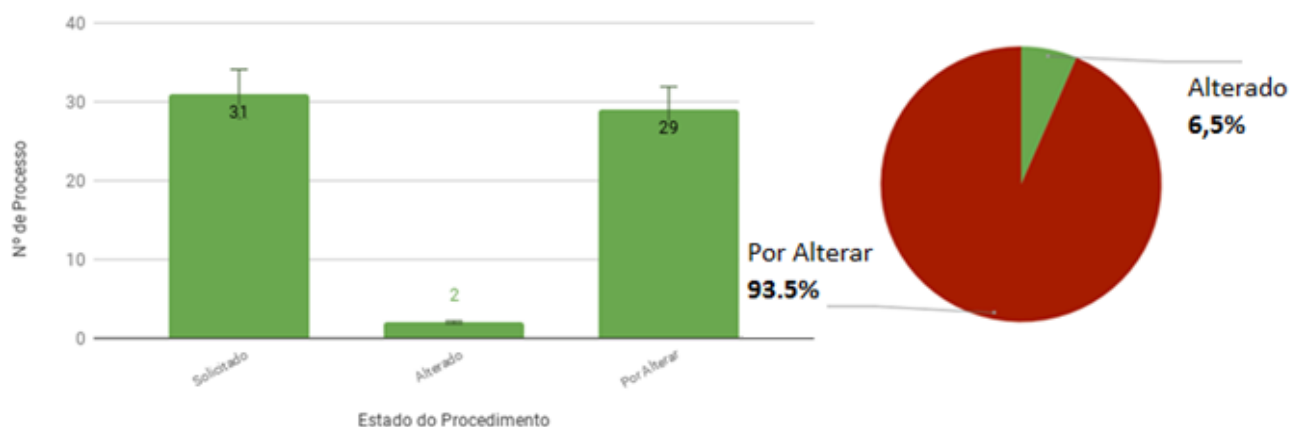


Figura 40. Procedimento de revisão/alteração da REN no âmbito do RERAe (ano de 2017).

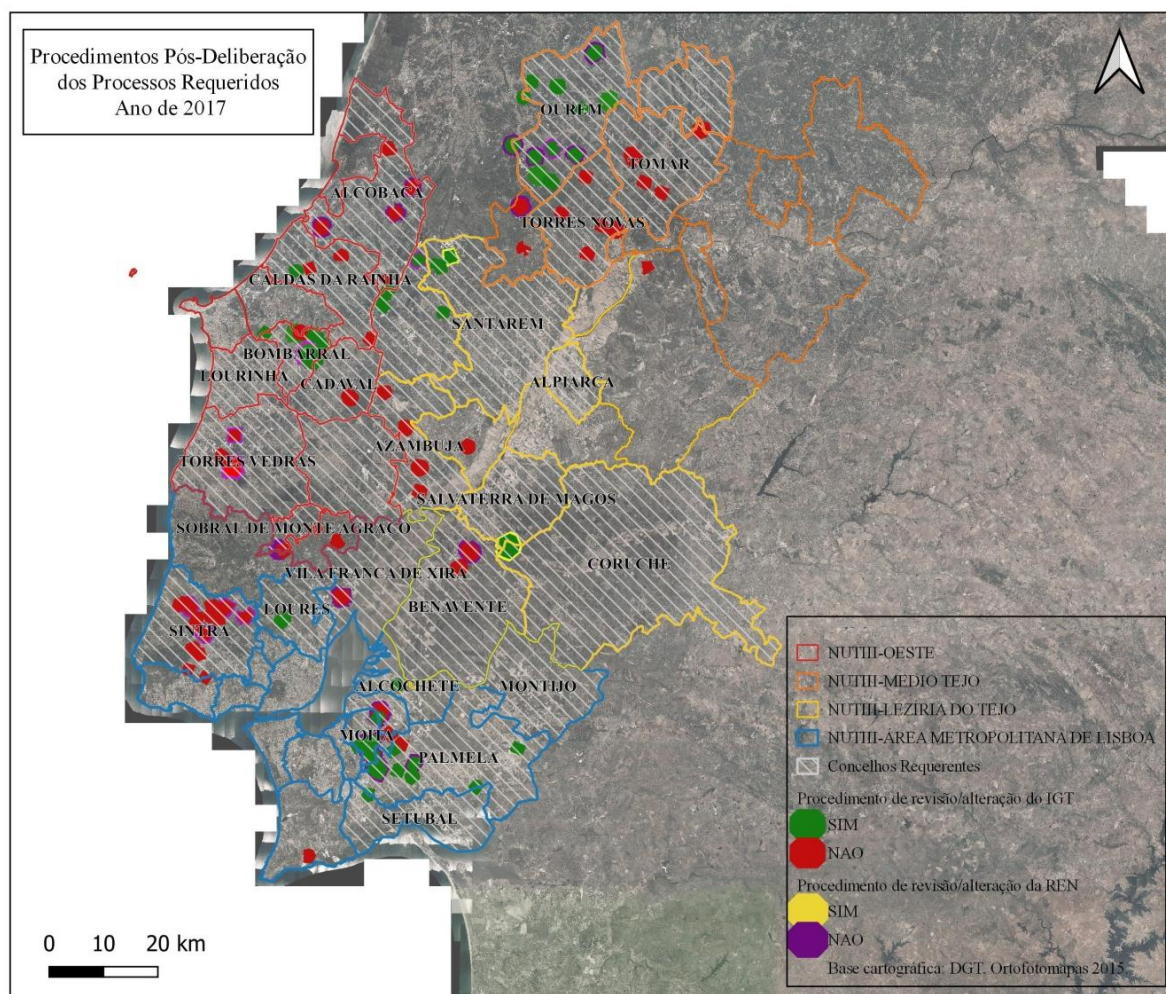


Figura 41. Procedimentos Pós-Deliberação dos Processos Requeridos no Ano de 2017 no âmbito do RERA.

Fonte: Elaboração Própria

Ano de 2018

Em 2018 são poucos os processos requeridos com deliberação: dos 105 pedidos de regularização apenas 38 obtiveram deliberação (36,2%). Para a análise do procedimento de revisão ou alteração dos IGT verificam-se 37 processos com a deliberação condicionada a adequação, apenas 8 (26,1%) realizaram e finalizaram a adequação (figura 42). Estes encontram-se maioritariamente localizados no município de Sintra, sendo que não procederam ao procedimento, até 04/04/2019 (figura 44).

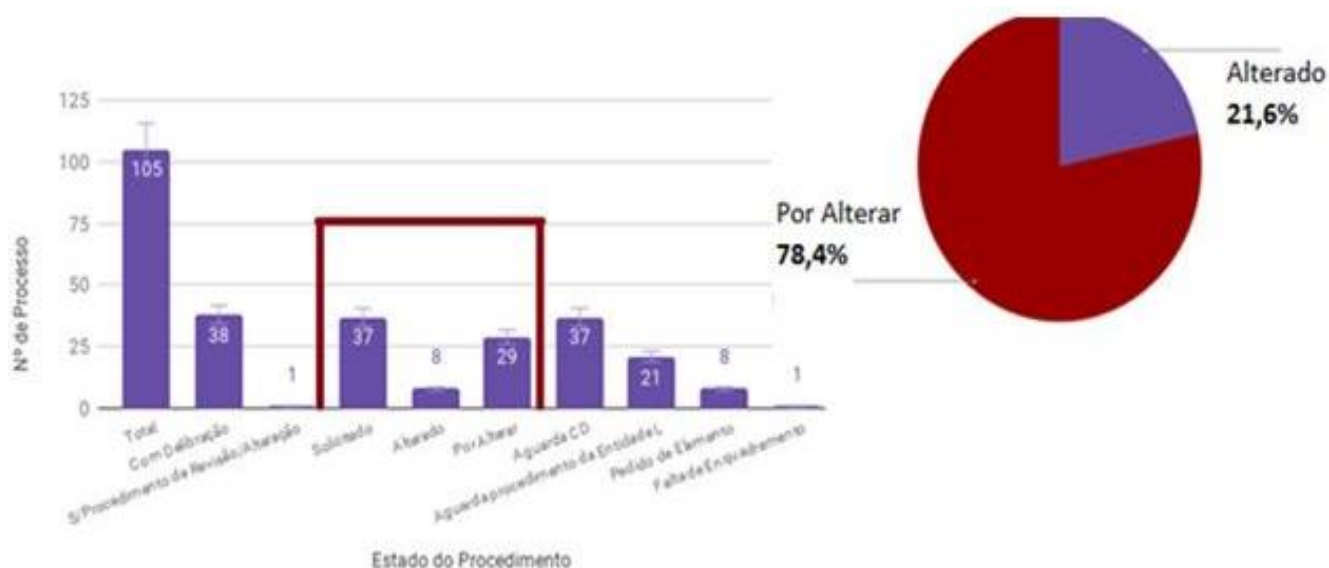


Figura 42. Procedimento de revisão/alteração do IGT no âmbito do RERA E (ano de 2018).

Fonte: Elaboração Própria.

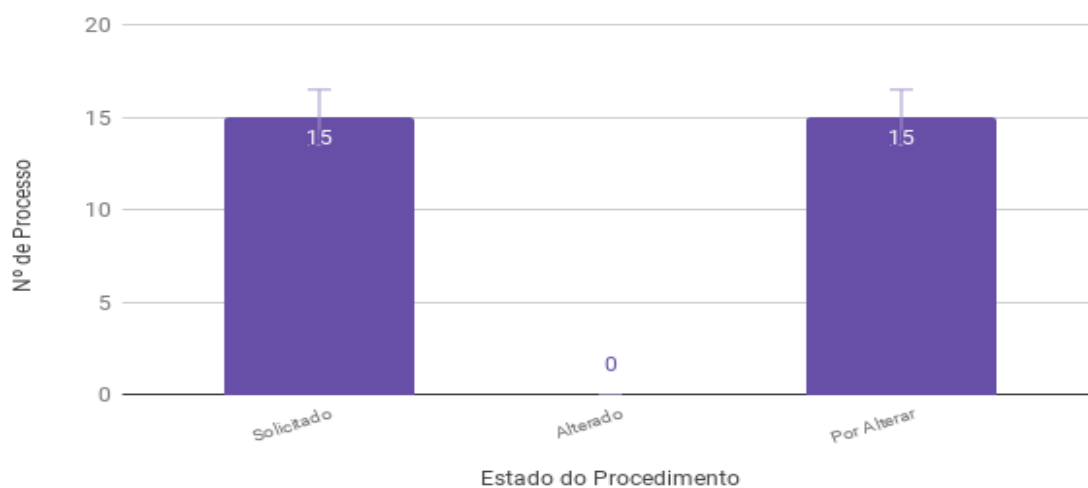


Figura 43. Procedimento de revisão/alteração da REN no âmbito do RERA E (ano de 2018).

Fonte: Elaboração Própria.

No procedimento de alteração REN, 15 processos foram condicionados à alteração da delimitação, embora nenhum dos mesmos o tenha realizado até 04/04/2019 (figura 43).

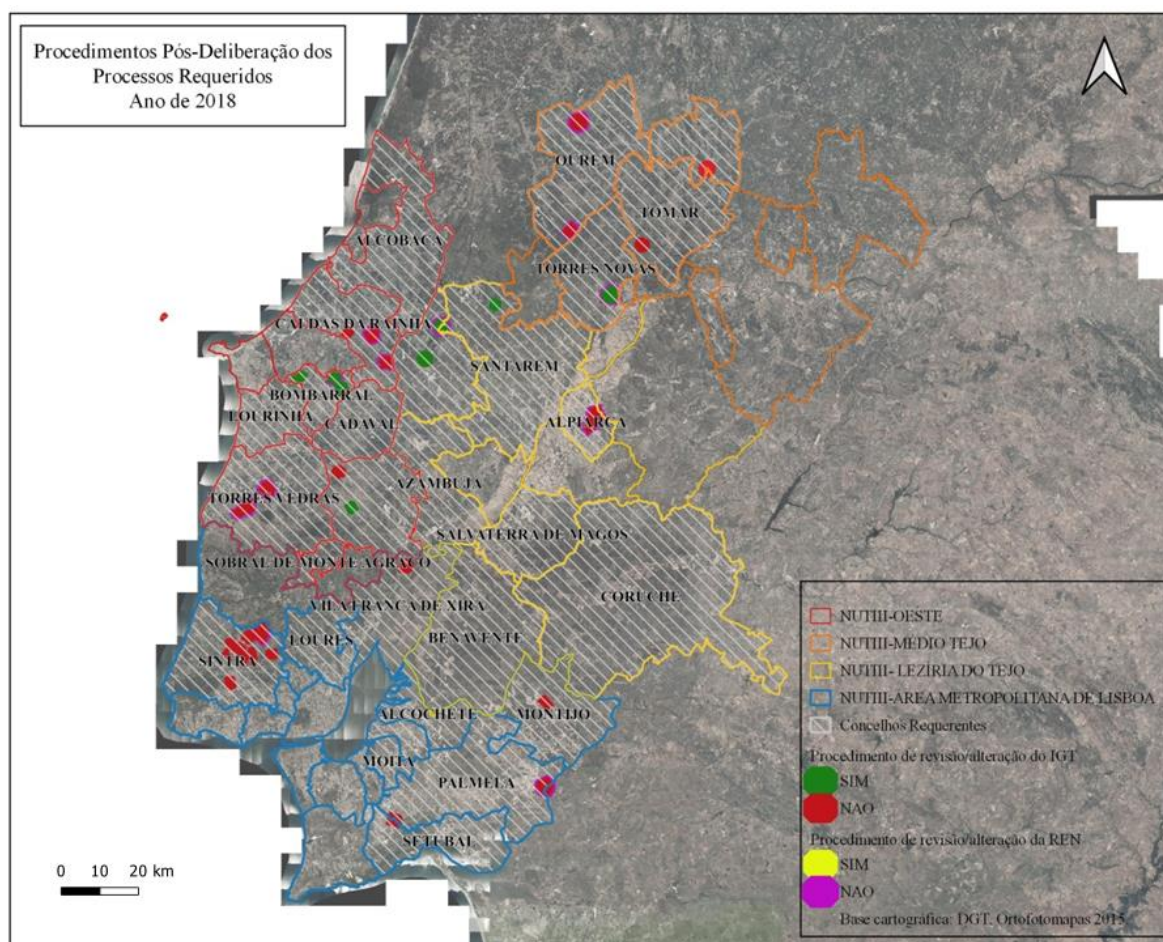


Figura 44. Procedimentos Pós-Deliberação dos Processos Requeridos no Ano de 2018 no âmbito do RERA.

Fonte: Elaboração Própria

Ano de 2019

Até a 04/04/2019 não existiu nenhum processo com deliberação.

Análise dos Procedimentos Pós-Deliberação dos Processos Requeridos no período 2015-2019

Após a análise apresentada dos procedimentos Pós-Deliberação em cada ano, entre 2015 a 2019, segue-se uma ponderação geral.

No que diz respeito ao procedimento de adequação dos IGT consta-se que o ano de 2015 é o único ano em que todos os processos requeridos obtiveram deliberação. No total dos processos com deliberação condicionada, 75% dos condicionamentos já realizaram a adequação. Os anos de 2017 e 2018 têm a maior parte dos processos solicitados para adequação do IGT por realizar, estão acima dos 50%. Em contraste, o ano de 2016 apresenta uma “resolução” de 51,2%.

Durante a consulta de publicações das revisões/alterações dos IGT foi observada a seguinte situação: alguns municípios fazem referência nos seus regulamentos que todas as atividades que obtenham deliberação favorável ou favorável condicionada consideram-se contempladas com a alteração e adequação do IGT, mas não procedem a delimitação do polígono na planta de condicionantes. Detém-se como exemplo, o caso do município de Santarém.

Quanto ao procedimento de Alteração da REN poucos os processos necessitariam de delimitar a REN, mas mesmo assim, dos condicionados, a adequação é feita pela minoria. Em 2015 apenas foram executados 3 dos 13 processos, em 2016 foram alterados ou revisados 17 dos 85, em 2017 concretizaram 2 dos 31 e em 2018 nenhuma das 15 solicitações foram concretizadas. Todos esses anos executaram menos de 25% do procedimento pós deliberação de Alteração da delimitação da REN.

De todo o modo, deve-se ter em conta que ainda existem muitos processos em fase de deliberação, alguns há mais de 3 anos.

O ano de 2019 não entrou nesta síntese porque não possui nenhum processo com deliberação.

4.3.4. Análise dos processos de deliberação condicionada ao Procedimento AIA

Na análise dos Procedimentos Pós-Deliberação dos Processos Requeridos sobressai a necessidade de analisar os processos de deliberação condicionada ao processo AIA (Avaliação de Impacte Ambiental), separadamente, por consistir num regime próprio que prevalece sobre o RERAE.

A Base de Dados contém duas colunas com o *Procedimento Sequente AIA* que faz a referência dos processos condicionados ao procedimento, tendo como resposta sim ou não (“SIM” para os que procederam ao condicionamento e “NÃO” para os que não procederam) e a coluna *AIA Data* indica o processo AIA correspondente ou a Declaração de Impacte Ambiental resultante (DIA). Ainda assim, encontra-se em anexo uma lista com todos os processos de deliberação condicionada ao Procedimento AIA. Ressalta-se a existência de uma lista criada para a pesquisa interna (CCDR-LVT). Esta lista contém os dados dos processos indicados pelo responsável de Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental.

A análise aqui apresentada ao contrário da anterior, não é realizada individualizada por ano, mas corresponde um balanço geral de todos os processos condicionados ao procedimento AIA, daí o auxílio da lista acima referida.

4.3.4.1. Realização e Números/Ano dos Processos de Deliberação Condicionada ao Procedimento AIA

Na análise geral dos processos de Deliberação Condicionada ao Procedimento AIA verifica-se que o procedimento foi solicitado por um total de 17 processos nos anos de 2016, 2017 e 2018 (Figura 45). Dos 17 processos, 10 (58,8%) procederam à realização do procedimento e 7 não o realizaram

(41,2%), ou seja, não existe a indicação que a atividade económica condicionada ao procedimento tenha sido envolvida em algum procedimento AIA, ou que tenha tido uma avaliação exclusiva à sua atividade.

É alarmante quando uma atividade económica não procede a um condicionamento da deliberação com impacto de tal grandeza no território, pois a Avaliação do Impacte Ambiental elucida as cautelas/ações a ter com o ambiente e fornece indicações de medidas de mitigação a não “destruição do mesmo”.

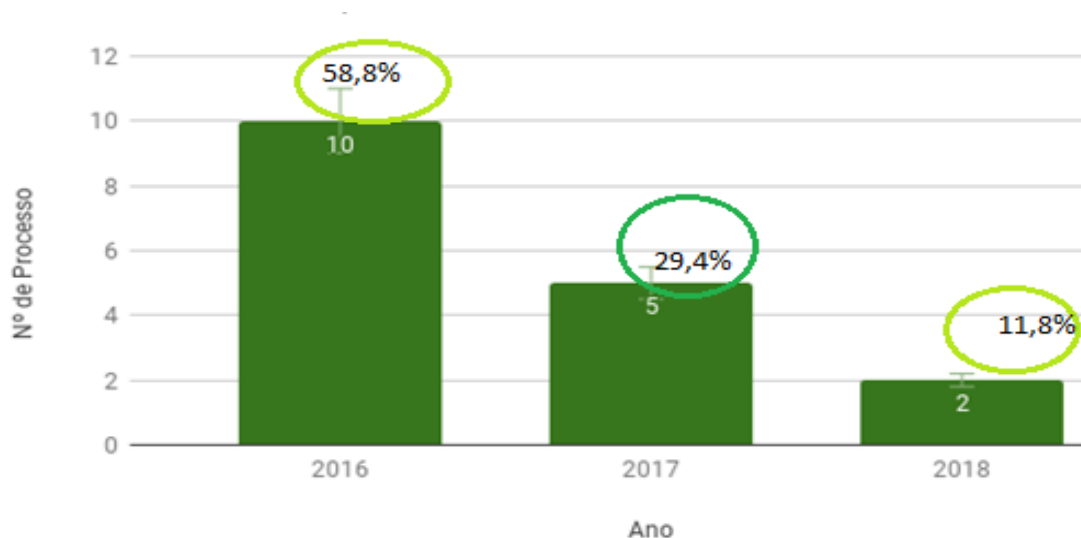


Figura 45. Números de processos de deliberação condicionada a AIA no âmbito do RERAE.

Fonte: Elaboração Própria.

Seguindo observação, o ano de 2016 detém a maioria dos processos condicionados ao AIA com 58,8% (10 processos), 2017 possui 29,4% (5) e 2018 detém 11,8% (2), (Figura 45).

4.3.4.2. Distribuição Geográfica e Tipologias de Atividades Económicas dos Processos de Deliberação Condicionada ao Procedimento AIA

Continuando a análise, constata-se que apenas três tipologias de atividade económica foram condicionadas ao procedimento AIA (figura 46). As pedreiras são as que detêm maior número de processos, com 11 pedidos RERAE, seguindo-se a Indústria com 5 processos que podem ser uma atividade industrial de uma pedreira e por fim, a pecuária com 1 processo.

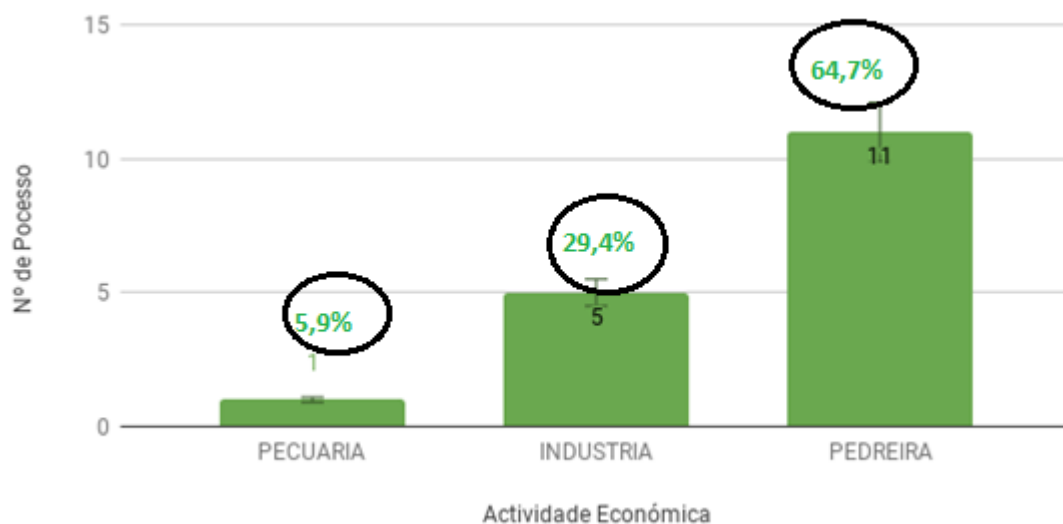


Figura 46. Tipologias dos Processos de deliberação condicionada ao AIA no âmbito do RERAE.

Fonte: Elaboração Própria.

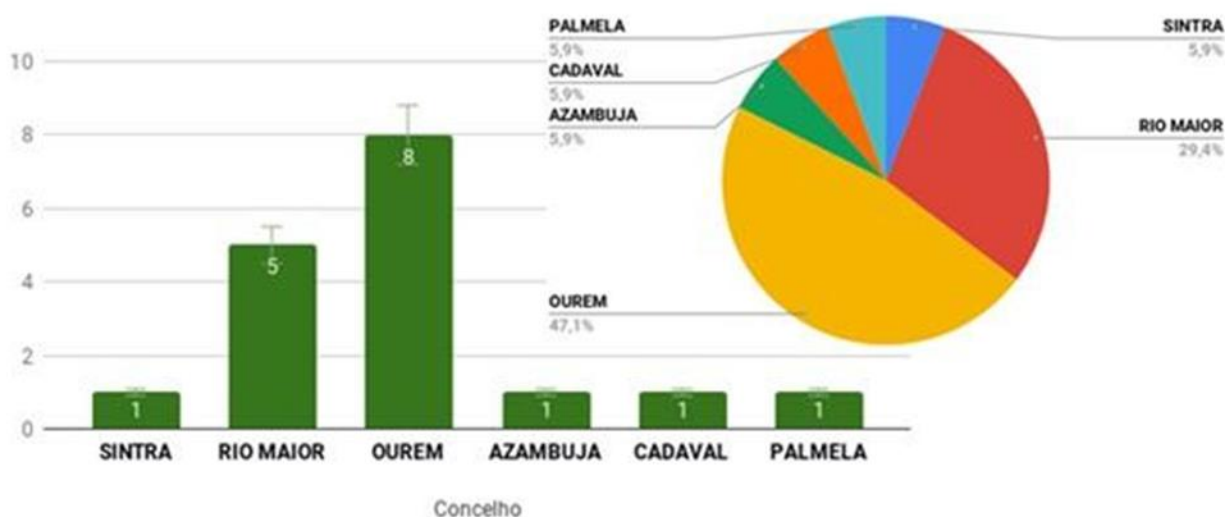


Figura 47. Concelhos de intervenção dos Processos de deliberação condicionada ao AIA no âmbito do RERAE.

Fonte: Elaboração Própria

Emerge a verificação da localização dos processos discriminados (Figura 47): o município de Ourém detém o maior número de processos (8 pedidos), à semelhança das outras análises (mesmo esta não sendo tratada por ano, mas sim pelo conjunto de deliberações condicionadas ao AIA) identificadas na base de dados criada.

De forma a evidenciar os processos condicionados ao AIA e que realizaram a Avaliação do Impacte Ambiental, procedeu-se à representação cartográfica por ano e por cor (figura 48).

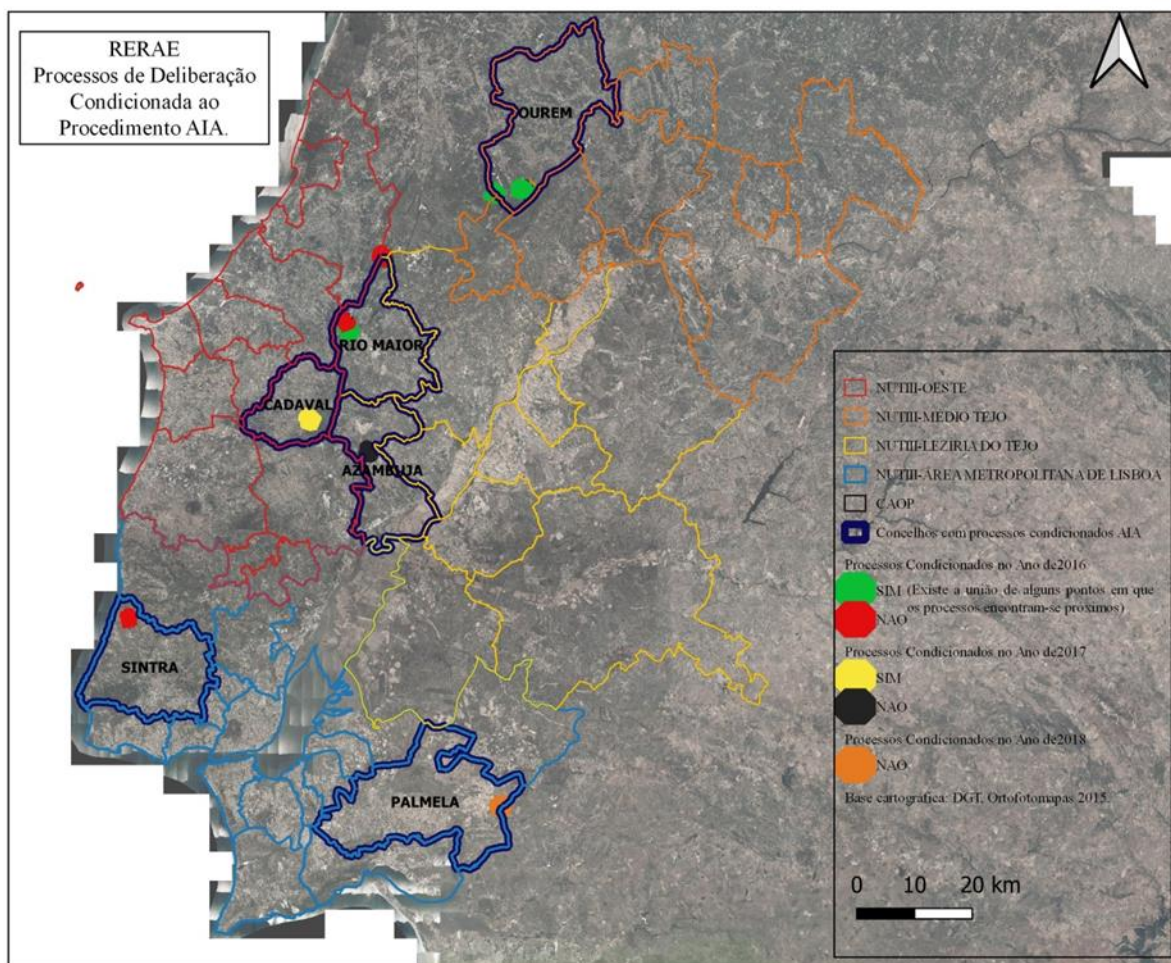


Figura 48. Processos de Deliberação condicionada ao Procedimento AIA no âmbito do RERA

Fonte: Elaboração Própria.

Os processos com deliberação condicionada a AIA requer uma especial atenção porque muitos pertencem ao mesmo AIA. Sendo assim, foi elaborada uma cartografia a uma escala maior para que ficasse explícito nos quais os processos que realizaram o procedimento condicionado e o número dos mesmos (figura 49, 50,51,52,53).

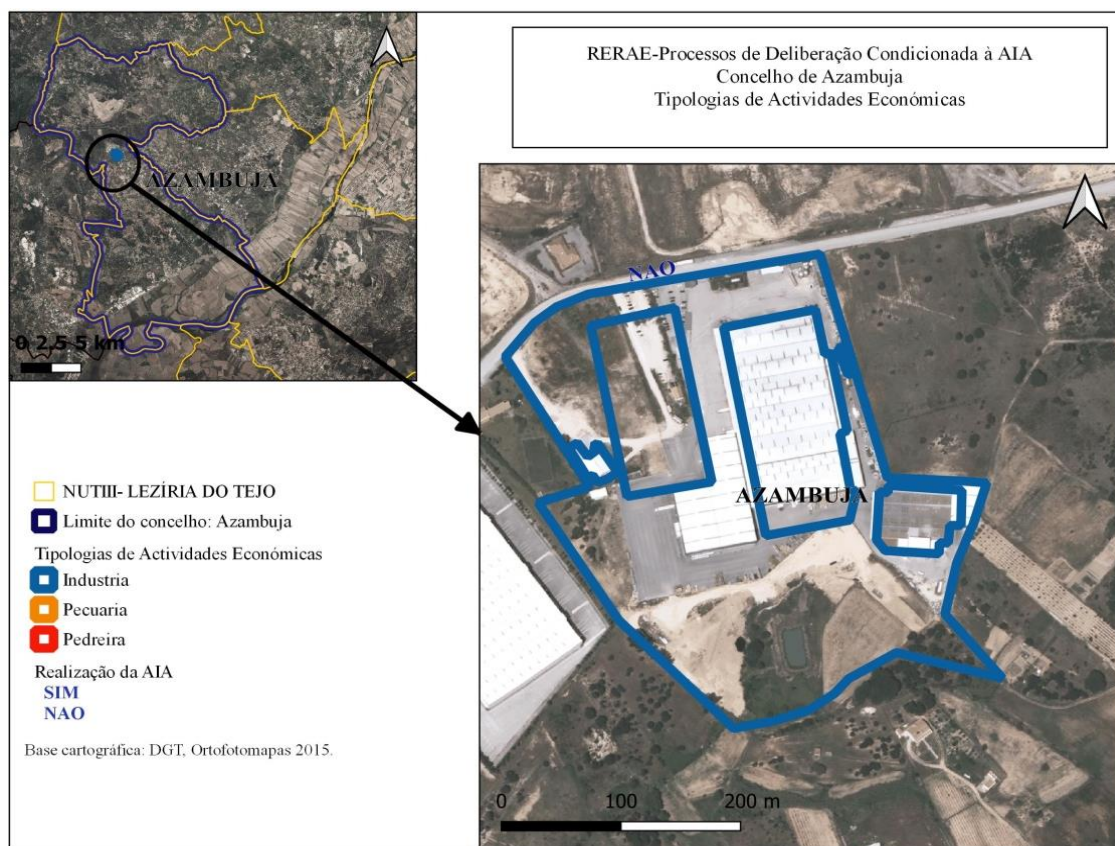


Figura 49.
Processos de

Deliberação condicionada ao Procedimento AIA no âmbito do RERA (Azambuja).
Fonte: Elaboração Própria.

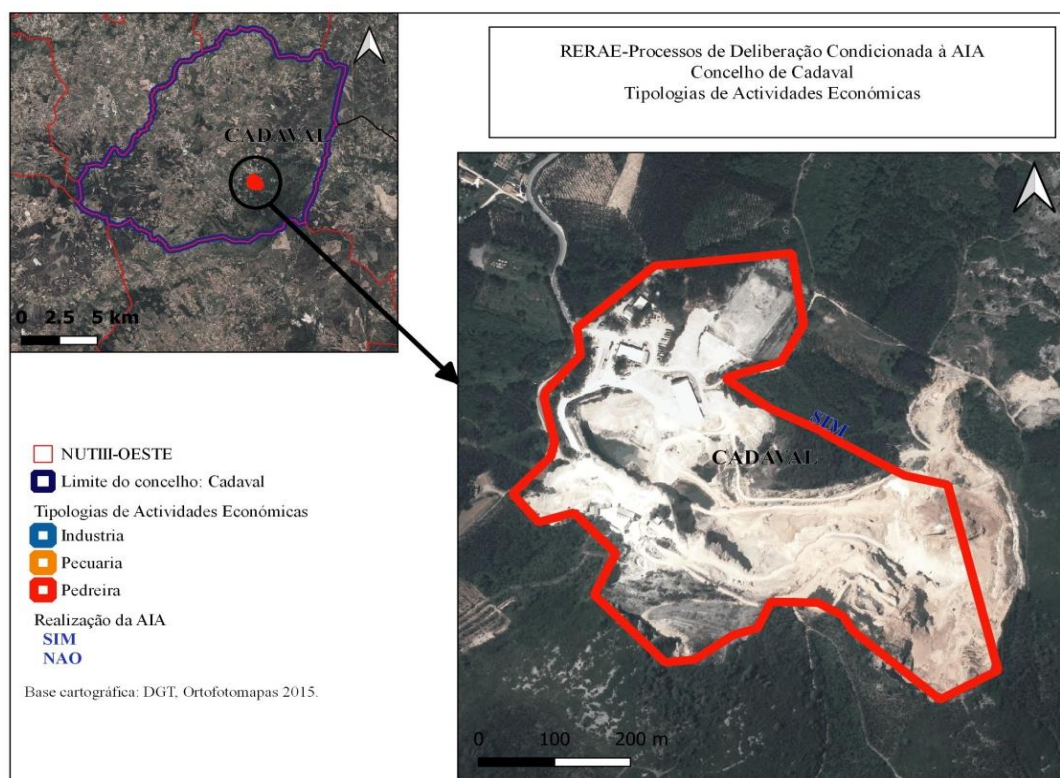


Figura 50. Processos de Deliberação condicionada ao Procedimento AIA no âmbito do RERA (Cadaval).
Fonte: Elaboração Própria.

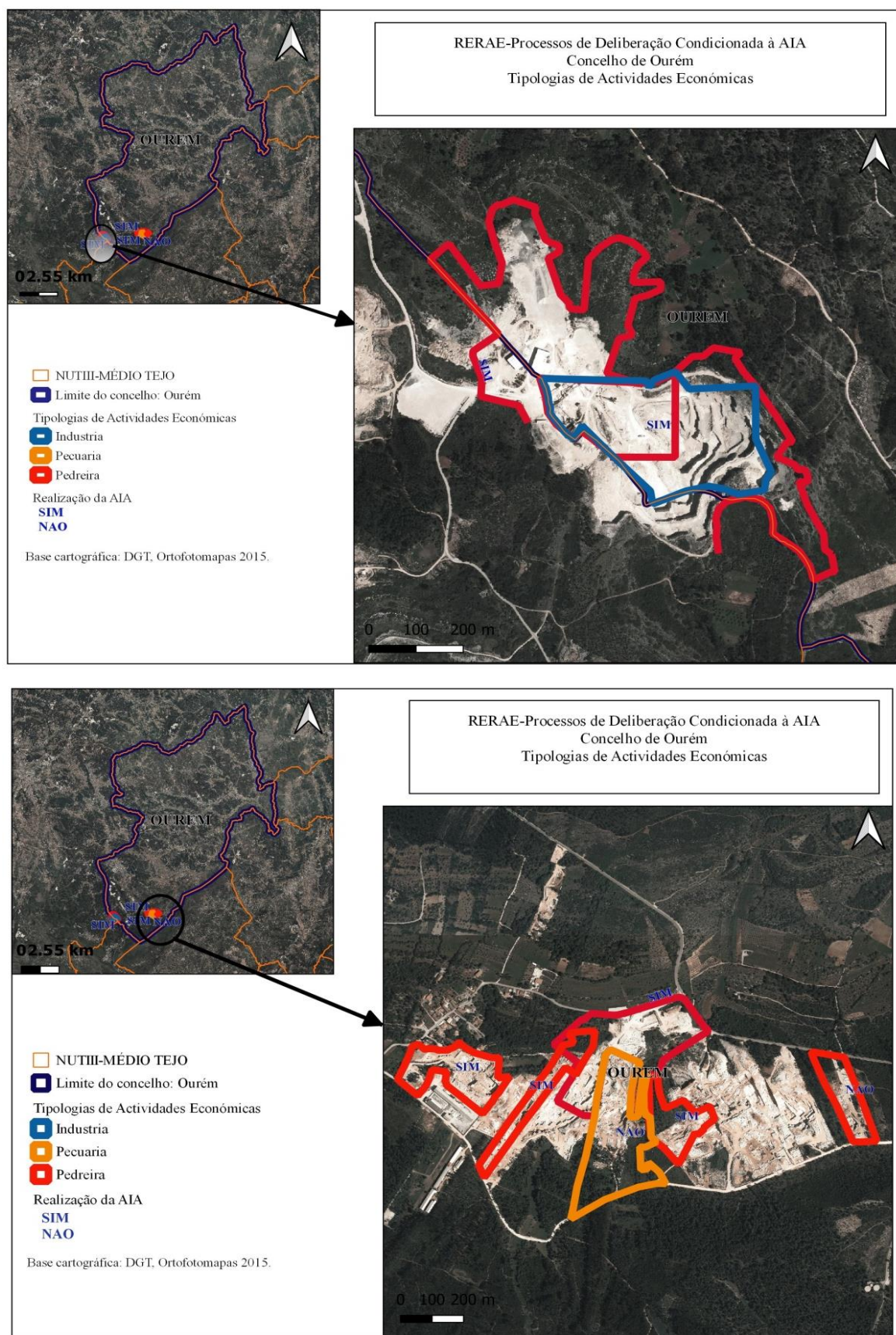


Figura 51. Processos de Deliberação condicionada ao Procedimento AIA no âmbito do RERAE (Ourem).
Fonte: Elaboração Própria.

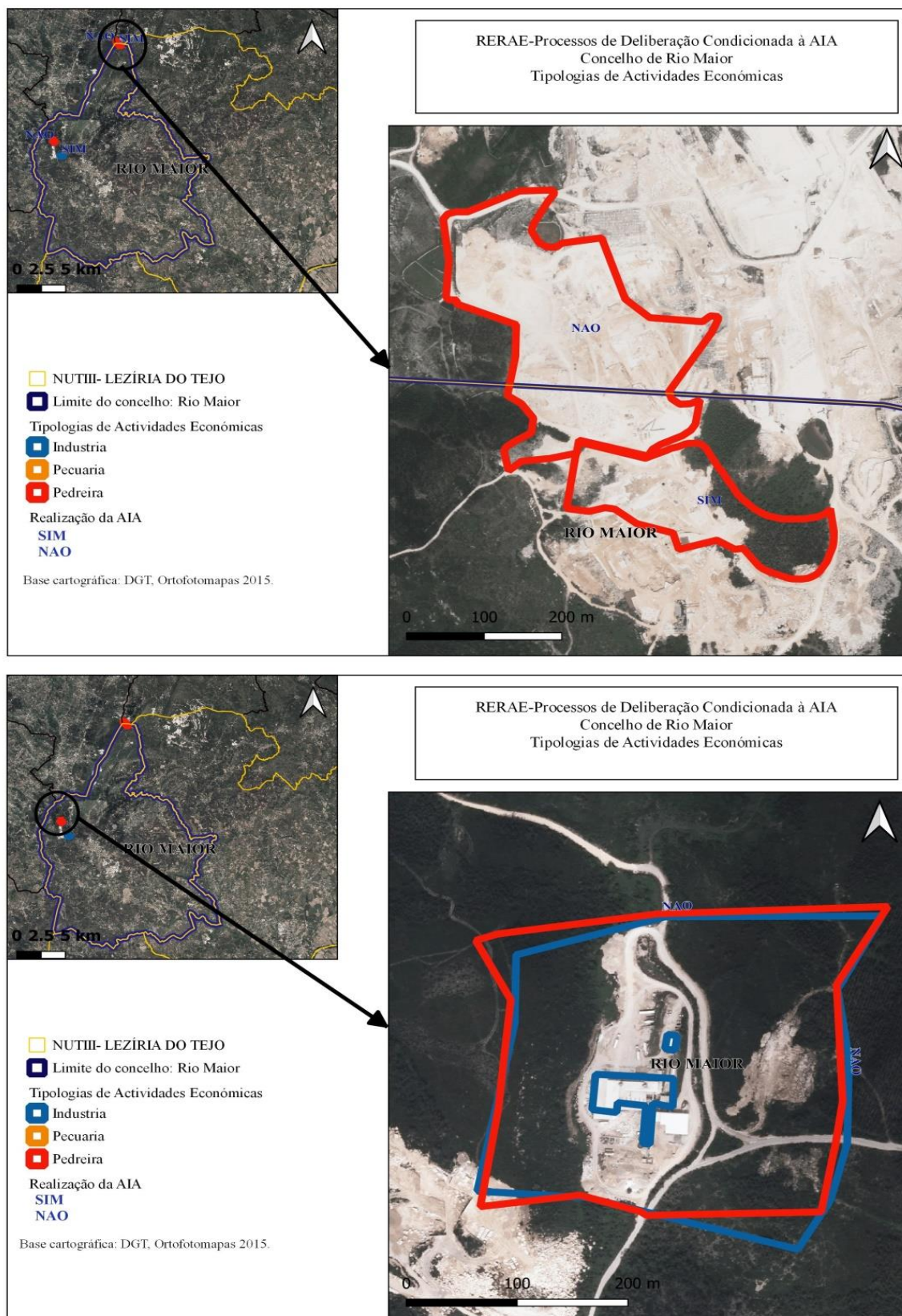


Figura 52. Processos de Deliberação condicionada ao Procedimento AIA no âmbito do RERA (Rio Maior).
Fonte: Elaboração Própria.

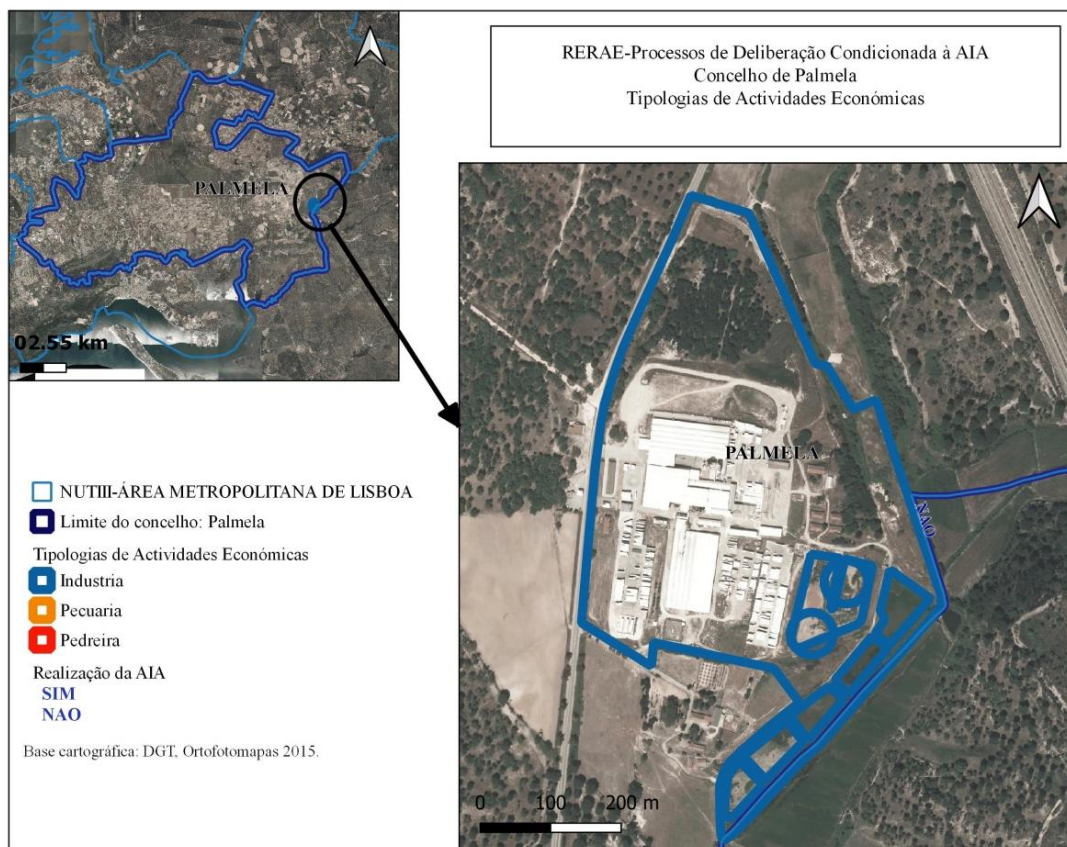


Figura 53. Processos de Deliberação condicionada ao Procedimento AIA no âmbito do RERAE (Palmela).
Fonte: Elaboração Própria.

Em suma, os processos de deliberação condicionada ao AIA seguem uma tendência idêntica às outras análises anteriormente realizadas referentes aos procedimentos seguintes. A existência de quase metade dos números dos processos condicionados ao procedimento não terem sido realizados, mesmo este sendo de grande relevância ao ambiente, por isso, importante para o desenvolvimento da atividade no território.

4.3.5. Uso e Ocupação do Solo dos Processos na RLVT

Com vista a complementar a análise realizada aos processos RERAE na Região de Lisboa e Vale do Tejo, importa comparar a localização dos processos com o uso do solo na área que ocupam, de modo a perceber a dinâmica da ocupação e uso do solo no início do regime (em 2015) e inventariar as categorias/subcategorias possíveis de se transformarem.

O RERAE acarreta as alterações aos IGT e às SRUP para a legalização da atividade económica, daí o estudo conduzir à identificação das tipologias da classe e categoria de solo que ocupa os processos.

É essencial identificar o solo onde se inserem os processos e clarificar os fatores de constrangimentos associado à dinâmica do uso e ocupação do solo permitida pelo regime.

Para a obtenção de resultado estabelece-se uma legenda simples que explicita as subcategorias da COS intervencionadas. Assim, selecionou-se a Megaclassa da COS 2015 na definição oficial e com o auxílio da base de dados trabalhada extraiu-se por localização as áreas da classe da COS que intersetassem ou que se encontram contidas na localização dos processos da RLVT (foi aplicado a todos os processos independentemente do ano de requerimento).

Assim, obtém-se cartografia que detalha as áreas abrangidas na COS (Figura 54), 7 classes (Agricultura, Corpos de Água, Florestas, Matos, Pastagens, Sistemas Agro-florestais e Territórios Artificializados) agregadas ao uso e ocupação do solo que permitem avaliar a transposição.

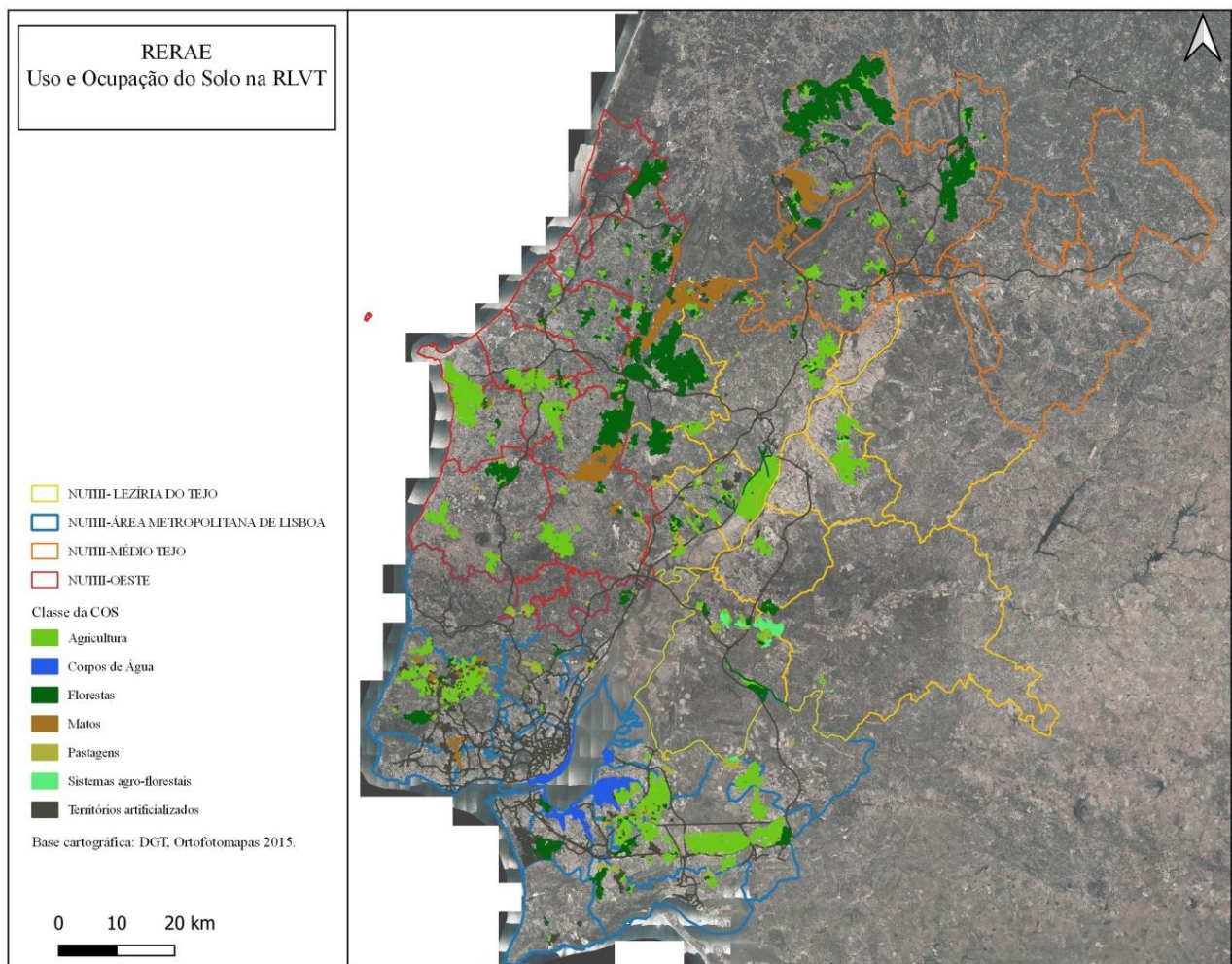


Figura 54. Uso e Ocupação do Solo na RLVT no âmbito do RERAe

Fonte: Elaboração Própria.

Através da cartografia obtida (figura 54) são identificadas 3 classes da COS com maior área de inserção dos processos RERAe: a classe dominante é a Agricultura; em seguida as Florestas; e

posteriormente Matos. A verificação destas duas primeiras classes dominantes permite equacionar a ocupação do solo dos processos diante da dinâmica do Uso e Ocupação do Solo, do qual verifica-se um peso efetivo do conceito do Ordenamento do Território na concepção de *Land use planning*.

CAPÍTULO 5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

5.1 Discussão

O desenvolvimento de políticas de Ordenamento do Território em Portugal tem sido um processo longo e ponderado nas necessidades do país, tendo como auxílio um Sistema de Gestão Territorial focado nas especificidades do território, ao incorporar o ato de planear através da introdução de instrumentos facilitadores ao exercício. No capítulo 2 deste relatório é ressaltado uma grande evolução no sistema de desenvolvimento territorial a partir de 1998, por se verificar a existência de coordenação das políticas a diversos níveis, é de destacar a conceção do quadro estratégico no que corresponde ao modelo de organização espacial e na concretização de aperfeiçoamento da regulamentação da transformação e uso do solo.

O RERA E pode enquadrar-se no interesse público em eliminar situações, no caso concreto das atividades económicas que suportam o desenvolvimento local e nacional, que não estão regulares face a dispositivos legais aplicáveis. Isto não é favorável nem ao seu desempenho nem ao seu contributo para o universo económico e social.

Será o reconhecimento formal e operacional que todos os atores públicos e privados têm responsabilidades e interesses na resolução dessas situações, fazendo uma abordagem integrada e ponderada dos vários fatores em presença.

A análise realizada neste relatório com base nos processos da Região de Lisboa e Vale do Tejo evidencia alguns pontos importantes a serem expostos por refletirem práticas pouco coerentes:

- i) A ausência de adequação aos IGT e SRUP e inerentes as situações de irregularidade.

A situação irregular das atividades económicas corresponde à existência, alteração ou ampliação de áreas ocupadas/edificadas que estão em espaço impróprio ou parcialmente impróprio de acordo com o quadro legal em vigor. Este é representado pelos regulamentos dos planos de ordenamento do território e pelos regimes próprios das servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

A transversalidade da política do uso e ocupação do solo impõe a integração de políticas e a articulação de instrumentos legais no sentido de se promover e consolidar o ordenamento do território e a sustentabilidade do sistema económico e social.

Pelo exposto ao longo do trabalho são categorizadas as irregularidades das atividades económicas em função da composição das conferências decisórias e do sentido e fundamento das deliberações finais configuradas nas respetivas atas.

Observam-se dilações dos prazos legais no que respeita às convocatórias das conferências decisórias pelas entidades licenciadoras/coordenadoras.

São muitos os processos que aguardam elementos adicionais, solicitados no momento de aperfeiçoamento.

Verifica-se que a possibilidade das atividades se concretizarem em tempo útil à obtenção do título definitivo diminui sempre que há desconformidade com IGT e, especialmente, com a RAN e com a REN.

São muitas as unidades que continuam a exercer atividade, com título provisório que não é eficaz, pelo fato de estarem ultrapassados os prazos para a obtenção do título definitivo sem que tenham sido efetivadas as adequações (de IGT, SRUP, outras) necessárias à sua regularização. Contudo, é fato que obtiveram deliberação final favorável e por isso não se determina o seu encerramento ou cessação da atividade.

ii) A dinâmica do Uso e Ocupação do Solo.

Tendo em vista a promoção do investimento, o RERAE visa apoiar as atividades económicas e apoiar as unidades produtivas sem título de exploração ou de exercício de atividade pelas desconformidades com os planos de ordenamento ou com as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, focando a sua regulamentação.

O regime acaba por salvaguardar as atividades económicas, ao sancionar práticas irregulares ao uso e ocupação do solo. A localização dos processos e a tipologia das atividades económicas são fundamentais no objeto de estudo, desse modo, foi promovida uma análise do uso e ocupação do solo dos processos na área da RLVT. A análise retrata as áreas de afetação e as transformações decorrentes, permitindo observar em quais as áreas se encontram inseridos a maior parte dos processos. Estas correspondem aos espaços Agricultura e às Florestas (identificadas na Megaclasse da COS 2015) e requerem especial atenção, por serem consideradas áreas produtivas para a sociedade (recaindo sobre elas a sobrevivência da população). Diante dos processos da RLVT que a atividade económica é um *input* ao desenvolvimento económico, seguem-se condicionados a proceder à avaliação de impacte ambiental e não ao encerramento das mesmas.

Em confrontação com os processos condicionados aos AIA no subtítulo “Análise dos processos de deliberação condicionada ao Procedimento AIA” verifica-se que estas correspondem a indústria, pedreiras e pecuárias, e que quase metades dos processos não procederam ao procedimento AIA (em anexo um quadro dos processos condicionados ao AIA). Concluindo que a avaliação de impacte ambiental é condicionada aos processos que se encontram em áreas de maior atenção ou nos casos em que o exercício da atividade terá um grande impacto no espaço inserido.

Identifica-se como fator constrangimento a ineficiência na conclusão dos procedimentos pós-deliberação dos processos condicionados, (no processo de adequação dos IGT, SRUP-REN e AIA) e também o pouco controlo administrativo das entidades públicas às adequações indicadas.

5.2. Conclusões

Neste relatório foi apresentado o quadro atual do Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas (RERAE) diante da análise realizada aos processos requeridos na Região de Lisboa e Vale do Tejo. As respostas obtidas dizem respeito à situação dos processos e fatores de constrangimentos identificados na análise dos procedimentos.

Para a obtenção destas respostas foi criada uma base de dados com todas as informações recolhidas nos processos da RLVT até a data de 04/04/2019 que posteriormente foi trabalhada em SIG (o Projeto SIG facilitou a leitura dos processos RERAE através da delimitação das áreas das atividades económicas). Possibilitou uma análise apurada sobre as tipologias de uso e as tipologias da atividade económica em questão (mesmo quando uma área contém atividades distintas).

Fica a questão se os princípios e procedimentos estabelecidos conduziram aos resultados preconizados e vertidos na letra do regime legal.

Embora com as limitações da informação disponível, porque não temos elementos setoriais sobre o universo de partida das irregularidades no terreno nem da efetiva atribuição dos títulos definitivos para exercício das respetivas atividades, suscitam-se alguns indícios de que as expectativas eram superiores aos resultados.

São extensas as áreas do território, em particular em alguns municípios, afetadas a estas situações irregulares e desconformes com os respetivos planos e com as cartas de REN respetivas.

O prazo para apresentação dos pedidos, que terminou em 02/01/2017, e a sua relação com a tramitação de novos processos ainda em 2019.

Os prazos alargados, para além dos estabelecidos, desde a entrada dos pedidos nas entidades licenciadoras e a realização das conferências decisórias.

Alguns dos processos ainda não terem em tramitação formal ou concluídos os respetivos EIA.

Alguns planos municipais ainda não adequados para efeitos de todos os pedidos que obtiveram deliberação favorável ou favorável condicionada fundamentada na necessidade de adequação do IGT.

Algumas Cartas de REN ainda não alteradas para efeitos de todos os pedidos que obtiveram deliberação favorável ou favorável condicionada fundamentada na necessidade de adequação desta restrição pública.

Assim, não obstante a pertinência dos objetivos preconizados e à oportunidade da criação deste regime legal, parece evidente que algo não foi avaliado e acautelado no que respeita à sua formatação e operacionalização, nomeadamente, articular com os vários regimes legais relacionados e determinantes com as competências e práticas das várias entidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2019). *Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140> (15/05/2019).
- AMARAL, Diogo Freitas Do (1994). *Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente: Objecto, Autonomia e Distinções*, Revista Jurídica do Urbanismo e Ambiente, junho (1), 11-22.
- AMARAL, Diogo Freitas Do (2015). *Curso de Direito Administrativo*, vol. I, 4.^a edição. Coimbra: Almedina.
- BAUD, P, Bourgeat, S., Bras, C. (1999). *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Plátano Editora.
- BORJA, J, & Muxí, Z. (2003). *El espacio público. Ciudad y ciudadanía [PublicSpace. Cityandcitizenship]*. Barcelona: Ed. Diputación de Barcelona.
- CARTA EUROPEIA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (1984). Conselho da Europa, Edição do MPAT.
- CEMAT (Conferência Europeia de Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território (2000). *Princípios Orientadores para o desenvolvimento territorial sustentável do Continente Europeu*, 7. Disponível em: <http://www.forumdascidades.pt/content/cemat-conferencia-europeia-dos-ministros-responsaveis-pelo-ordenamento-do-territorio>(15/05/2019)
- CALOR, I.; Pereira; M.; Oliveira, F.P. (2017). *The new planning amnesty in Portugal: how far should plans accommodate noncompliant development?*, AESOP Conference Lisbon , 2564-2570.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O AMBIENTE HUMANO “*Nosso Futuro Comum*”, Agência Portuguesa do Ambiente (2019). *Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140>
- CONSELHO DA EUROPA (1983). *Carta Europeia do Ordenamento do Território*. Disponível em: <http://www.forumdascidades.pt/content/cemat-conferencia-europeia-dos-ministros-responsaveis-pelo-ordenamento-do-territorio>(03/06/2019)
- CHRISTOPHER, W.; Mark, B.; Jeremy C.; Carys J.; Stephen J.; e Michael S. (2005). *Strategic Environmental Assessment And Land Use Planning, An International Evaluation*. TAYLOR & FRANCIS, Reino Unido.
- CORREIA, FERNANDO ALVES (2009). “*O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT): Um Instrumento de Reforço da Harmonia e da Coerência do Sistema de Gestão Territorial*”, in “*O PNPOT e os Novos Desafios do Ordenamento do Território*”. Coimbra: Almedina.
- CORREIA, P. (1993). “*Políticas de Solos no Planeamento Municipal*”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- COSTA, António Pereira da (1992). “*Servidões Administrativas - Outras Restrições de Utilidade Pública*”. Porto: ELCLA Editora.

DGO (1984). Carta Europeia do Ordenamento do Território, Conferência Europeia dos Ministros responsava pelo Ordenamento do Território, Lisboa: MQV/SEA/DGO. Disponível em: [http://www.forumdascidades.pt/content/carta-de-torremolinos-conselho-da-europa-1983\(20/04/2019\)](http://www.forumdascidades.pt/content/carta-de-torremolinos-conselho-da-europa-1983(20/04/2019)).

DGT (2014). *USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM PORTUGAL CONTINENTAL: Avaliação e Cenários Futuros*. Projeto LANDYN. Lisboa: Direcção-Geral do Território (DGT). Disponível em: [http://www.dgterritorio.pt/static/repository/2015-01/2015-01-29115800_54ab20bb-0b19-4b78-b3b7-038c54e07421\\$\\$466c622b-84e8-4957-b11e-25b916c851fb\\$\\$a483d82f-a1de-40d3-916e-ce72268e2cc3\\$\\$file\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://www.dgterritorio.pt/static/repository/2015-01/2015-01-29115800_54ab20bb-0b19-4b78-b3b7-038c54e07421$$466c622b-84e8-4957-b11e-25b916c851fb$$a483d82f-a1de-40d3-916e-ce72268e2cc3$$file$$pt$$1.pdf) (08/07/2019).

DGOTDU-Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011). *Servidões e Restrições de Utilidade Pública*. Lisboa: DGOTDU.

FALUDI, A. (2000). *The Performance of Spatial Planning, Planning Practice & Research*, 15:4, 299-318. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1080/713691907\(05/05/219\)](http://dx.doi.org/10.1080/713691907(05/05/219)).

FERRÃO, João (2010). “*Intervenção do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades?*”, 12 de dezembro de 2008. Lisboa: Atas do Encontro Anual da AD URBEM.

FERRÃO, João (2011). “*O ordenamento do Território como Política Publica*”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FRADE, Catarina (1999). *A componente ambiental no ordenamento do território, Conselho Económico e Social, série estudos e documentos*, Lisboa.

GUERRIER, Claudine (1979), *La Jeune République, 1912-1945*, thèse d’histoire contemporaine, université de Paris 2.

HEALEY, Patsy (2006., *Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies*. Second Edition, Palgrave Macmillan, New York.

MERLIN, P., Choay, F. (2000). *Dictionnaire de l’urbanisme et de l’aménagement*, Presses universitaires de France.

MERLIN, Pierre (2002). *L’Aménagement du Territoire*. Paris : PUF.

OLIVEIRA, Fernanda Paula. (2002). “*Sistemas e Instrumentos de Execução dos Planos*”. Coimbra: Almedina.

OLIVEIRA, Fernanda Paula (2009). *Portugal: Território e Ordenamento*. Coimbra: Almedina.

OLIVEIRA, Fernanda Paula. (2012). *Novas Tendências do Direito do Urbanismo*, 2.^a Edição. Coimbra: Almedina.

OREA, DOMINGO G. (2002). “*Ordenación Territorial*”. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, España Editorial Agrícola Española, S.A.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2012). *Declaração do Rio – 2012: O Futuro que Queremos*. Declaração final da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Brasil. Disponível em: <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140> (acedido 15/05/2019).

PEREIRA, Margarida (1997). Os planos de ordenamento do território: complementaridades e conflitos, *Sociedade e Território*, n. 24, maio, 73-78.

QGIS Development Team, (2015). QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. Disponível em: <http://www.qgis.org/> (30/12/2019)

RAFFESTIN, Claude (1993). *Por uma geografia do poder*. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática.

SOJA, E. W. (2010). *Seeking spatial justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

STONER, James A. F. e FREEMAN, R. Edward (1999). *Administração*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora LTC.

WCED (1987). *Our Common Future, World Common Future. World Commission for the Environmental Development*. Nova Iorque: United Nations.

Legislação

- Decreto-Lei n.º 321/83 de 5 de julho - Institui a Reserva Ecológica Nacional.
- Lei n.º 11/87 de 7 de abril, Lei de Bases do Ambiente.
- Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de junho - Estabelece a Reserva Agrícola Nacional.
- Lei n.º 48/98, de 11 de agosto - Define a primeira Lei de Base da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo.
- Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro - Introduz o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.
- Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio - Determina o regime jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental.
- Decreto-Lei 270/2001, de 6 de outubro - Regula a matéria de exploração de massas minerais-pedreiras.
- Diretiva Europeia n.º 2006/21/CE - Patenteia gestão dos resíduos de indústrias extrativas.
- Lei 316/2007 de 19 de setembro - Estabelece regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
- Decreto-Lei n.º 10/2010, de 4 de fevereiro - Materializa a gestão de resíduos das explorações de depósitos minerais e de massas minerais.
- Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de dezembro de 2011 - Estabelece a vinculação do regime de Avaliação do Impacte Ambiental.
- Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto - Vigora sistema de indústria consciente.
- Lei n.º 31/2014 de 30 de maio - Determina a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

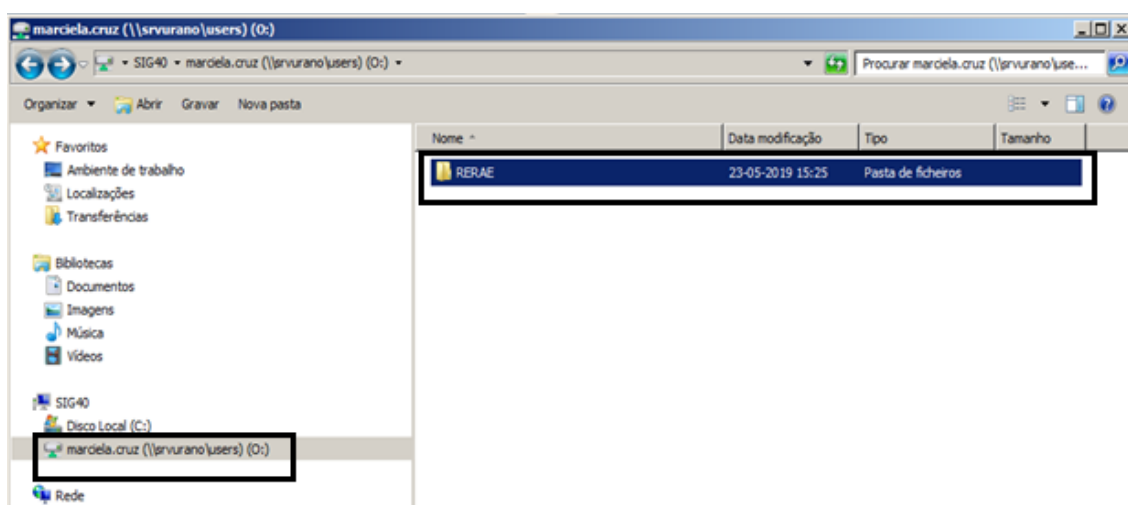
- Lei n.º 45/2014, de 16 de julho - Concebe a natureza especial em matéria de regime das contra-ordenações do extraordinário de regularização de atividades económicas.
- Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro - Autoriza legislativa concedida pela Lei n.º 45/2014, de 16 de julho, indicando o carácter extraordinário.
- Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio - Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.
- Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto - Uniformiza critérios de classificação e reclassificação do solo e também estabelece as categorias para o solo rural e urbano.
- Lei n.º 21/2016 de 19 de julho - Protege a regularização das explorações pecuária, entre outras, através do que é estabelecido no Decreto.
- Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro - Regime Extraordinário da Regularização de atividades Económicas
- Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro - Estabelece o regime Jurídico da Avaliação do Impacte Ambiental.

Anexos

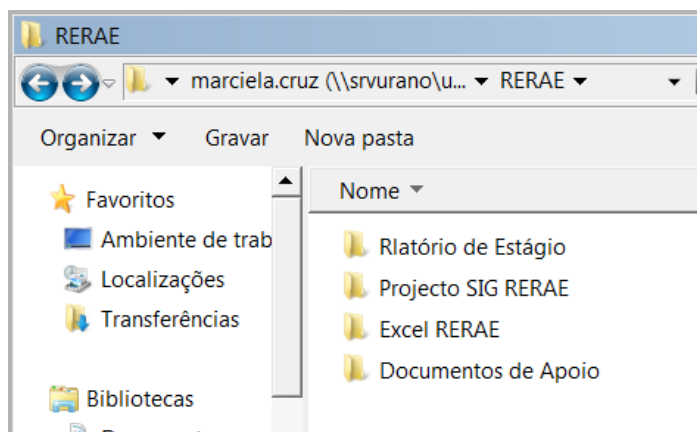
Organização da Pasta RERAE

Para facilitar o acesso aos elementos associados ao trabalho realizado a análise de dados dos Processos RERAE requeridos no período de 2015-2019, procede-se à explicação da organização da Base de Dados originada.

Todo o material encontra-se no computador SIG40, ligada rede ccd-r-lvt.pt, no servidor marciela.cruz(\\srvurano\users)(O:). Pode ser alterado o local que se encontra, mas o mais importante é a ilustração e a explicação que se sucede sobre como a pasta está construída.

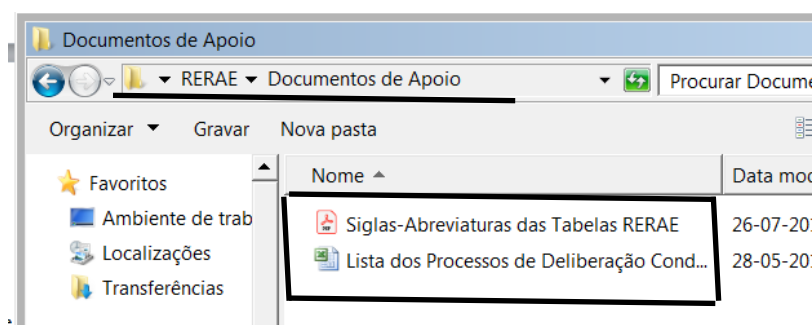


A pasta RERAE encontra-se dividida em quatro pastas.

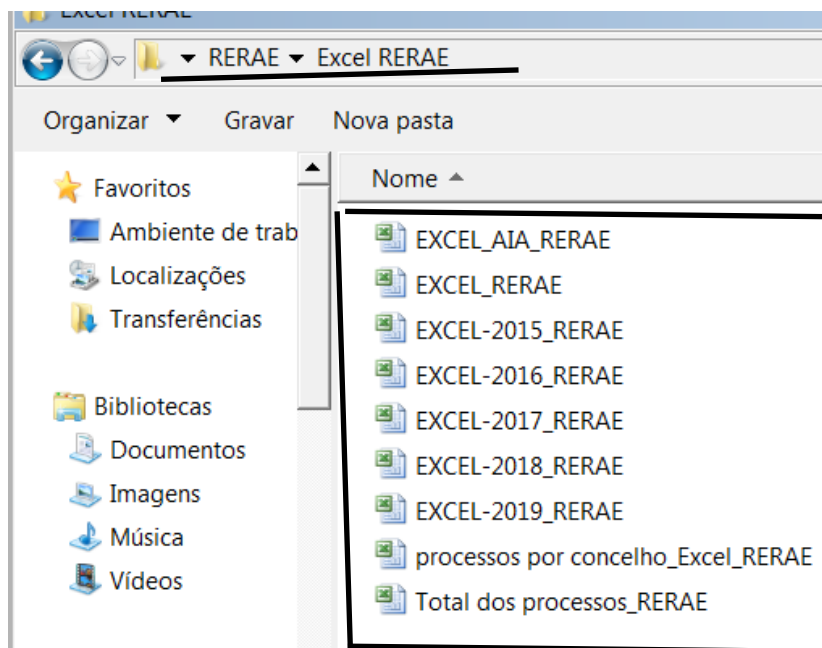


i) *Documentos de Apoio*. Dentro desta pasta podem ser acessados dois documentos: *Siglas das Tabelas RERAE* em PDF e *Lista dos Processos de Deliberação*

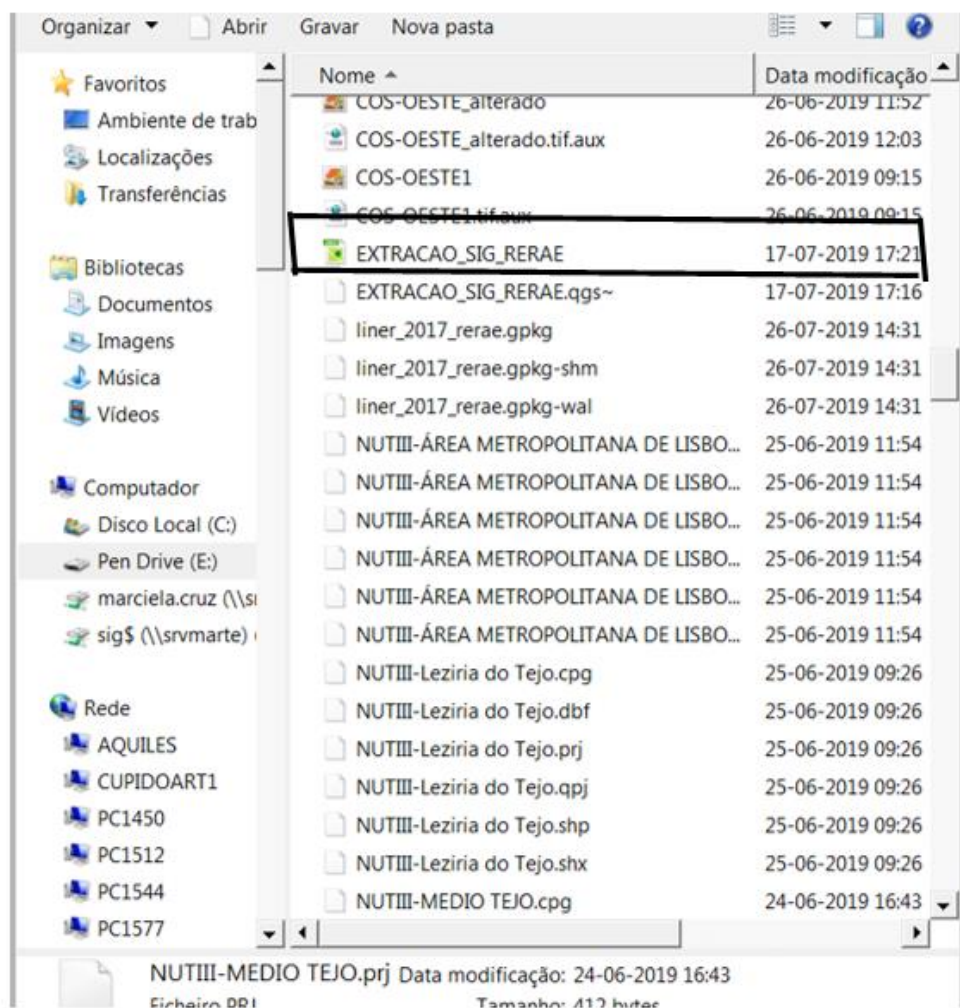
Condicional ao Procedimento AIA, em Excel, que podem ajudar na leitura ou na pesquisa ligada a RERAE.



ii) *Excel_RERAE*. Corresponde aos documentos Excel separados por ano e unidos à informação Georreferenciada, ou seja, toda esta informação já se encontra na tabela de atributos do trabalho.



iii) *ProjectoSIG_RERAE*. Consiste no trabalho efectuado no programa QGIS. Esta pasta está subdividida em duas pastas: (*ProjectoQGIS_RERAE* e *Cartografia_RERAE*. No *ProjectoQGIS_RERAE* deve ser aberto o elemento designado por *Extracao_SIG_RERAE* (detém todas as camadas do processo).



iv) Relatório de Estágio _RERAE. Este documento contextualiza todo o trabalho elaborado no estágio, será introduzido depois da defesa.

Além de poderem ser consultados os dados aqui analisados, estes podem ser a qualquer momento, caso a CCDR-LVT assim o pretender, alterados ou adicionadas informações nos ficheiros Excel ou nas Tabelas de Atributos do projecto QGIS. Também pode ser produzida qualquer outra Cartografia que ilustre o pretendido.

Folha Excel do Ano de 2015

N de Ordem	Concelho	Freguesia	Actividade	Data de Início	Entidade Licenciadora	Razões de Acesso	SARUP Abrangidas	Planos e Programas Abrangidos	RIPM Data	N de Aditamentos	Parecer Data	Parecer Sentido	CD Data	2-CD Data	CD Entidades convocadas	Deliberação Sentido
20151	ALCANENA	União das freguesias de Alcanena e Vila Moreira	Industria	11/06/2015	IAPMEI	PDM-RAN	RAN	-	27/02/2015	0	10/07/2015	Favoravel	13/08/2015	-	IAPMEI/CCDR LVT/CM/DRAP LVT	Favoravel
20152	CARTAXO	União das freguesias de Ereira e Lapa	Industria	18/06/2015	CM	REN	REN	-	06/04/2015	1	07/10/2015	Favoravel	21/10/2015	-	CCDR LVT/AP A/CM/	Favoravel Condicionado
20153	OUREM	Nossa Senhora das Misericórdias	Industria	21/07/2015	CM	PDM	AI-IP1/DH	-	29/04/2015	2	08/06/2018	Favoravel	11/06/2018	-	CCDR LVT/CM	Favoravel
20154	OUREM	Nossa Senhora das Misericórdias	Industria	15/09/2015	CM	PDM	REN	-	29/04/2015	1	29/01/2018	Favoravel	31/01/2018	-	CM/CCDR LVT	Favoravel
20155	PALMELA	Pinhal Novo	Industria	16/09/2015	IAPMEI	PDM	REN	-	25/06/2015	3	21/12/2015	Favoravel Condicionado	06/01/2016	-	IAPMEI/CCDR LVT/CM/DRAP LVT	Favoravel Condicionado
20156	CARTAXO	União das freguesias de Cartaxo e Vale da Pinta	Industria	12/10/2015	CM	PDM	REN	-	29/04/2015	1	01/07/2016	Favoravel	04/07/2016	-	CCDR LVT/CM/ APA/GRS-IP	Favoravel
20157	OUREM	Nossa Senhora das Misericórdias	Industria	29/10/2015	CM	PDM	REN	-	30/06/2015	2	22/08/2017	Favoravel	12/09/2017	-	CCDR LVT/CM	Favoravel
20158	OUREM	Fátima	Industria	29/11/2017	CM	PDM	REN	-	29/04/2015	2	30/06/2017	Favoravel	05/12/2017	-	CCDR LVT/CM	Favoravel
20159	OUREM	Fátima	Industria	29/10/2015	CM	PDM	REN	-	29/04/2015	1	26/07/2017	Favoravel	23/08/2017	-	CCDR LVT/CM	Favoravel
201510	OUREM	Espeite	Industria	03/11/2015	CM	PDM		-	30/06/2015	3	23/01/2017	Favoravel Condicionado	24/05/2017	-	CCDR LVT/CM	Favoravel Condicionado
201511	OUREM	União das freguesias de Gondemaria e Olival	Industria	13/11/2015	CM	PDM-RAN	REN/RAN	-	28/09/2015	1	04/10/2017	Favoravel	23/01/2018	-	CM/CCDR LVT/ DRAP LVT	Favoravel
201512	OUREM	Nossa Senhora das Misericórdias	Industria	19/11/2015	CM	PDM	-	-	29/04/2015	2	10/01/2017	Favoravel	24/05/2017	-	CCDR LVT/CM	Favoravel
201513	OUREM	Casarias	Industria	19/11/2015	CM	PDM	-	-	29/04/2015	1	13/07/2017	Favoravel	05/12/2017	-	CM/CCDR LVT/ DRAP LVT	Favoravel
201514	ALCANENA	União das freguesias de Alcanena e Vila Moreira	Industria	25/11/2015	IAPMEI	PDM	REN/DH	-	27/04/2012	3	08/07/2016	Favoravel	18/02/2016	14/07/2016	IAPMEI/CCDR LVT/CM/APA	Favoravel Condicionado
201515	OUREM	Urqueira	Industria	11/12/2015	CM	PDM-RAN	RA/REN/DH	-	29/04/2015	2	00/10/2018	Favoravel	12/02/2019	-	CM/CCDR LVT/ DRAP LVT/APA	Favoravel Condicionado
201516	OUREM	Nossa Senhora das Misericórdias	Industria	16/12/2015	CM	PDM-RAN	REN/RAN	-	29/04/2015	2	04/12/2017	Favoravel	05/12/2017	-	CM/CCDR LVT/ DRAP LVT	Favoravel
201517	OUREM	Urqueira	Industria	23/12/2015	CM	PDM-RAN	REN/RAN	-	28/09/2015	4	20/12/2017	Favoravel	19/01/2018	-	CM/CCDR LVT/ DRAP LVT	Favoravel

Folha Excel do Ano de 2015

N de Ordem	Procedimento Sequente Revisão/Alteração do IGT	Procedimento Sequente Revisão/Alteração do IGT	Revisão/Alteração do IGT Data	Procedimento Sequente ALA	ALA	Data	Procedimento Sequente Alteração REN	Alteração REN Data	Procedimento Sequente Comunicação Prévia REN	Comunicação Prévia REN Data	Procedimento Sequente Licenciamento Urbanístico	Emissão de Licenciamento Urbanístico	Título Definitivo
20151	PDM	NAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20152	-	NAO	-	-	-	-	SIM	Aviso n 8257/2018 19-07-2019	-	-	-	-	-
20153	PDM	SIM	Aviso n 16225/2018 09-10-2018	-	-	-	NAO	-	-	-	-	-	-
20154	PDM	SIM	Aviso n 16225/2018 09-10-2018	-	-	-	NAO	-	-	-	-	-	-
20155	PDM	SIM	Aviso n 13115/2017 31-10-2017	-	-	-	NAO	-	-	-	-	-	-
20156	PDM	SIM	Aviso n 2015/2018 13-02-2018	-	-	-	SIM	Aviso n 8257/2018 19-06-2018	-	-	-	-	-
20157	PDM	SIM	Aviso n 11739/2018 20-08-2018	-	-	-	NAO	-	-	-	-	-	-
20158	PDM	SIM	Aviso n 11739/2018 20-08-2018	-	-	-	NAO	-	-	-	-	-	-
20159	PDM	SIM	Aviso n 11739/2018 20-08-2018	-	-	-	NAO	-	-	-	-	-	-
201510	PDM	NAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
201511	PDM	SIM	Aviso n 16225/2018 09-11-2018	-	-	-	NAO	-	-	-	-	-	-
201512	PDM	NAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
201513	PDM	SIM	Aviso n 16225/2018 09-11-2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
201514	PDM	NAO	-	-	-	-	NAO	-	-	-	-	-	-
201515	PDM	SIM	Aviso n 11739/2018 20-08-2018	-	-	-	SIM	-	-	-	-	-	-
201516	PDM	SIM	Aviso n 16225/2018 09-10-2018	-	-	-	NAO	-	-	-	-	-	-
201517	PDM	SIM	Aviso n 16225/2018 09-10-2018	-	-	-	NAO	-	-	-	-	-	-

Siglas/Abreviaturas das Tabelas RERAE

Ausências Registos

LCU-Licença de Construção e Utilização

TE-Título de Exploração

TEA- Título de Exercício de Atividade

TI- Título de Instalação

SRUP Abrangidas

DH-Domínio Hídrico

EM-Estrada Municipal

EN-Estrada Nacional

Lelétricas- Linhas elétricas

RAN-Reserva Agrícola Nacional

REN-Reserva Ecológica Nacional

Entidades

ANACOM-Autoridade Nacional de Comunicações

APA-Agência Portuguesa de Ambiente

APA-ARH-Administração da Região Hidrográfica

ARS- Administração Regional de Saúde

CCDRLVT-Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CM-Camara Municipal

DGEG-Direção Geral de Energia e Geologia

DGPC-Direção-Geral do Património Cultural

DRAPLVT-Direção Regional De Agricultura E Pescas De Lisboa E Vale Do Tejo

IAPMEI- Instituto de Apoio às Pequenas e Medias Empresas e Á Inovação

EDP- Energias de Portugal

ICNF-Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IP-Infraestrutura de Portugal

MDN-Ministério de Defesa Nacional

REN-Redes Energéticas Nacionais

Planos e Programas

PDM-Plano Diretor Municipal

PIER-Plano de Intervenção no Espaço Rústico

PMDFCI-Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

POPNSC-Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais

PP -Plano de Pormenor

PUF-Plano de Urbanização de Fátima

Lista dos processos de deliberação condicionada ao Procedimento AIA

Linha da Tabela/Ano	Concelho	Entidade Responsavel/Licenciadora	Tipologia	Procedimento AIA	Identificação AIA
50/2016	SINTRA	DRAPLVT	PECUARIA	NAO	-
211/2016	RIO MAIOR	DGEG	INDUSTRIA	NAO	-
228/2016	OUREM	DGEG	INDUSTRIA	SIM	N. AIA 3219 Processo 2018
229/2016	RIO MAIOR	DGEG	INDUSTRIA	SIM	Declaração TUA2019021300 0063 15/02/2019
231/2016	RIO MAIOR	DGEG	PEDREIRA	NAO	-
278/2016	OUREM	DGEG	PEDREIRA	SIM	N. AIA 2900 Processo 2016
280/2016	OUREM	DGEG	PEDREIRA	SIM	N. AIA 3219 Processo 2018
281/2016	OUREM	DGEG	PEDREIRA	SIM	ELA107 Processo 2016- NÃO Prosseguiu
282/2016	RIO MAIOR	DGEG	PEDREIRA	SIM	N. AIA 2876 Processo 2016
285/2016	OUREM	DGEG	PEDREIRA	SIM	Pedreira n 6385 Processo 2017
129/2017	AZAMBUJA	IAPMEI	INDUSTRIA	NAO	-
130/2017	CADAVAL	DGEG	PEDREIRA	SIM	N. AIA 2175 Processo 2013
132/2017	RIO MAIOR	DGEG	PEDREIRA	NAO	-
139/2017	OUREM	DGEG	PEDREIRA	SIM	N DE AIA 2311 Processo 2017
141/2017	OUREM	DGEG	PEDREIRA	NAO	-
78/2018	PALMELA	DRAPLVT	INDUSTRIA	NAO	-
103/2018	OUREM	DGEG	PEDREIRA	SIM	N DE AIA 2890 30/03/2016

Elaboração: Marciela Cruz

Orientação: Dra. Paula Pinto

Maio de 2019